

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FELIPE DA SILVA BASSO

**INSERÇÃO E SOBRE-ESCOLARIDADE DOS JOVENS NO
MERCADO DE TRABALHO DIANTE DAS
TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E SOCIAIS
BRASILEIRAS NA ÚLTIMA DÉCADA.**

Belo Horizonte
2017

Felipe da Silva Basso	Inserção e sobre-escolaridade dos jovens no mercado de trabalho diante das transformações econômicas e sociais brasileiras na última década.		UFMG-FACE CEDEPLAR 2017
----------------------------------	---	--	--

Felipe da Silva Basso

INSERÇÃO E SOBRE-ESCOLARIDADE DOS JOVENS NO
MERCADO DE TRABALHO DIANTE DAS TRANSFORMAÇÕES
ECONÔMICAS E SOCIAIS BRASILEIRAS NA ÚLTIMA
DÉCADA.

Dissertação apresentada ao Centro de
Desenvolvimento e Planejamento Regional da
Universidade Federal de Minas Gerais, como
requisito parcial à obtenção do título de Mestre
em Economia.

Área de Concentração: Economia do Trabalho

Orientadora: Prof. Dr. Ana Maria Hermeto
Camilo de Oliveira

Belo Horizonte
2017

Ficha Catalográfica

B332i
2017

Basso, Felipe da Silva.

Inserção e sobre-escolaridade dos jovens no mercado de trabalho
diante das transformações econômicas e sociais brasileiras na última
década / Felipe da Silva Basso. – 2017.

92 f.: il., gráfs. e tabs.

Orientadora: Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais,
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional.

Inclui bibliografia (f. 89-92).

1. Mercado de trabalho - Efeito da educação - Teses. 2. Juventude –
Emprego - Brasil – Teses. 3. Economia – Teses. I. Oliveira, Ana Maria
Hermeto Camilo de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro
de Desenvolvimento e Planejamento Regional. III. Título.

CDD: 331.120981

Elaborada pela Biblioteca da FACE/UFMG – FPS053/2018

AGRADECIMENTOS

A Deus por estar presente em todos os momentos.

Aos meus pais Carlos Basso e Solange Terezinha Rosa da Silva pelo amor e apoio incondicional. E meus irmãos Heloisa da Silva Basso e Marcos da Silva Basso pelo companheirismo, além de todos os outros familiares que sempre estiveram torcendo por mim.

A todos os professores e funcionários do Cedeplar, em especial a Prof. Dr. Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira que foi uma grande professora e orientadora e com quem tive a oportunidade de conviver e aprender muito durante os últimos dois anos como aluno e como orientando.

Aos meus colegas da Pós-graduação do Cedeplar, em especial para Gabriel Borges Vaz de Melo e Guilherme Marques Moura que também são grandes amigos e com quem passei momentos memoráveis.

Também não poderia esquecer os amigos que fiz ao longo da vida, com quem vivi bons momentos, pude compartilhar as angústias e que foram importantes para meu crescimento pessoal: Arthur, Bruna, James, Jefferson, Laís, Rodrigo, Saul e Vitor.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo avaliar a inserção e sobre-escolaridade dos jovens no mercado de trabalho das regiões metropolitanas brasileiras. Particularmente, pretende-se analisar não apenas se o jovem está trabalhando ou não, mas também o tipo de ocupação em que está inserido (formal ou informal, público ou privado) e ainda a qualidade da inserção (adequado ou sobre-escolarizado). Neste sentido, almeja-se estabelecer os determinantes da inserção, o impacto da expansão educacional e ciclos econômicos, diferenças entre gêneros e principalmente comparar os jovens de acordo com seu status de escolaridade (não graduados, recém-graduados e graduados há mais tempo). Para tanto, foram estimados quatro modelos, no primeiro foi utilizado o método *logit* em que a variável dependente é binária e para os outros três modelos foi utilizado o método *logit* multinomial em que a variável dependente apresenta mais de duas possibilidades de escolha, sendo que foram feitas três versões de cada modelo: com todos os jovens, apenas com homens e apenas com mulheres. Os resultados indicaram que quanto maior a idade maior a probabilidade de entrar no mercado de trabalho e que os jovens que ainda vivem com os pais têm menos chances de trabalhar. Além disso, constatou-se que em anos de crescimento econômico a probabilidade de trabalhar aumentou e em anos de recessão ou estagnação essa probabilidade diminuiu, houve uma tendência de formalização no mercado de trabalho ao longo do período e os trabalhos no setor público se mostraram menos voláteis às variações econômicas. O grau de sobre-escolaridade é elevado entre os jovens que possuem nível superior, mais da metade dos ocupados trabalha sobre-escolarizado, o que representa uma ineficiência na alocação desses indivíduos no mercado de trabalho. Entretanto, não houve um aumento significativo ao longo dos últimos anos na taxa de sobre-escolaridade, ou seja, a oferta e a demanda por mão de obra mais escolarizada caminharam no mesmo sentido. No que diz respeito às diferenças de gênero, as mulheres têm uma probabilidade menor de trabalhar e essa probabilidade pode ser ainda mais baixa dependendo dos arranjos familiares, uma vez que muitas mulheres abrem mão da vida profissional em função das atividades domésticas e criação dos filhos. Por fim, ter curso superior melhora substancialmente as chances de entrar no mercado de trabalho e essa probabilidade é ainda maior após um tempo de formado, aliás, esse tempo também aumenta as chances de trabalhar em ocupações em que o nível de escolaridade exigido pelo cargo está de acordo com o nível de escolaridade do indivíduo.

Palavras-chave: Jovens. Mercado de trabalho. Mismatch.

ABSTRACT

This work aims to evaluate the insertion and the overeducation of young people in the labor market of Brazilian metropolitan regions. Particularly, it is intended to analyze not only if the young person is working or not, but also the type of occupation in which they are inserted (formal or informal, public or private) and also the quality of the insertion (adequately educated or overeducated). Therefore, it purposes to establish the determinants of insertion, the impact of educational expansion and economic cycles, differences between genders and mainly compare young people according to their educational status (non-graduated, recent graduated and graduated for longer). For attending the goals, four models were estimated, for the first one it is applied the logit method in which the dependent variable is binary and for the other ones it is applied the multinomial logit in which the dependent variable has more than two alternatives, each one of them has three versions: with all young people, only with men and only with women. The results indicate that the greater the age, the greater the probability of working and that the young people who still live with their parents are less likely to work. In addition, it was found that in years of economic growth the probability of working increased and in years of recession or stagnation this probability decreased, there was a trend of formalization in the labor market throughout the period and jobs in the public sector are less volatile in relation to the economic variations. The degree of overeducation is high among young people with college degree, more than a half of the employed ones work overeducated, which represents an inefficiency in the allocation of these people in the labor market. However, there has not been a significant increase over the last years in the overeducation rate and it means that the supply and demand for more schooling labor force have moved in the same direction. With respect to gender differences, women are less likely to work and this probability may be even lower depending on family arrangements, it is a fact that many women have to give up of their professional career because of domestic activities and for their children's education. Finally, young people with college degree improve substantially the chances of working and this probability is even greater after a time of being graduated, by the way, a time after being graduated also increases the chances of working in occupations where the level of education required by the position is the same level education acquired by the individual.

Key words: Youth. Labor market. Mismatch.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Variáveis Explicativas	39
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Distribuição da população, por grupo etário, das regiões metropolitanas, nos anos de 2002 e 2015.....	42
GRÁFICO 2 - Distribuição dos jovens por raça e gênero, das regiões metropolitanas, nos anos de 2002 e 2015.....	43
GRÁFICO 3 - Distribuição dos jovens com nível superior, por raça e gênero, das regiões metropolitanas, nos anos de 2002 e 2015.....	43
GRÁFICO 4 – Evolução da proporção de indivíduos com nível superior, das regiões metropolitanas, entre os jovens e na população, entre 2002 e 2015.....	44
GRÁFICO 5 – Evolução da proporção de jovens com nível superior, por raça e gênero, das regiões metropolitanas, entre 2002 e 2015.....	45
GRÁFICO 6 – Evolução da proporção de jovens com nível superior por região metropolitana, entre 2002 e 2015.....	46
GRÁFICO 7 - Condição na família dos jovens com ensino superior, por gênero, das regiões metropolitanas, nos anos de 2002 e 2015.....	47
GRÁFICO 8 - Condição na família dos jovens sem nível superior, por gênero, das regiões metropolitanas, nos de 2002 e 2015.....	48
GRÁFICO 9 - Distribuição dos jovens por quintil de renda <i>per capita</i> e nível de escolaridade, das regiões metropolitanas, nos anos de 2002 e 2015.....	49
GRÁFICO 10 - Taxa de atividade por grupo etário e nível de escolaridade, das regiões metropolitanas, nos anos de 2002 e 2015.....	50
GRÁFICO 11 – Evolução da taxa de desemprego por grupo etário e nível de escolaridade, das regiões metropolitanas, entre 2002 e 2015.....	51
GRÁFICO 12 – Distribuição dos trabalhadores entre subescolarizados, adequados e sobre-escolarizados por grupo etário, das regiões metropolitanas, nos anos de 2002 e 2015.	52
GRÁFICO 13 - Taxa de atividade dos jovens por gênero, raça e nível de escolaridade, das regiões metropolitanas, nos anos de 2002 e 2015.....	53
GRÁFICO 14 – Evolução da taxa de desemprego dos jovens por gênero, raça e nível de escolaridade, das regiões metropolitanas, entre 2002 e 2015.....	54
GRÁFICO 15 - Taxa de sobre-escolaridade dos jovens com nível superior por gênero e raça, das regiões metropolitanas, nos anos de 2002 e 2015.....	55
GRÁFICO 16 – Evolução da proporção de jovens ocupados entre os grupos de escolaridade, das regiões metropolitanas, entre 2002 e 2015.....	56
GRÁFICO 17 – Evolução da proporção dos jovens que trabalham no setor formal, entre os grupos de escolaridade, das regiões metropolitanas, entre 2002 e 2015.....	57
GRÁFICO 18 - Proporção de jovens que trabalham no setor público, entre os grupos de escolaridade, das regiões metropolitanas, nos anos de 2002 e 2015.	58
GRÁFICO 19 – Evolução da taxa de sobre-escolaridade entre os jovens com nível superior e grupos de escolaridade, das regiões metropolitanas, entre 2002 e 2015.....	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Escolha dos jovens, entre trabalhar e não trabalhar, das regiões metropolitanas.....	66
Tabela 2: Escolha dos jovens entre não trabalhar, trabalhar informal ou trabalhar formal, das regiões metropolitanas.	71
Tabela 3: Escolha dos jovens entre não trabalhar, trabalhar privado ou trabalhar público, das regiões metropolitanas.	77
Tabela 4: Escolha dos jovens entre não trabalhar, trabalhar adequado ou trabalhar sobre-escolarizado, das regiões metropolitanas.	82

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 - REFERENCIAL TEÓRICO E EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS	13
1.1 Transição para a vida adulta.....	13
1.2 Escolha entre escola e trabalho.....	16
1.3 Desemprego entre jovens	21
1.4 <i>Mismatch</i> e expansão educacional.....	25
1.5 Ciclos econômicos	34
CAPÍTULO 2 - BASE DE DADOS E REFERENCIAL METODOLÓGICO	37
2.1 Base de dados e variáveis.....	37
2.2 Análise descritiva dos dados	41
2.2.1 Contexto social e demográfico	41
2.2.2 Perfil socioeconômico e familiar dos jovens brasileiros	46
2.2.3 Jovens e mercado de trabalho	49
2.2.4 Análise das variáveis dependentes	55
2.3 Modelos	59
2.3.1 <i>Logit</i>	59
2.3.2 <i>Logit</i> Multinomial	61
CAPÍTULO 3 – RESULTADOS.....	64
3.1 Escolha entre trabalhar e não trabalhar	64
3.2 Escolha entre não trabalhar, trabalhar informal ou trabalhar formal	68
3.3 Escolha entre não trabalhar, trabalhar no setor privado ou trabalhar no setor público	73
3.4 Escolha entre não trabalhar, trabalhar adequado ou trabalhar sobre-escolarizado	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	89

INTRODUÇÃO

A maior dificuldade que os jovens enfrentam para ingressar no mercado de trabalho é uma realidade presente praticamente no mundo todo e no Brasil não é diferente. Trata-se de um grupo etário em que a incidência no desemprego, inatividade ou ocupações mais precárias é mais elevada. Visto que este é um problema que pode trazer prejuízos não apenas ao jovem e sua família, mas que também gera um custo social, torna-se relevante investigar suas razões e implicações. Neste sentido, o presente trabalho vai de encontro a este debate e pretende avaliar a inserção de jovens no mercado de trabalho. Almeja-se não apenas analisar se o jovem está trabalhando ou não como também o tipo de trabalho e a qualidade da inserção. Particularmente, procura-se estabelecer quais são os principais determinantes, qual o efeito dos ciclos econômicos e da expansão educacional, diferenças de gênero e comparar os jovens quanto ao seu status de escolaridade, de modo que foram separados em três grupos: não graduados, recém-graduados e graduados há mais tempo.

A fim de atender os objetivos foram definidos quatro modelos, cada um deles em três versões: com todos os jovens, só com homens e só com mulheres. No primeiro modelo a variável dependente representa a decisão entre trabalhar e não trabalhar e o método utilizado foi o *logit* que corresponde a metodologia para variáveis dependentes que são binárias. Nos outros três modelos o método utilizado foi o *logit* multinomial que é indicado para os casos em que a variável dependente possui mais de duas possibilidades de escolha. No modelo 2 a variável dependente representa a decisão do jovem entre não trabalhar, trabalhar informal ou trabalhar formal. No modelo 3 a variável dependente representa a decisão entre não trabalhar, trabalhar privado ou trabalhar público. Por fim, no modelo 4, a variável dependente representa a decisão do jovem entre não trabalhar, trabalhar adequado ou trabalhar sobre-escolarizado.

A relevância das questões propostas justifica-se pelo fato de que o Brasil passou, na primeira década do século XXI, por transformações de natureza econômicas, estruturais e sociais que interferem na dinâmica do mercado de trabalho e, conseqüentemente, nas oportunidades e escolhas dos agentes econômicos, entre eles os jovens. No que concerne à questão econômica, os primeiros anos do século foram positivos para o mercado de trabalho, com a criação de novos postos de trabalho, aumento dos salários reais e diminuição da taxa de desemprego, beneficiados pelas elevadas taxas de crescimento do PIB brasileiro. Por outro lado, desde

2013, que marca o início da estagnação da economia brasileira, os avanços obtidos no mercado de trabalho começam a se reverter.

Ao mesmo tempo, é possível notar mudanças estruturais da composição da PEA (população economicamente ativa). Nos últimos anos, o aumento da renda das famílias, criação de programas de financiamento para pessoas de baixa renda no ensino superior e ampliação das vagas nas Universidades Públicas, possibilitou a melhora do acesso à Universidade e crescimento do número de indivíduos que possuem curso superior. Ainda que o cenário de estagnação econômica seja ruim para as perspectivas do mercado de trabalho, o aumento do capital humano da sociedade favorece o ingresso no mercado de trabalho.

A entrada no mercado de trabalho faz parte do processo de transição para a vida adulta, um fenômeno que representa o amadurecimento e a conquista de independência e responsabilidade dos indivíduos (HILL; HOLZER, 2006). Madeira (2006) destaca a importância da obtenção de um trabalho como a condição para que o jovem tenha independência econômica, possa sair de casa e constituir uma nova família. Para Furstenberg (2010), o processo de transição para a vida adulta tem se tornado mais lento e complexo ao longo dos anos. No Brasil, esse prolongamento se deu principalmente pelo aumento da permanência escolar (COSTA-RIBEIRO, 2009).

A saída da escola e entrada no mercado envolve uma série de decisões sobre o quanto investir em capital humano e qual o melhor momento de começar a trabalhar, sob o ponto de vista da abordagem microeconômica neoclássica, trata-se de uma estratégia em que os agentes buscam a maximização do bem-estar. Becker (1991) vai um pouco além da perspectiva de escolhas individuais e, propõe um modelo que envolve a família como um todo. O nível de capital humano, geralmente definido pelos anos de estudo, é um ponto chave do dilema enfrentado pelos jovens entre trabalhar e/ou estudar. Neste aspecto, a decisão do quanto investir em qualificação vai depender do retorno esperado desse investimento e, segundo Contu (2012), o maior nível educacional facilita o acesso no mercado de trabalho.

Tillmann e Comin (2014) propõem por meio da abordagem do capital humano e considerando a dimensão temporal que a juventude é a fase da vida em que o investimento em capital humano seria mais oportuno. A decisão de estudar é considerada um investimento de longo prazo e quanto mais novo o indivíduo mais longo é o horizonte de tempo para a recuperação

dos custos e maturação dos investimentos. Entretanto Barros, Mendonça e Velazco (1994) destacam que existe um *trade off* relacionado ao custo de oportunidade do investimento em educação uma vez que afeta a renda no curto prazo, mas no longo prazo pode garantir a geração de renda maior no futuro.

Outrossim, deve ser levado em consideração que os jovens sofrem maiores dificuldades de acessar o mercado de trabalho (CONTU, 2012) e que possuem uma taxa de desemprego mais elevada (BELL; BLANCHFLOWER, 2011b). O desemprego entre jovens é um problema complexo, gera grandes custos sociais e persiste mesmo quando o cenário econômico é favorável (BELL; BALCHFLOWER, 2011b). Experiências de desemprego entre os mais jovens representam um problema grave e de difícil solução (EICHHORST; HINTE; RINNE, 2013), podem causar danos que afetam os resultados futuros no mercado de trabalho (BELL; BLANCHFLOWER, 2011b) e para a parcela menos instruída as consequências são piores (BELL; BLANCHFLOWER, 2011a), já que a taxa de desemprego é maior para os indivíduos que não possuem curso superior. As razões envolvidas neste fato geralmente são falta de experiência que dificulta a chance de obter um emprego (BELL; BALCHFLOWER, 2011a; CORSEUIL, 2014a) e alta rotatividade no mercado de trabalho (FLORI, 2005; CORSEUIL, 2014a).

Outro indicador do mercado de trabalho e complementar a taxa de desemprego é o grau de *mismatch*. O conceito de *mismatch* no mercado de trabalho pode ser definido como uma situação na qual o grau de escolaridade de um indivíduo não corresponde às atribuições exigidas pelo cargo que ele ocupa. Neste sentido, existem três possibilidades pelas quais um indivíduo pode ser classificado. O indivíduo será sobre-escolarizado se o seu nível de capital humano é superior às demandas do seu trabalho. O indivíduo será adequado se o seu grau de qualificação corresponder às expectativas do seu emprego. O indivíduo será subescolarizado se o seu nível de qualificação for inferior às exigências de sua função. A proporção de adequação é uma medida qualitativa do mercado trabalho já que está positivamente correlacionada com o crescimento, produtividade, competitividade e eficiência da economia (ILO, 2014).

De acordo com Gangl (2002) uma das razões do aumento da sobre-escolaridade diz respeito ao processo de expansão educacional, que implica o crescimento do número de indivíduos com nível superior. De acordo com os dados da PME (Pesquisa Mensal do emprego), a

proporção de indivíduos com nível superior aumentou de 6% em 2002 para 11,65% em 2015. Ademais, as oscilações econômicas têm um impacto direto no mercado de trabalho. Em momentos de recessão, a taxa de desemprego se eleva (ILO, 2014). A taxa de desemprego subiu de 5% em 2014 para 7% em 2015, segundo os dados da PME. Nesses períodos, grupos de indivíduos mais vulneráveis, como o de jovens, são os mais prejudicados (CAHUC *et. al.*, 2013; BELL; BLANCHFLOWER, 2011a). Além disso, para este grupo etário, o desemprego de longa duração cresce bem como a incidência em empregos temporários (O’HIGGINS, 2012).

Além desta introdução este trabalho contém mais três capítulos e as considerações finais. O primeiro capítulo traz as contribuições teóricas e evidências empíricas sobre o tema. No segundo capítulo é apresentada a base de dados e os métodos utilizados para seu tratamento e construção das variáveis, análise descritiva dos dados, referencial metodológico e definição dos modelos. O terceiro capítulo é composto dos resultados e análise das regressões. Por fim, nas considerações finais são destacadas as contribuições do estudo e possíveis resoluções.

CAPÍTULO 1 - REFERENCIAL TEÓRICO E EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

Este capítulo tem como objetivo o embasamento teórico das discussões propostas, trazendo as principais contribuições da literatura e as evidências empíricas nacionais e internacionais. Desse modo, procura-se estabelecer como os temas tratados no presente trabalho estão interligados com a questão central que é a inserção de jovens no mercado de trabalho, seus principais determinantes e evolução ao longo do tempo considerando as diferenças de gênero e categorias de comparação estabelecidas: jovens sem nível superior, recém formados e formados há mais tempo. Ademais, pretende-se com este capítulo promover um diálogo de como o assunto é tratado nas suas diversas abordagens, evidenciando diferenças, semelhanças e qual a maneira mais apropriada de tratar o tema considerando a realidade socioeconômica brasileira. Mais especificamente, serão tratados os seguintes tópicos: transição para a vida adulta, escolha dos jovens entre escola e trabalho, desemprego, *mismatch* e expansão educacional e ciclos econômicos.

1.1 Transição para a vida adulta

Esta seção estabelece a conexão entre o processo de transição para a vida adulta e a entrada dos jovens no mercado de trabalho. A passagem para a vida adulta é marcada por uma série de acontecimentos que refletem o processo de amadurecimento, independência e responsabilidade dos jovens (HILL; HOLZER, 2006). Segundo os autores, o fenômeno pode ser caracterizado de acordo com uma série de eventos, entre eles, estabelece como os mais importantes: inserção no mercado de trabalho, morar sozinho, casar ou ter filhos. Estes mesmos eventos são considerados por Camarano, Kanso e Mello (2006), no caso brasileiro, que argumentam que a transição para a vida adulta é um fenômeno maior do que a simples passagem da escola para o mercado de trabalho e envolve desde a formação escolar e inserção profissional até a formação de um núcleo familiar, que pode ocorrer via casamento, nascimento do primeiro filho e/ou saída da casa dos pais. Para Furstenberg (2010), o processo de transição para a vida adulta tem se tornado mais lento e complexo ao longo dos anos. No Brasil, esse prolongamento se deu principalmente pelo aumento da permanência escolar (COSTA-RIBEIRO, 2009).

Segundo Furstenberg (2010), a sequência em que esses eventos ocorriam no passado seguia um padrão mais rígido, mas, nos anos mais recentes, eles têm sido menos ordenados e não tão

previsíveis por conta das mudanças familiares e sociais. As famílias teriam se conscientizado do prolongamento do processo que marca independência econômica e maturidade social. Entre as mudanças demográficas e na estrutura familiar, Lapierre (2002) destaca o avanço das mulheres no mercado de trabalho como um dos principais responsáveis pela queda na taxa de fecundidade, diminuição do número de filhos que no longo prazo implica a diminuição da parcela de crianças e jovens na população. A menor quantidade de filhos nas famílias e o aumento da renda familiar provocado pela entrada da mulher no mercado tornou possível o maior investimento e prolongamento no tempo de criação dos filhos.

Mais especificamente sobre a transição via mercado de trabalho, Camarano Kanso e Mello (2006) lançam luz sobre a importância da obtenção de um trabalho como a condição para que o jovem tenha independência econômica, possa sair de casa e constituir uma nova família. É comum que a passagem para a vida adulta ocorra quando o jovem tenha segurança da inserção no mercado de trabalho, situação que tende a ocorrer depois dos 30 anos (MADEIRA, 2006). Conforme a idade do jovem avança, a frequência escolar tende a diminuir progressivamente e aumentar a participação na força de trabalho (BARROS; MENDONÇA, 1991).

Madeira (2006) relata que nos países mais desenvolvidos o período entre 18 e 30 anos é marcado por grandes mudanças, trata-se de um período de formação educacional, treinamento profissional e construção dos alicerces para a definição das ocupações futuras. Camarano Kanso e Mello (2006) dizem que, nesses países, a entrada no mercado de trabalho ocorre após o término do ensino formal, mas no Brasil e em países da América Latina, muitas vezes, a inserção ocorre concomitantemente à permanência na escola.

Ademais, vale ressaltar que existem diferenças significativas entre os gêneros no processo de transição (CAMARANO; KANSO; MELLO, 2006). Dado que, para a maior parte dos homens, a passagem para a vida adulta é via mercado de trabalho e, no caso das mulheres, existe uma parcela significativa na qual o fenômeno é marcado via casamento ou maternidade. Entretanto, Lloyd *et. al.* (2005b), ao analisar países em desenvolvimento, destaca que o processo transição de homens e mulheres tem se tornado mais semelhante.

Como foi relatado, o processo de transição para a vida adulta tem se tornado mais complexo e duradouro. Os jovens, atualmente, passam mais anos dedicando-se às atividades escolares e a entrada no mercado de trabalho quando não ocorre mais tardiamente, acontece

concomitantemente com a continuidade dos estudos. As mudanças no processo de transição ocorreram em diversos países, ainda que sejam evidentes algumas semelhanças verifica-se que a realidade socioeconômica de cada país interfere diretamente nessa dinâmica. A seguir são apresentados estudos de como esse fenômeno se alterou ao redor do mundo.

Quintini, Martin e Martin (2007) estudaram o processo de transição de jovens, entre 15 e 29 anos, dos países da OCDE, entre 1995 e 2005. Eles concluíram que este é um processo marcado por alta transição dos jovens entre os estados de emprego, desemprego e inatividade (o que pode incluir a realização de atividades acadêmicas), em que os períodos desemprego, inatividade e empregos temporários são mais comuns nos jovens com menor nível de capital humano. Em contraposição, Hill e Holzer (2006) encontraram indícios de que o melhor rendimento escolar no ensino médio pode melhorar as chances no mercado de trabalho, em um estudo em que compara o processo de transição de jovens americanos de 1980 e dos anos 2000. Na mesma linha, Furstenberg (2010), avaliando o processo de transição de jovens americanos de 18 até 34 anos, entre 1950 e 2007, alega que ao passo que a independência econômica foi se tornando mais tardia as famílias foram compreendendo e se adaptando a essas novas mudanças.

Camarano, Kanso e Mello (2006) exemplificam como é o processo de transição no Brasil. O trabalho compara o processo de transição dos jovens brasileiros para a vida adulta em dois pontos no tempo, na década de 1980 e 2000 e concluem que o fenômeno tornou-se mais complexo e heterogêneo. Os autores observaram que houve um prolongamento da permanência dos jovens na escola ao longo do tempo. Outro ponto importante é que, enquanto em 1980 a saída da escola correspondia à entrada no mercado de trabalho, em 2000 a entrada no mercado de trabalho se deu antes da saída da escola, deste modo, não houve um adiamento significativo no que se refere à inserção no mercado de trabalho. Mas as principais transformações, segundo as autoras, ocorreram nas questões de gênero, relacionadas aos avanços no mercado de trabalho e maior inserção social da mulher. A participação masculina nas atividades econômicas se reduziu e a participação feminina aumentou muito. Anteriormente a transição feminina era majoritariamente via casamento ou maternidade. A maior participação das mulheres no mercado de trabalho, facilitada pelo aumento da escolaridade deste grupo, ampliaram as alternativas de transição dado que o percentual de mulheres que transacionaram via mercado de trabalho quase dobrou no período. Ainda assim o modelo tradicional parece prevalecer.

1.2 Escolha entre escola e trabalho

A presente seção trata dos fatores que estão por trás do processo de decisão dos jovens com relação à qualificação e à entrada no mercado de trabalho. Também são apresentadas discussões sobre os principais determinantes do nível de capital humano. Compreender essas questões é crucial na medida em que o nível de escolaridade é um dos principais fatores que define o padrão de inserção no mercado de trabalho.

A escolha sobre a alocação do tempo entre escola e trabalho é visto, sob o ponto de vista da abordagem microeconômica neoclássica, como uma estratégia em que os agentes buscam a maximização do bem-estar. Becker (1991) trata do assunto por meio de uma perspectiva que vai além de escolhas individuais e, propõe um modelo que envolve a família como um todo. Neste modelo, a maximização do bem-estar familiar é a função objetivo.

No modelo, o núcleo familiar é a unidade responsável pela decisão de alocação do tempo entre trabalho e realização das atividades domésticas dos seus membros. Sua formalização retrata as definições dos papéis de gênero em que a mulher é responsável pelos afazeres domésticos e criação dos filhos, já o homem, como chefe de família e provedor, vai para o mercado de trabalho. Um dos objetivos é explicar as razões da menor participação da mulher na força de trabalho. Ainda que essas definições sejam fortes determinantes de quais atividades são exercidas por homens e quais atividades são exercidas por mulheres, muitos avanços têm ocorrido no sentido de ampliar as possibilidades das mulheres no mercado de trabalho, visto que, observa-se um aumento contínuo da participação feminina na população economicamente ativa.

Algumas limitações podem surgir quando tais modelos são aplicados em economias menos desenvolvidas. Em países mais pobres, nem sempre estudar e/ou trabalhar é uma questão de escolha. Tillman e Comin (2014) discutem que, para a realidade brasileira, as ações dos indivíduos são limitadas pela escassez de recursos e pelas oportunidades disponíveis na economia. Ainda segundo os autores, o nível de atividade econômica e as possibilidades que o mercado oferece são resultados das combinações das ações privada e coletiva dos agentes e organizações.

O nível de capital humano, geralmente definido pelos anos de estudo, é um ponto chave do dilema enfrentado pelos jovens entre trabalhar e/ou estudar. Neste aspecto, a decisão do quanto investir em qualificação vai depender do retorno esperado desse investimento e, segundo Contu (2012), o maior nível educacional facilita o acesso no mercado de trabalho. Paralelamente, Arcidiacono, Bayer e Hizmo (2010) discutem os modelos tradicionais de Spence (1973) e Weiss (1995) em que a educação é vista como um sinalizador que classifica os indivíduos em grupos de diferentes capacidades. A idéia desses modelos é que os anos de estudo não implicam necessariamente maior produtividade, mas servem para separar os indivíduos entre os mais habilitados e menos habilitados. Entretanto, os autores concluem que a educação tem um papel muito maior do que um simples sinalizador na determinação dos salários. Ainda segundo os autores, a formação no ensino superior permite que os indivíduos revelem diretamente suas capacidades aos potenciais empregadores, a habilidade é perfeitamente revelada entre os que possuem curso superior, mas para os que possuem apenas ensino médio esse processo é mais gradual e é revelado por meio das experiências profissionais.

Dada a importância da escolaridade nos resultados do mercado de trabalho, Lloyd *et. al.* (2005a) verifica que houve um aumento da permanência escolar dos jovens em países em desenvolvimento. A autora acredita que este fato é resultado do maior interesse dos jovens e dos pais desses jovens na continuidade dos estudos, ampliação e foco em políticas públicas educacionais, muitas vezes impulsionados por acordos e compromissos internacionais, esta seria uma realidade mesmo em países com menores taxas de crescimento. Nestes países, o retorno da educação é extremamente elevado, dado que o nível educacional da população é baixo e quanto maior o nível de capital humano maior a estabilidade no emprego (LLOYD *et. al.*, 2005b). Entretanto, o acesso aos níveis escolares mais elevados como nível superior não é homogêneo na população e se restringe as classes sociais de renda mais alta (LLOYD *et. al.*, 2005a). De acordo com a autora, a lacuna de anos de estudos entre mais ricos e mais pobres ou indivíduos do meio rural e urbano ainda é elevada.

Lloyd *et. al.* (2005a) destaca ainda que a expansão educacional nos países em desenvolvimento contribuiu para a diminuição das diferenças de gênero. Consoante a autora, a melhora nos indicadores educacionais beneficiou principalmente as mulheres. Em alguns países da América Latina, nota-se que atualmente, a escolaridade feminina é maior em relação à masculina (LLOYD *et. al.*, 2005a).

É importante ressaltar quanto a complexidade envolvida na escolha entre trabalhar e estudar que existem particularidades referentes da realidade brasileira. A partir disso, Tillmann e Comin (2014) propõem por meio da abordagem do capital humano e considerando a dimensão temporal que os jovens seriam o grupo etário mais propício ao investimento em capital humano. A decisão de estudar é considerada um investimento de longo prazo, quanto mais novo o indivíduo mais longo é horizonte de tempo para a recuperação dos custos e maturação dos investimentos. Os autores ainda ressaltam que as expectativas de retorno do investimento em educação são contabilizadas a partir dos ganhos potenciais sobre os níveis de consumo e renda futuros.

Barros, Mendonça e Velazco (1994) discutem a decisão de investimento em educação dentro da estratégia familiar de maximização do bem-estar. Para os autores existe um *trade off* relativo ao custo de oportunidade do investimento em educação que afeta a renda no curto prazo, mas no longo prazo pode garantir a geração de renda maior no futuro. De acordo com Cabanas, Komatsu e Menezes Filho (2014), mais anos de estudo facilitam a inserção no mercado de trabalho e proporcionam aumentos salariais. Portanto, a decisão do quanto investir em qualificação vai depender do retorno esperado desse investimento.

Para Camarano, Kanso e Mello (2006) a escola desempenha um papel importante na preparação para o mercado de trabalho e formação da cidadania. Enquanto no passado era a razão da ascensão social de muitos jovens, atualmente não é suficiente para garantir a entrada no mercado de trabalho, é apenas condição necessária. Dado que a exigência por qualificação é maior, seria cada vez mais necessário investir em capital humano para conseguir entrar no mercado de trabalho. Ainda assim, conforme as autoras boa parte da desigualdade das estruturas salariais no Brasil é reflexo das diferenças educacionais, onde nem todos jovens tem a possibilidade de prosseguir nos estudos e conquistar melhores oportunidades de emprego.

Com o passar do tempo, à medida que o jovem atinge idades mais compatíveis com a atividade econômica, é essencial que as decisões sejam estratégicas (DA SILVA LEME; WAJNMAN, 2000). Nesse sentido, quanto mais avançada a idade do jovem menor é a probabilidade de só estudar e maior é a probabilidade de só trabalhar (SILVA; KASSOUF, 2002). As autoras argumentam que o aumento da idade eleva o custo de oportunidade do

estudo porque o mercado de trabalho torna-se mais atrativo em relação à escola, sendo que as razões para tal podem ser agrupadas em três categorias de acordo com a literatura. Em primeiro lugar, porque as ofertas de trabalho com melhores condições e maiores salários se tornam mais frequentes, em parte em consequência do crescimento da produtividade com a idade. A compulsoriedade escolar se reduz e a atratividade da escola diminui, o que se deve tanto a repetência quanto a descrença ou insatisfação com o sistema educacional brasileiro. Por último, a crescente necessidade de independência que ocorre com o aumento da idade acarreta em maior demanda por orçamento próprio.

Uma vez definido o funcionamento do processo de escolha entre escola e trabalho, é necessário estabelecer quais são os principais determinantes da acumulação de capital humano. Nesse sentido, a literatura brasileira é bem consolidada e incorpora os aspectos relativos à sua realidade econômica. Nessa linha, a escolaridade da família, principalmente dos pais, é um dos principais determinantes da quantidade de capital humano obtida pelos jovens e essa relação positiva ocorre independentemente do gênero (CORSEUIL; SANTOS; FOGUEL, 2001). Tillmann e Comim (2014) mostram que as variáveis de educação indicam forte transmissão intrageracional da escolaridade. Cabanas, Komatsu e Menezes Filho (2014) relatam que a escolaridade maior dos pais proporciona melhores condições para qualificação dos filhos e menor necessidade de que estes entrem no mercado de trabalho e se dediquem mais à escola. Considerando o perfil de baixa escolaridade brasileira, este fato dificulta os avanços educacionais no país, já que filhos de pais menos escolarizados são menos incentivados a permanecer na escola (SILVA; KASSOUF, 2002)

Além disso, a renda familiar também se mostra importante na quantidade de anos de estudo que o jovem vai acumular. No contexto do núcleo familiar, os jovens são considerados potenciais geradores de renda do presente e ao mesmo tempo têm a capacidade de acumular capital humano no futuro. Entretanto o custo de oportunidade para as famílias de cobrir os estudos do jovem que também não pode trabalhar é enorme, principalmente considerando a realidade brasileira (TILLMANN; COMIM, 2014).

Cabanas, Komatsu e Menezes Filho (2014) mostram uma forte dependência dos jovens em relação à renda familiar. Para os autores quanto maior renda domiciliar melhores são as condições de qualificação dos filhos que se dedicam mais aos estudos ainda que sofram pressões para a entrada no mercado de trabalho, ou seja, em famílias de renda mais elevada os

pais conseguem cobrir o custo de oportunidade de estudo dos filhos. De acordo com Silva e Kassouf (2002), dado que a contribuição do jovem na renda familiar é significativa, quanto menor a renda da família maior é a probabilidade do filho só trabalhar e não estudar. A relação positiva entre renda e escolaridade em um país que existe uma proporção elevada de famílias de renda baixa implica a manutenção dos ciclos de pobreza (SILVA; KASSOUF, 2002).

Definidos os processos da tomada de decisão sobre alocação do tempo entre escola e trabalho e os aspectos envolvidos no acúmulo de capital humanos, seguem algumas evidências de estudos sobre o tema, contextualizando para a realidade brasileira.

Corseuil, Santos e Foguel (2001) fizeram uma comparação entre países da América Latina sobre a alocação de tempo entre trabalho e estudo. Vale destacar, entre os resultados, que a educação dos pais contribui fortemente para o maior nível de escolaridade dos filhos em todos os países analisados e que essa influência independe do gênero. Na mesma linha, mas analisando apenas jovens brasileiros Silva e Kassouf (2002) concluíram que a contribuição do jovem na composição da renda familiar é bastante expressiva e não pode ser ignorada na tomada de decisão. É comum que jovens de 12 e 13 anos já tenham tido alguma experiência de trabalho, principalmente nas áreas rurais. Esta é uma realidade que prejudica a continuidade dos estudos, em geral, jovens que entraram mais cedo no mercado de trabalho possuem menor grau de escolaridade. Os resultados mostraram que quanto maior a idade do jovem menor é a probabilidade de só estudar e maior é a probabilidade de só trabalhar, isso porque os custos de oportunidade aumentam com a idade. As autoras argumentam que o fato de existir uma relação forte e positiva entre escolaridade dos pais e dos filhos, considerando a realidade brasileira de baixa escolaridade, contribui para limitar o avanço educacional porque os pais menos escolarizados dão menos valor aos estudos.

Cabanas Komatsu e Menezes Filho (2014) investigaram o processo de decisão entre trabalhar e estudar dos jovens brasileiros de 15 a 24 anos entre os anos de 1992 e 2012. Verificou-se um aumento da quantidade de jovens que só estudam e diminuição na taxa de participação no mercado de trabalho, explicado pelo aumento do nível de renda durante o período, ou seja, o aumento de renda dos brasileiros possibilitou a maior permanência dos jovens na escola e diminuiu a necessidade destes de terem que trabalhar. Os autores observaram que o nível de renda aumentou mesmo entre os jovens, o que elevaria o custo de oportunidade do estudo,

mas esse aumento provocou na verdade uma redução da quantidade de jovens que participam exclusivamente da PEA, em favor da dedicação aos estudos. Foi argumentado que o aumento de renda possibilitou que o jovem investisse em qualificação visando melhores oportunidades no mercado de trabalho. Por outro lado, os jovens com menor escolaridade são mais prováveis de não trabalhar e nem estudar. O trabalho ainda concluiu que além da renda domiciliar, quanto maior a escolaridade dos pais maiores os incentivos para a continuidade de estudo dos filhos. De acordo com os autores, ainda que exista forte pressão para a entrada no mercado de trabalho, pais mais escolarizados e com maior renda conseguem mais facilmente cobrir o custo de oportunidade de estudo dos filhos. Tillmann e Comin (2014) em estudo semelhante destacaram que a escolaridade dos pais e a renda domiciliar refletem as condições do domicílio e indicam forte transmissão intrageracional de renda e de escolaridade, importantes para a acumulação de capital humano dos jovens.

Muito se discute sobre a função da universidade como um meio de aumentar a produtividade dos trabalhadores. Nesse sentido, Arcidiacono e Hizmo (2010) estudaram o papel da universidade como um sinalizador de capacidade nos Estados Unidos durante 1979 e 2004. As evidências mostraram que a universidade é mais do que um sinalizador dado que as medidas de produtividade dos trabalhadores que acabaram de deixar a universidade não se alterou após alguns anos de experiência. Já para indivíduos com ensino médio, a produtividade é inicialmente baixa, mas aumenta bastante ao longo dos anos devido à experiência. No que se refere às diferenças raciais, as medidas de produtividade praticamente não diferem entre indivíduos negros e brancos com nível superior. Mas entre os indivíduos que só possuem ensino médio, negros começam ganhando menos do que brancos e essa diferença aumenta com a experiência.

1.3 Desemprego entre jovens

Na seção anterior foram tratados os determinantes e as escolhas dos jovens sobre o mercado de trabalho. Entretanto, conseguir um trabalho não é algo tão simples, principalmente entre os jovens. Nesse sentido, muitos trabalhos têm se direcionado em tentar investigar o desemprego e a inatividade entre este grupo etário e quais são suas implicações. Este tópico ajuda esclarecer as questões relativas aos determinantes do não trabalho que é um dos objetivos deste estudo.

A literatura trata o desemprego dos jovens de maneira separada, por se tratar de um grupo diferenciado em que os componentes e os custos associados ao desemprego não são os mesmos do restante da população. Uma vez que os jovens sofrem maiores dificuldades de acessar o mercado de trabalho (CONTU, 2012). O desemprego entre jovens é um problema complexo, gera grandes custos sociais e persiste mesmo quando o cenário econômico é favorável (BELL; BLANCHFLOWER, 2011b).

Experiências de desemprego entre os mais jovens representam um problema grave e de difícil solução (EICHHORST; HINTE; RINNE, 2013) e podem causar danos que afetam os resultados futuros no mercado de trabalho (BELL; BLANCHFLOWER, 2011b). Além disso, para a parcela menos instruída as consequências são ainda maiores (BELL; BLANCHFLOWER, 2011a). Dados os custos relacionados com o desemprego nessa fase, alguns trabalhos discutem quais são as particularidades e as razões envolvidas.

Bell e Blanchflower (2011a) dizem que os jovens, de modo geral, possuem uma quantidade menor de capital humano e são menos habilidosos. Os autores alegam que é comum que os jovens entrem na armadilha da experiência, onde os empregadores não contratam por falta de experiência e os jovens entrantes no mercado de trabalho têm dificuldades em serem contratados e acumularem experiência. Ainda assim, o investimento na mão de obra de indivíduos mais jovens pode compensar os custos correntes. Outra hipótese é de que em situações de necessidade de demissão de parte da mão de obra, os jovens seriam a opção mais provável, até mesmo pelos custos de demissão associados que são menores do que dos trabalhadores mais antigos. Além disso, trata-se de um grupo etário que: (i) tem menor rede de contatos, o que restringe a quantidade de oportunidades disponíveis; (ii) tem menos obrigações e despesas, muitas vezes possui suporte financeiro dos pais e, portanto, a pressão e necessidade de trabalhar e/ou procurar trabalho é menor (BELL; BLANCHFLOWER, 2011a).

Não se pode negligenciar que pessoas mais jovens são mais prováveis de terem experiências recentes de desemprego, tal fato prejudica a obtenção de um novo trabalho, considerando que os empregadores olham para o histórico de desemprego para preencher as vagas disponíveis. Por fim, experiências de desemprego e dificuldades de conseguir trabalho desestimulariam sua procura (BELL, BLANCHFLOWER, 2011a).

Apesar de a taxa de desemprego ser mais elevada entre os mais jovens, algumas considerações devem ser feitas em relação à realidade brasileira. Corseuil (2014a) estabeleceu algumas hipóteses que tentam explicar a taxa de desemprego mais alta para este grupo. Uma das razões é a dificuldade de encontrar o primeiro emprego (CORSEUIL, 2014a; FLORI, 2005). Os jovens são mais inexperientes no processo de procura por trabalho e busca das informações necessárias sobre as funções e ocupações disponíveis. Os empregadores têm receio de contratar pessoas com pouca ou nenhuma experiência, dado que maior experiência geralmente implica melhor desempenho e facilita a entrada no mercado de trabalho, por isso trata-se de mão de obra mais desvalorizada (CORSEUIL, 2014a).

A alta rotatividade dos jovens no mercado de trabalho contribui para as taxas de desemprego mais elevadas, ou seja, existem movimentos intensos de entrada e saída no desemprego, menor duração no emprego e maior probabilidade de entrada no desemprego (FLORI, 2005). De acordo com Corseuil *et. al.* (2013), a rotatividade no mercado de trabalho também prejudica o acúmulo de experiência. É por isso que muitas vezes a porta de entrada no mercado de trabalho é em ocupações com remunerações mais baixas ou sem carteira assinada (CORSEUIL, 2014a).

Por fim, mais alguns argumentos são tratados em Flori (2005), como a falta de vagas disponíveis para essa população, muitos jovens sofrem dificuldades de encontrar trabalho e passam por longos períodos de desemprego. De acordo com a autora a taxa de desemprego cai com a idade devido ao tempo de experiência acumulado pelo indivíduo. Por ter pouca experiência, a incidência no desemprego do jovem é maior. Desse modo, a taxa de desemprego cai com a idade, porque diminui a probabilidade de entrada no desemprego e aumenta a probabilidade de saída do desemprego (FLORI, 2005).

Mesmo entre os jovens, características relativas à raça e gênero podem interferir na probabilidade de ficar desempregado. Neste aspecto, uma das possibilidades é a heterogeneidade na produtividade, estoque de capital e habilidades. Entretanto, quando as diferenças persistem mesmo quando controladas pelas características produtivas, estas diferenças são atribuídas à discriminação ou segmentação no mercado de trabalho (BROWNE; MISTRA, 2003).

A discriminação no mercado de trabalho pode ser definida como uma situação em que pessoas igualmente produtivas são avaliadas diferentemente no mercado de trabalho com base no grupo ao qual pertencem por características como sexo ou raça, ou ainda, se as pessoas pertencentes a um grupo forem avaliadas com base em características não produtivas (ALTONJI; BLANK, 1999). Mas vale lembrar que mesmo a dissimilaridade nos atributos produtivos pode ter raízes discriminatórias, mas são elementos estabelecidos antes da entrada no mercado de trabalho, situação definida por Altonji e Blank (1999) como discriminação pré mercado.

Segue abaixo algumas das evidências de estudos que analisaram os determinantes da maior taxa de desemprego entre os jovens. Dentro destes, Bell e Blanchflower (2011b) compararam como a estrutura do desemprego juvenil variou entre países da União Europeia e Estados Unidos, entre 1979 e 2010. Foram encontradas taxas de desemprego mais elevadas entre os jovens do que nos outros grupos etários tanto para os países pertencentes à União Europeia quanto nos Estados Unidos. Mais especificamente, uma análise para o caso da Inglaterra mostrou que o desemprego na juventude pode prejudicar a vida profissional futuramente.

Ademais, algumas tendências para a realidade brasileira podem ser vistos em trabalhos como de Flori (2005) que avaliou a estrutura do desemprego juvenil brasileiro, de jovens entre 14 e 24 anos, entre 1983 a 2002. A autora concluiu que no caso brasileiro a duração do desemprego é semelhante entre os grupos etários, a probabilidade de entrada dos jovens no desemprego é que é maior, ou seja, a maior taxa de desemprego entre os jovens não ocorre pela dificuldade de encontrar o primeiro emprego, mas porque indivíduos pertencentes a esse grupo têm mais chances de perderem o emprego. Constatou-se que na verdade a duração no emprego que é mais baixa entre os mais jovens e não a duração no desemprego que é mais elevada.

Corseuil (2014a) analisou as características do primeiro emprego dos jovens entre 15 e 24 anos, das regiões metropolitanas brasileiras entre os anos de 2003 a 2013. Constatou-se que os jovens em busca do primeiro emprego passam por um período um pouco maior no desemprego com relação aqueles que já tiveram alguma experiência profissional. Geralmente são empregos sem carteira, temporários, em tempo parcial ou com menor remuneração. Em outro trabalho, Corseuil (2014b) avaliou a rotatividade dos jovens brasileiros no mercado de trabalho entre os anos de 1996 e 2010. O trabalho verificou que a rotatividade é alta porque

existem taxas mais elevadas de contratação e desligamento. Se por um lado esse fato pode aumentar a chance de maior alinhamento entre as expectativas dos jovens e o trabalho obtido, por outro lado diminui a aquisição de experiência geral e específica, de modo que a elevada rotatividade prejudica no acúmulo de produtividade e aumento da remuneração. Além disso, existem maiores chances de que jovens sejam contratados por empresas que possuem maior grau de rotatividade da mão de obra.

Características como gênero e raça também podem interferir nos resultados obtidos no mercado de trabalho. Nessa linha, Carneiro, Heckman e Masterovo (2003) analisaram as diferenças entre brancos e negros no mercado de trabalho americano entre 1990 e 2000. Dentre os resultados conclui-se que, controlando por habilidade, as diferenças salariais desaparecem, ou seja, a maior fonte de disparidade na remuneração entre brancos e negros é devido às diferenças nos atributos e não no retorno desses atributos.

Albanesi e Sahin (2013) estudaram as diferenças de gênero no mercado de trabalho americano entre 1970 e 2010. O estudo observou uma redução no *gap* da taxa de desemprego entre homens e mulheres durante o período, a mudança foi atribuída à maior participação da mulher na força de trabalho. Os dados também mostraram que em períodos de recessão a taxa de desemprego cresceu mais entre os homens, estando a justificativa ligada com a distribuição de homens e mulheres nas atividades industriais, homens trabalhavam nos setores que foram mais prejudicados com a crise.

Em Oliveira, Scorzafave e Pazello (2009), são analisadas as diferenças no desemprego entre homens e mulheres nas regiões metropolitanas brasileiras em 2004. O estudo verificou uma maior probabilidade das mulheres estarem no desemprego ou inatividade. Foi encontrada uma relação inversa entre educação e inatividade tanto para homens quanto para mulheres. Uma análise por raça também evidenciou que a taxa de desemprego e inatividade é maior entre negros.

1.4 *Mismatch* e expansão educacional

O conceito de *mismatch* no mercado de trabalho pode ser definido como uma situação na qual o grau de escolaridade de um indivíduo não corresponde às atribuições exigidas pelo cargo que ele ocupa. Neste sentido, existem três possibilidades pelas quais um indivíduo pode ser

classificado. O indivíduo será sobre-escolarizado se o seu nível de capital humano é superior às demandas do seu trabalho. O indivíduo será adequado se o seu grau de qualificação corresponder às expectativas do seu emprego. O indivíduo será subescolarizado se o seu nível de qualificação for inferior às exigências de sua função.

De modo geral, existem quatro possibilidades mais recorrentes de determinar se um indivíduo trabalha ou não em *mismatch* que são abordadas em ILO (2014). A maneira normativa é comparar o nível de capital humano do indivíduo com as exigências do seu cargo utilizando um sistema de classificação de ocupações. O método estatístico é comparar o nível de capital humano do indivíduo com a média de capital humano de todos os trabalhadores naquela ocupação. O modo de auto-avaliação é aquele no qual o próprio indivíduo responde se é subescolarizado, adequado ou sobre-escolarizado. Por fim, existe o método da taxa de remuneração que é dado pela comparação entre o salário recebido e o salário potencial.

A avaliação do grau de *mismatch* é uma forma de complementar as análises de desemprego e de ineficiência do mercado de trabalho, já que uma análise mais global não passa apenas em olhar se a população está trabalhando ou não, mas também sobre qualidade do emprego desses indivíduos, se são ocupações compatíveis com o nível de escolaridade do trabalhador. As discussões sobre o tema iniciaram com Freeman (1976) no contexto da economia dos Estados Unidos, o país havia passado por um processo de expansão educacional e de oferta de mão de obra qualificada que não foi acompanhada pela elevação da demanda na mesma proporção. Como o mercado de trabalho não foi capaz de absorver de forma adequada os novos entrantes mais escolarizados, boa parte desses indivíduos entrou em ocupações em que o nível de escolaridade requerido era mais baixo do que eles possuíam. Posteriormente, diversos estudos foram realizados para países europeus que passaram por situação semelhante.

A proporção de adequação no mercado trabalho está positivamente correlacionada com o crescimento, produtividade, competitividade e eficiência da economia (ILO, 2014). O artigo aponta, por exemplo, que no caso de um indivíduo sobre-escolarizado em relação a sua ocupação, este trabalhador acaba não utilizando todo o seu potencial e no caso de um trabalhador subescolarizado a firma não opera na sua fronteira de produtividade. Situações como estas refletem a presença de ineficiência econômica.

Borghans *et. al.* (1999) elenca alguns custos envolvidos causados pela sobre-escolaridade baseado Freeman (1976). De acordo com o autor, quando o mercado de trabalho não é capaz de absorver a oferta de mão de obra de indivíduos com nível superior, esses indivíduos acabam aceitando trabalhar em ocupações de nível mais baixo em que o curso superior não é uma exigência. Quando isso ocorre existe um excesso ou mesmo desperdício de investimento em educação e a consequência é a diminuição do retorno dos investimentos em capital humano e, além disso, esses trabalhadores tomam as vagas dos menos qualificados. Por outro lado, sob a perspectiva do *upgrading* é ressaltada a importância do investimento em educação e treinamento profissional visando o aumento da produtividade do trabalhador e competitividade (BORGHANS *et. al.*, 1999).

As duas perspectivas são consistentes com a tendência de que trabalhadores com maior nível de escolaridade estão em cargos que antes eram ocupados por trabalhadores com menor nível de escolaridade. De acordo com o primeiro ponto de vista existe uma subutilização do trabalhador, do outro ponto de vista o nível de qualificação exigido pelas ocupações aumentou. As duas abordagens são pessimistas para os trabalhadores menos qualificados. Sob a primeira, esses trabalhadores são empurrados para ocupações menos desejáveis independentemente de suas capacidades ou produtividade potencial. Sob a segunda, esses trabalhadores ficarão marginalizados porque seu nível de qualificação já não atende mais as exigências do mercado de trabalho (BORGHANS *et. al.*, 1999).

Ainda assim, Leuven *et. al.* (2011) acrescentam que estudos desse tipo são necessários para diagnosticar casos de investimento excessivo ou mal direcionado em educação. Para os autores é importante avaliar qual o nível de retorno do investimento em capital humano. Partindo da hipótese de que a produtividade do trabalhador é dada por sua ocupação, um trabalhador sobre-escolarizado e um trabalhador adequado teriam a mesma produtividade, caso ocupassem o mesmo cargo. Dessa forma, trabalhar em *mismatch* pode significar limitar os ganhos potenciais do investimento em educação (LEUVEN *et. al.*, (2011).

Entretanto, não necessariamente, a ocupação de um indivíduo determina sua produtividade. Trabalhadores sobre-escolarizados ganham menos do que os trabalhadores adequados para o mesmo nível de escolaridade, o que é uma das desvantagens enfrentadas por indivíduos sobre-escolarizados, mas trabalhadores sobre-escolarizados ganham mais do que trabalhadores adequados para a mesma ocupação (ILO, 2014). Ainda de acordo com o artigo, trabalhadores

sobre-escolarizados são menos comprometidos com a permanência no cargo e mais propensos em procurarem por um novo emprego, dado que estes indivíduos estariam menos satisfeitos com a ocupação atual.

Contudo, McGuines e Sloane (2011) trazem uma hipótese explicando, que em alguns casos, os indivíduos podem optar por trabalhos que exigem um nível de capital humano menor do que eles possuem. Neste caso, a menor remuneração pode ser compensada por amenidades como melhor localização, menor carga de estresse e de trabalho oferecidas pelo emprego.

Alguns fatores podem contribuir para a existência de *mismatch*. De acordo com Wolbers (2003), jovens em processo de transição da escola para o trabalho são mais prováveis de trabalhar ocupações incompatíveis com seu grau de escolaridade. O autor justifica que isso ocorre por conta da existência de assimetria de informação e falta de habilidade do jovem na busca por emprego. Miller e Von (2005) alegam que a não ocorrência de informação perfeita dentro do mercado de trabalho é um problema enfrentado tanto pelas firmas quanto pelos trabalhadores e é um dos fatores responsáveis pelo *mismatch*. Como os recém entrantes no mercado de trabalho possuem poucas informações a respeito dos trabalhos disponíveis, existe maior chance de trabalharem em ocupações nas quais são sobre-escolarizados. Mas à medida que esses trabalhadores vão acumulando informações tendem a se mover para as vagas adequadas às suas qualificações (MILLER; VON, 2005).

Alba-Ramirez e Blásquez (2003) argumentam que, sob a perspectiva neoclássica, uma mudança desordenada na estrutura educacional, em que os agentes passam a investir mais no nível superior, corresponde a um desequilíbrio de curto prazo na sobre-escolaridade até que as firmas e os indivíduos ajustem suas necessidades educacionais, dado que o retorno do investimento em educação diminui. Ainda segundo os autores e baseado na teoria da mobilidade ocupacional, trabalhadores podem aceitar exercer temporariamente ocupações para as quais são sobre-escolarizados porque conseguem acumular habilidades que serão importantes para postos de nível mais elevado. O trabalho justifica que essa é uma das razões responsáveis por jovens terem uma probabilidade maior de serem sobre-escolarizados, posto que precisam acumular experiência e ao mesmo tempo podem continuar procurando por outros trabalhos.

Büchel e Mertiens (2004) também argumentam baseados na teoria da mobilidade ocupacional que os entrantes no mercado de trabalho podem estar dispostos a aceitar empregos que exigem menor nível de escolaridade do que eles possuem esperando serem recompensados por promoções futuras na carreira. Na mesma linha e sob a perspectiva do capital humano, Diaz e Machado (2008) ressaltam que o trabalhador aceita trabalhos com menor nível exigência de qualificação que possui porque pode levar um tempo até que consiga um trabalho que está de acordo com seu nível de capital humano. Os autores também argumentam que, sob o ponto de vista da teoria de competição pelo emprego, a existência de sobre-escolaridade ocorre pelo fato de que quanto maior for o nível de escolaridade da população, maior será a necessidade individual de investir em educação como forma de preservar sua posição.

Alternativamente Green *et. al.* (1999) usa a teoria do capital humano para explicar a existência de subescolaridade. De acordo com o trabalho, diante da escassez de trabalhadores qualificados, os empregadores contratam trabalhadores com nível de capital humano inferior ao requerido pela ocupação. Além disso, conforme os tipos de trabalho se tornam mais complexos e demandam maior grau de qualificação, mas trabalhadores mais velhos ou com mais tempo de carreira não adaptaram seu nível de qualificação para o novo nível exigido e compensam em alguma medida com experiência (GREEN *et. al.*,1999).

No que se refere ao gênero, mulheres têm maior probabilidade de trabalhar em *mismatch*, dado que possuem menos oportunidades no mercado de trabalho (MILLER; VON, 2005). Como o risco de ficar desempregado é maior entre as mulheres, é razoável supor que elas são mais inclinadas a aceitar trabalhos que não correspondem ao seu grau de instrução (MILLER; VON, 2005). Ademais, de acordo com Leuven *et. al.* (2011) as oportunidades das mulheres são mais restritas dentro do núcleo familiar, a prioridade sobre as decisões de inserção são dadas aos homens chefes de família e a mulher fica em segundo plano com opções mais limitadas. Entretanto a maior participação da mulher na força de trabalho, entre outros avanços nas conquistas femininas, têm contribuído para melhorar sua situação no mercado de trabalho (MILLER; VON, 2005).

Por fim, Leuven *et. al.* (2011) discutem que algumas minorias étnicas também podem sofrer desvantagens no mercado de trabalho, com maiores chances de *mismatch*. Segundo os autores, a busca por maior qualificação seria uma tentativa de compensar a discriminação.

Mais especificamente sobre gênero, Groot e Maassen Van der Brink (2003), sugerem que mulheres têm mais chances de serem sobre-escolarizadas como forma de compensar interrupções na carreira devido à gestação. Assim como o grupo de jovens ou mulheres, as minorias étnicas encaram um mercado de trabalho com menos opções (LEUVEN *et. al.*, 2011). Já que muitas firmas fazem ressalvas quanto ao potencial e a possibilidade de contratação de indivíduos pertencentes a alguns grupos (MILLER; VON, 2005).

Além disso, o aumento da escolaridade dos indivíduos tem impacto direto no grau de sobre-escolaridade, entender esse fenômeno é importante para analisar quais seus impactos e implicações. Gangl (2002) propõe um debate sobre os efeitos da expansão educacional e aumento das exigências por qualificação no mercado de trabalho. Esses fatores são responsáveis por alterar as relações de distribuição e alocação da mão de obra, uma vez que interferem nas estruturas de oferta e demanda por trabalho. A discussão é mais forte no contexto dos países europeus em que se observou um crescimento na proporção dos entrantes no mercado de trabalho que possuíam ensino superior (GANGL, 2002).

No que se refere às mudanças na estrutura de demanda por mão de obra, Gangl (2002) relata que este ainda é um processo menos claro, mas sugere que pode estar relacionado com as mudanças tecnológicas e resulta em uma demanda por trabalho mais intensiva em capital humano. Também não é claro se as tendências observadas representam um progresso homogêneo, ou seja, que o nível de exigência de todas ocupações evoluíram na mesma medida, ou se trata de um caso de polarização do emprego (GANGL, 2002).

Para Gangl (2002) os impactos de mudanças estruturais dessa natureza estão mais relacionados com a alocação ocupacional e retorno da educação e menos relacionado com o risco de ficar desempregado. Do lado da oferta, a expansão educacional provoca um choque que aumenta a proporção de indivíduos qualificados que, *ceteris paribus*, resulta em um aumento na quantidade de sobre-escolaridade no mercado de trabalho. Do lado da demanda, o aumento na proporção de trabalhos com exigência por mão de obra mais escolarizada, *ceteris paribus*, resulta na diminuição da quantidade de sobre-escolaridade no mercado de trabalho. As duas mudanças atuam como forças de compensação e oposição, o resultado líquido dependerá do desenvolvimento relativo de ambas as tendências (GANGL, 2002).

Gangl (2002) conclui que a crescente procura por profissionais mais escolarizados beneficia os indivíduos que estão concluindo o ensino superior e entrando no mercado de trabalho. Por outro lado este fato pode aumentar o risco de desemprego para os indivíduos menos qualificados que teriam mais dificuldades em conseguir trabalho. Na mesma linha, Bell e Blanchflower (2011b) argumentam que quando a escolaridade da mão de obra cresce como um todo, os indivíduos menos qualificados têm mais dificuldades em conseguir trabalho.

Barth e Lucifora (2006) sugerem que o aumento do número de indivíduos com nível superior e aumento da oferta de mão de obra mais escolarizada pode implicar a diminuição do retorno do investimento em educação, além de aumentar o grau de sobre-escolaridade. Entretanto, se essas mudanças forem acompanhadas por um aumento proporcional na demanda esses efeitos podem ser pulverizados (BARTH; LUCIFORA, 2006).

Considerando que o descompasso entre o nível de capital humano do indivíduo e do cargo que ele ocupa é um problema de alocação que traz ineficiência no mercado de trabalho. Calcular o grau de *mismatch* e suas implicações é uma forma de complementar os estudos de desemprego. A seguir são apresentados alguns estudos que trazem evidências das consequências e as dimensões desse problema em diversos países e no Brasil.

Miller e Von (2005) fazem o cálculo de qual o efeito do *mismatch* na remuneração dos trabalhadores australianos considerando o ano de 1996 e partindo da equação salarial minceriana. Os resultados mostraram que os homens são mais prováveis de serem sobre-escolarizados e as mulheres mais prováveis de serem subescolarizadas, mas de modo geral os homens têm maiores chances de ocuparem cargos em que são adequados. Apesar de a teoria apontar para maior prevalência de *mismatch* entre as mulheres, o autor alega que isso nem sempre acontece.

Os autores também observaram que o retorno da escolaridade sobre remuneração é menor entre os trabalhadores sobre-escolarizados. Sendo assim, verificou-se que para a mesma ocupação, um trabalhador sobre-escolarizado um salário modestamente maior do que um trabalhador adequado, mas um trabalhador subescolarizado ganha mais do que um trabalhador adequado para o mesmo nível de escolaridade. Por fim, os autores tentam calcular o efeito do *mismatch* nos diferenciais salariais de gênero, mas concluem que a maior parte do diferencial é resultado de menor retorno da escolaridade sobre a remuneração feminina e que a

distribuição dos homens e mulheres nas ocupações com ou sem *mismatch* praticamente não tem impactos sobre o diferencial salarial total.

Mcguinnes e Sloane (2011) analisaram o *mismatch* para indivíduos recém formados na Inglaterra com indivíduos que se formaram entre 1999 e 2000. Os autores observaram que houve um crescimento significativo do número de ingleses com nível superior e atentaram para a importância de um estudo sobre a capacidade do mercado de trabalho absorver essa mão de obra. Os dados mostraram que existe uma parcela grande desses indivíduos em cargos que não exigem curso superior e que esse número está crescendo. Também verificou-se que existe elevadas penalidades salariais para os indivíduos sobre-escolarizados em comparação com os adequados, considerando os indivíduos com nível superior. Além disso, o trabalho notou uma relação negativa entre sobre-escolaridade e satisfação no trabalho.

Em trabalho da Organização Internacional do Trabalho (ILO, 2014) é avaliada a incidência de *mismatch* dos trabalhadores de alguns países europeus, entre 2002 e 2012. Foi constatado que o grau de sobre-escolaridade tem aumentado e que o grau de subescolaridade diminuído. A quantidade de trabalhadores europeus trabalhando em *mismatch* é considerável e a parcela de indivíduos sobre-escolarizados é maior entre as mulheres e jovens.

Sparreboom e Staneva (2014) analisaram as relações entre jovens, mercado de trabalho e educação em 28 economias em desenvolvimento, em um período que circula entre 1990 e 2012. Foi possível notar que o baixo grau de escolaridade desses países foi responsável pelo alto grau de subescolaridade da mão de obra, sendo que essa realidade é ainda mais presente nos países de renda mais baixa, e a chance de *mismatch* é mais alta nos empregos considerados mais vulneráveis.

Diaz e Machado (2008) avaliaram o efeito da diferença entre a escolaridade requerida pela ocupação e a possuída pelo indivíduo na remuneração dos trabalhadores brasileiros para o estado de São Paulo e outras grandes regiões por gênero e por grupos de ocupações no ano 2000. De acordo com os autores, houve uma incidência elevada de subescolaridade que reflete os baixos níveis educacionais da população brasileira. As regiões Sudeste e Sul apresentaram resultados um pouco melhores e a região nordeste foi a que possuiu a taxa de subescolaridade mais alta. No que se refere aos grupos ocupacionais de escolaridade requerida mais alta, a incidência de adequação é maior e a taxa de subescolaridade mais baixa. Já nas ocupações em

que o nível de escolaridade requerido é menor, as taxas de adequação foram pequenas e de subescolaridade mais baixas. Além disso, sobre os impactos nos rendimentos constatou-se que os retornos da escolaridade requerida pela ocupação são maiores que os retornos da escolaridade possuída pelos indivíduos.

O processo de expansão educacional já é bastante consolidado em países desenvolvidos. Em termos práticos, o aumento do nível da escolaridade e de pessoas com nível superior implica que haverá uma proporção maior de indivíduos mais escolarizados no mercado de trabalho. Para que estas pessoas sejam incorporadas, é necessário que a estrutura de demanda por trabalho mude no mesmo caminho.

Recentemente o Brasil tem passado por um fenômeno de expansão educacional que resultou em um aumento significativo da média de anos de estudos da população e na quantidade de indivíduos com nível superior. Isso foi possível graças ao maior interesse do brasileiro em investir educação, aumento da renda *per capita* que possibilitou esse investimento, bem como da ampliação de políticas públicas educacionais. A mudança no perfil educacional da mão de obra ainda é recente e os estudos ainda não abarcam todas as suas implicações. Até alguns anos atrás, poucos brasileiros ingressavam no curso superior e apesar das mudanças, uma parcela considerável da população ainda não tem oportunidade ou acesso a esse tipo de ensino. Entretanto, em nações mais desenvolvidas como países europeus, este é um acontecimento bastante consolidado. Alguns trabalhos propõem o estudo de quais são as implicações da expansão educacional na dinâmica do mercado de trabalho.

Em Gangl (2002) um dos objetivos foi avaliar o impacto da expansão da educação em 12 países europeus entre 1988 e 1997 no mercado de trabalho. Dentre os resultados, o autor verificou que o processo de transição da escola para o mercado de trabalho tornou-se mais incerto, com maior risco de desemprego e inserção em ocupações de nível mais baixo. O aumento na taxa de desemprego ocorreu para os indivíduos de todos os níveis educacionais, mas afetou principalmente os menos escolarizados. Conseqüentemente o que se viu foi uma diminuição do retorno do investimento em educação.

A mudança no perfil educacional da mão de obra, neste caso de expansão da escolaridade, implica um processo de substituição da mão de obra menos escolarizada para uma mão de obra mais escolarizada. De acordo com o estudo, o processo de substituição resultou em

precarização das oportunidades no mercado de trabalho, mesmo indivíduos com nível superior amargaram piores oportunidades. O autor também ressaltou que em países onde existe maior quantidade de indivíduos com nível superior, também existe maior número de postos de trabalho que exigem maior qualificação. Neste sentido, investir em políticas de expansão educacional seria interessante porque o processo em si pode servir como um catalisador para que o mercado de trabalho aumente a demanda por trabalho com exigência de qualificação mais elevada. Sob esse ponto de vista, trata-se de uma questão de tempo até que a demanda por mão de obra mais escolarizada cresça suficientemente para absorver a oferta. Se isso acontecer, o retorno do investimento em educação volta ao nível anterior. Vale ressaltar que diante de todo esse processo, os indivíduos com menor nível educacional enfrentam grandes dificuldades de conseguir trabalho.

Barth e Lucifora (2006) estudaram qual o impacto da expansão educacional de 12 países europeus nas estruturas salariais no período que circulou entre 1983 e 2003. Apesar da semelhança com o trabalho de Gangl (2002) os resultados encontrados são mais positivos. Apesar dos autores também notarem uma redução do retorno de educação sobre salário, notou-se que os níveis salariais permaneceram relativamente constantes. Acredita-se que o aumento da oferta de mão de obra mais escolarizada foi acompanhado pelo aumento na demanda. Embora na média salarial, o retorno de educação tenha se mantido relativamente constante, houve aumento na desigualdade salarial entre os indivíduos com nível superior. Além disso, também observou-se que como a oferta de mão de obra especializada acompanhou a demanda, não houve fortes evidências de sobre-escolaridade.

1.5 Ciclos econômicos

Esta seção discorre sobre os impactos dos ciclos econômicos na dinâmica do mercado de trabalho. Oreopoulos, Von Wachter e Heisz (2006) argumentam, considerando o pensamento neoclássico, que o mercado de trabalho funciona como um mercado perfeitamente competitivo. Nesse sentido, para os autores, quaisquer choques negativos de diminuição da demanda por mão de obra ou recessão são temporários e não têm impactos sobre salários ou resultados futuros no mercado de trabalho. Ainda sob esse ponto de vista, as implicações e custos no bem-estar de uma recessão são baixos. Por outro lado, partindo dos modelos institucionais, choques temporários têm efeitos permanentes, principalmente para os grupos de trabalhadores mais vulneráveis. Ademais, os autores apresentam linhas mais recentes que

acreditam que choques podem ter efeitos duradouros, mas não permanentes no mercado de trabalho. Entretanto, não é tão simples fazer generalizações a respeito do impacto das recessões sobre participantes do mercado de trabalho. A análise de tais implicações deve levar em consideração a heterogeneidade da mão de obra, onde alguns grupos de trabalhadores podem ser mais prejudicados do que outros (OREOPOULOS; VON WATCHER; HEISZ, 2006).

Em momentos de recessão, a taxa de desemprego sobe e a probabilidade de *mismatch* aumenta (ILO, 2014). Nesses períodos, grupos de indivíduos mais vulneráveis como o de jovens são os mais afetados (CAHUC *et. al.*, 2013; BELL; BLANCHFLOWER, 2011a). A chance de *mismatch* aumenta e prejudica principalmente os jovens que estão em processo de transição da escola para o mercado de trabalho (WOLBERS, 2003). Além disso, para este grupo etário, o desemprego de longa duração aumenta bem como a incidência em empregos temporários (O'HIGGINS, 2012).

Como foi visto o cenário econômico exerce um papel fundamental nas relações e na dinâmica do mercado de trabalho atuando em todas as suas esferas. O ritmo da atividade econômica determina o volume de oportunidades, quantidades de empregos disponíveis e a alocação dos trabalhadores nos respectivos postos de trabalho. Nesse sentido os estudos apresentados a seguir mostram como os ciclos econômicos afetam as relações trabalhistas.

Oreopoulos, Von Wachter e Heisz (2006) analisaram os efeitos de curto e longo prazo dos ciclos econômicos na carreira de recém graduados canadenses que se formaram entre 1982 e 1989. Os autores concluíram que indivíduos que se formam em períodos de recessão têm perdas salariais duradouras, mas não permanentes, além disso, também observou-se maior incidência de *mismatch* durante esses períodos. Entretanto, os autores argumentam que a mobilidade no mercado de trabalho para recém graduados é altamente produtiva, aumentando as chances de adequação e de aumentos salariais no futuro. Por fim, o estudo ressalta que os recém graduados da base da distribuição de renda têm perdas salariais maiores e mais duradouras.

O'Higgins (2012) estudou sobre o efeito da recessão nas relações dos jovens, entre 15 a 24 anos, no mercado de trabalho para países europeus, entre 2008 e 2011. De acordo com o autor, os jovens foram mais afetados pela recessão, com aumento significativo do desemprego

de longa duração, aumento na incidência de empregos temporários, sendo que em alguns países se tornou a forma predominante de ocupação e para alguns jovens a única opção disponível.

Koppera (2016) analisou o impacto da recessão no grau de sobre-escolaridade dos indivíduos que se formaram no ensino superior entre 2006 e 2013. O autor observou que durante a recessão aumentou a parcela de indivíduos com nível superior que recebem baixos salários. As mudanças relacionadas ao aumento do grau de sobre-escolaridade foram atribuídas principalmente ao aumento de indivíduos com nível superior que ocuparam cargos que não exigem curso superior.

Em De Fátima Garcia *et. al.* (2012) é analisado o efeito dos ciclos econômicos na busca do emprego e primeiro emprego dos jovens brasileiros, entre 1999 e 2009. Verificou-se que o crescimento econômico ao longo desses anos contribuiu para a obtenção do emprego ou primeiro emprego. Os autores enfatizaram que cenários econômicos positivos facilitam a obtenção do primeiro trabalho, mas em momentos de estagnação ou recessão econômica, os trabalhadores menos experientes são os primeiros a serem demitidos.

CAPÍTULO 2 - BASE DE DADOS E REFERENCIAL METODOLÓGICO

Este capítulo contém informações sobre as estratégias e os métodos utilizados a fim de atingir o objetivo principal do trabalho que é a avaliação da inserção dos jovens no mercado de trabalho, os principais determinantes, evolução ao longo do tempo focando nas diferenças de gênero e dos grupos de escolaridade definidos: jovens sem curso superior, recém formados e formados há mais tempo. Para tanto o capítulo conta com a apresentação da base de dados, descrição das técnicas adotadas para o tratamento da base de dados, definição das variáveis que são importantes para explicar as escolhas dos jovens no mercado de trabalho, análise descritiva dos dados e exposição dos modelos e métodos aplicados.

2.1 Base de dados e variáveis

Nesta seção são apresentadas as informações sobre a base de dados e variáveis utilizadas. Pretende-se com essa seção descrever as estratégias empregadas para o tratamento da base de dados e discorrer sobre a construção das variáveis dependentes e as variáveis independentes. A base de dados utilizada é a Pesquisa Mensal do Emprego (PME), que é uma pesquisa amostral realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e abrange seis regiões metropolitanas brasileiras: Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. Abrange informações referentes à condição de atividade, condição de ocupação, rendimento médio nominal e real, posição na ocupação, posse de carteira de trabalho assinada, entre outras, tendo como unidade de coleta os domicílios de modo que permite a avaliação das flutuações e as tendências, a médio e a longo prazo, do mercado de trabalho, bem como a realização de estudos que contemplam questões demográficas, sociais e econômicas do mercado de trabalho.

A PME possui periodicidade mensal e é uma pesquisa em painel em que os dados são obtidos de uma amostra de, aproximadamente, 38.500 domicílios e na qual cada domicílio é entrevistado oito vezes ao longo de 16 meses (entrevistado quatro meses consecutivos, ausente por oito meses e volta a ser entrevistado outros quatro meses)¹. A identificação do

¹ Nota explicativa do tratamento da base de dados: Apesar de identificar corretamente o mesmo domicílio nas oito entrevistas, a PME não atribui o mesmo número de identificação a cada membro do domicílio em todas as entrevistas. Para corrigir esse problema, é utilizado um algoritmo que permitiu capturar o mesmo indivíduo em uma de suas observações no ano 't' e ano 't+1', dessa forma cada jovem aparece apenas uma vez na amostra. O algoritmo proposto identifica o mesmo indivíduo ao comparar as variáveis de número de controle, número de

mesmo domicílio permite captar os jovens em um ano 't' e observar o que estes jovens estavam fazendo no ano seguinte 't+1', segundo o status de estudo e trabalho, nível de escolaridade e tipo de inserção ocupacional. Dessa forma, foi possível separar os jovens em três grupos de escolaridade: jovens sem nível superior, jovens recém formados no ensino superior e jovens formados há mais tempo. A escolha da PME vai de encontro à proposta de comparação entre os grupos de escolaridade definidos e de capturar o movimento de transição do status ocupacional do ano 't' para o ano 't+1'.

O recorte da idade engloba os jovens que possuíam entre 20 e 29 anos no ano 't' e foi utilizado para capturar os jovens que concluíram o ensino superior entre o primeiro e o segundo ano de observação. Considerando ser comum jovens ingressarem no ensino superior no ano em que fazem 18 anos e depois concluem o curso com 21 anos, optou-se por considerar no limite inferior os casos em que o concluinte possui 20 anos. O limite superior de 29 anos atende ao objetivo de restringir a análise aos jovens e acompanha os movimentos de adiamento da transição para a vida adulta. A separação dos jovens como um grupo etário que deve ser estudado separadamente do restante da população se justifica por suas dissimilaridades, como é tratado na literatura e pode ser visto na seção de análise descritiva dos dados mais adiante.

A definição do período entre 2002 e 2015 atende ao objetivo de incorporar na análise as mudanças sociais, econômicas mais recentes que interferem nos resultados do mercado de trabalho. Mais especificamente, com relação às questões sociais nota-se um processo de expansão educacional, com aumento da média de anos de estudo e da proporção de indivíduos com nível superior resultando em uma força de trabalho mais escolarizada. A primeira década do século foi marcada por um longo período de ascensão e crescimento da economia brasileira, que melhoraram os indicadores do mercado de trabalho, mas a situação vem se revertendo no final do período.

Com o objetivo de explicar a inserção dos jovens no mercado de trabalho são estimados quatro modelos distintos que estão especificados ao final do capítulo. A diferença de cada modelo refere-se basicamente a definição da variável dependente, sendo que cada um deles se complementam e contribuem de forma a fornecer uma visão mais global da questão proposta.

série, mês da entrevista, idade do indivíduo e sexo na base de dados do ano 't' com a base de dados do ano 't+1'. Foram utilizados todos os meses da pesquisa para evitar sazonalidade e perda de indivíduos na amostra.

No primeiro modelo e mais simples a variável dependente representa a escolha do jovem entre ‘trabalhar’ e ‘não trabalhar’² no ano ‘t+1’. Os demais modelos apresentam um refinamento da variável dependente com relação ao tipo e/ou qualidade da ocupação. No segundo modelo a variável dependente representa a decisão do jovem de ‘não trabalhar’, ‘trabalhar informal’ e ‘trabalhar formal’ no ano ‘t+1’. No terceiro modelo a variável dependente representa a decisão do jovem de ‘não trabalhar’, ‘trabalhar no setor privado’ e ‘trabalhar no setor público’ no ano ‘t+1’. Por fim, o quarto modelo e último pretende avaliar sobre-escolaridade e se restringe aos jovens que possuem nível superior, a variável dependente representa a decisão do jovem de ‘não trabalhar’, ‘trabalhar adequado’ e ‘trabalhar sobre-escolarizado’, neste caso não está incluída a alternativa de trabalhar subescolarizado na variável dependente porque se trata apenas de indivíduos com nível superior, ou seja, o modo como as variáveis de *mismatch* foram construídas não englobam indivíduos com superior trabalhando subescolarizado. Além disso, para cada um dos quatro modelos, é estimado um modelo geral, um modelo para homens e um modelo para mulheres com o objetivo de avaliar o fator gênero de maneira mais aprofundada.

As variáveis independentes contemplam características individuais, regionais, familiares e de tempo que explicam o modo de inserção do jovem no mercado de trabalho e estão representadas no QUADRO 1 a seguir³.

Quadro 1: Variáveis Explicativas

(continua)

Variáveis explicativas		Descrição
Individuais	Idade	Idade do indivíduo no ano t+1.
	Homem	<i>Dummy</i> igual a 1 se o indivíduo for do sexo masculino.
	Branco	<i>Dummy</i> igual a 1 se o indivíduo se declarar branco.
	Recém	<i>Dummy</i> igual a 1 se o indivíduo concluiu o ensino superior no ano t.
	Formadomais	<i>Dummy</i> igual a 1 se o indivíduo concluiu o ensino superior antes do ano t.
	Trabalhava	<i>Dummy</i> igual a 1 se o jovem trabalhava no ano t.
	Informal ⁴	<i>Dummy</i> igual a 1 se o jovem trabalhava no setor informal no ano t.

²‘não trabalha’ engloba inativos e desempregados. Como o objetivo principal do trabalho é investigar a inserção no mercado de trabalho, optou-se por agrupar inativos e desempregados como a categoria de referência ‘não trabalha’ a fim de facilitar as comparações e análises. Ademais essa forma de agrupamento é amplamente utilizada neste tipo de abordagem sem incorrer em grandes prejuízos.

³Nota explicativa das categorias de referência das variáveis: ‘sem superior’ corresponde a categoria de referência para as *dummies* dos grupos de escolaridade, ‘não trabalha’ para as *dummies* de ocupação no ‘ano t’, ‘Recife’ para as *dummies* regionais, ‘2003’ para as *dummies* de tempo, ‘chefe’ para *dummies* de posição do indivíduo no domicílio, ‘nunca teve filho’ é a categoria de referência para a variável de filho.

⁴Os trabalhadores do setor informal são os indivíduos ocupados, mas não no setor formal (explicado adiante).

Quadro 1: Variáveis Explicativas

(conclusão)

Variáveis explicativas		Descrição
Individuais	Formal ⁵	<i>Dummy</i> igual a 1 se o jovem trabalhava no setor formal no ano t.
	Privado	<i>Dummy</i> igual a 1 se o jovem trabalhava no setor privado no ano t.
	Público	<i>Dummy</i> igual a 1 se o jovem trabalhava no setor público no ano t.
Regionais	Salvador	<i>Dummy</i> igual a 1 se o indivíduo morar em Salvador ou Região Metropolitana.
	BH	<i>Dummy</i> igual a 1 se o indivíduo morar em Belo Horizonte ou Região Metropolitana.
	Rio	<i>Dummy</i> igual a 1 se o indivíduo morar no Rio de Janeiro ou Região Metropolitana.
	SP	<i>Dummy</i> igual a 1 se o indivíduo morar em São Paulo ou Região Metropolitana.
	Porto	<i>Dummy</i> igual a 1 se o indivíduo morar em Porto Alegre ou Região Metropolitana.
Temporais	2004	<i>Dummy</i> igual a 1 se o ano t+1 for 2004.
	2005	<i>Dummy</i> igual a 1 se o ano t+1 for 2005.
	2006	<i>Dummy</i> igual a 1 se o ano t+1 for 2006.
	2007	<i>Dummy</i> igual a 1 se o ano t+1 for 2007.
	2008	<i>Dummy</i> igual a 1 se o ano t+1 for 2008.
	2009	<i>Dummy</i> igual a 1 se o ano t+1 for 2009.
	2010	<i>Dummy</i> igual a 1 se o ano t+1 for 2010.
	2011	<i>Dummy</i> igual a 1 se o ano t+1 for 2011.
	2012	<i>Dummy</i> igual a 1 se o ano t+1 for 2012.
	2013	<i>Dummy</i> igual a 1 se o ano t+1 for 2013.
	2014	<i>Dummy</i> igual a 1 se o ano t+1 for 2014.
2015	<i>Dummy</i> igual a 1 se o ano t+1 for 2015.	
Familiares	Cônjuge	<i>Dummy</i> igual 1 se a posição do indivíduo no domicílio for de cônjuge no ano 't+1'.
	Filho	<i>Dummy</i> igual 1 se a posição do indivíduo no domicílio for de filho no ano 't+1'.
	Outro	<i>Dummy</i> igual 1 se a posição do indivíduo não for de chefe, nem de cônjuge e nem de filho no ano 't+1'.
	Lnrendfamper ⁶	É o logaritmo a renda familiar per capita de todos os membros da família, exclusive a do jovem no ano 't'.
	Tinhafilho	<i>Dummy</i> igual 1 se o jovem já possuía um ou mais filhos no ano 't'.
	Tevefilho	<i>Dummy</i> igual 1 se o jovem passou a ter filho em 't+1'.

Fonte: Elaboração Própria

Cabe destacar ao final o método de construção de algumas variáveis. O método de construção da variável de *mismatch* é definido pela diferença entre os anos de estudo do indivíduo e os anos de estudo requeridos pela ocupação, em que sua construção parte da análise das descrições das ocupações na CBO 2002, onde foram captados os requerimentos de

⁵Os trabalhadores do setor formal são militares, empregadores, trabalhadores domésticos com carteira assinada e empregados com carteira assinada.

⁶ A variável Lnrendfamper é dada pelo logaritmo da renda familiar per capita exclusive a do jovem. Em que são considerados apenas os rendimentos do trabalho.

escolaridade específicos para cada ocupação. Se essa relação for menos que -2 o indivíduo é subescolarizado, se essa diferença está entre -2 e 2 e indivíduo é adequado, se a diferença for maior que 2 o indivíduo é sobre-escolarizado, o intervalo entre 2 e -2 para a classificação dos indivíduos em adequados é estabelecido de modo a torná-la um pouco flexível. Nas variáveis de raça, indígenas e amarelos foram excluídos da amostra e negros englobam os indivíduos pretos e pardos. A variável de renda é construída em termos do salário mínimo de 2014.

2.2 Análise descritiva dos dados

Esta seção apresenta a análise descritiva dos dados. As três primeiras subseções trazem um panorama geral dos tópicos levantados com o objetivo de contextualizar, entender e verificar as tendências e os movimentos da inserção do jovem no mercado de trabalho diante das transformações econômicas, sociais e demográficas brasileiras mais recentes com base nos dados da PME. A última subseção traz uma análise descritiva dos dados da PME após o tratamento e correspondem às questões mais específicas das variáveis dependentes definidas nos quatro modelos e se restringe aos jovens do recorte proposto divididos entre os grupos de escolaridade: jovem sem nível superior, recém formados e formados há mais tempo.

2.2.1 Contexto social e demográfico

Nesta seção são descritas as características do contexto social e demográfico brasileiro, as transformações que ocorreram nos últimos anos e como o jovem se insere nessa conjuntura. No que se refere as questões demográficas, o Brasil tem passado por um processo de queda na taxa de fecundidade e envelhecimento populacional. Um dos reflexos dessas mudanças é a diminuição da proporção de jovens dentro da população. O GRAF.1 apresenta a distribuição da população nas regiões metropolitanas de 2002 e 2015, por grupo de idade. Observa-se que, em 2002, a parcela de jovens entre 20 e 29 anos das regiões metropolitanas era de 18%, e em 2015, esse valor diminuiu para 15%.

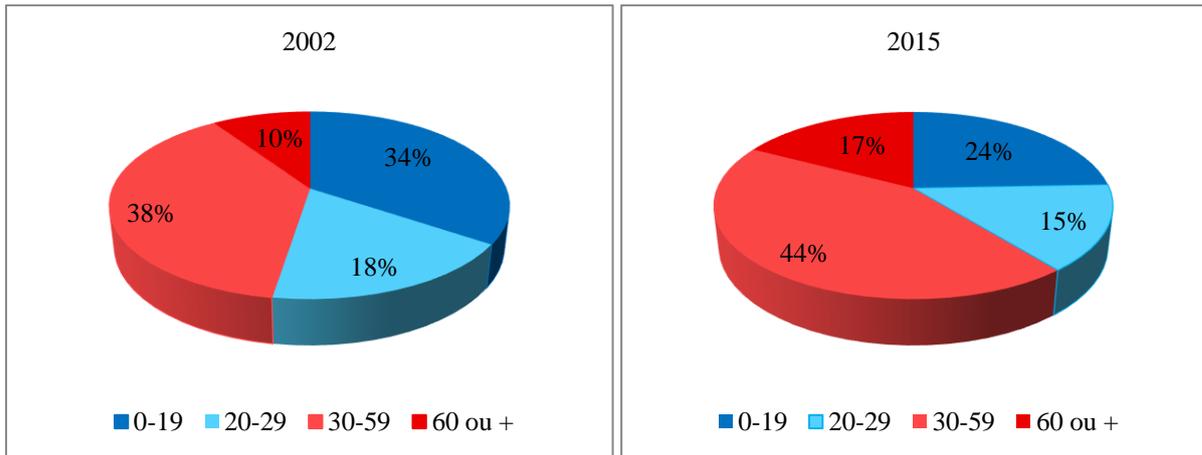


GRÁFICO 1 – Distribuição da população, por grupo etário, das regiões metropolitanas, nos anos de 2002 e 2015.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pesquisa Mensal de Emprego, 2002-2015, IBGE.

A distribuição destes jovens manteve-se relativamente constante entre 2002 e 2015 no que se refere a características raciais e de gênero. O GRAF.2 apresenta a distribuição dos jovens entre 20 e 29 anos das regiões metropolitanas por raça e gênero em 2015 e 2002. Observa-se que não existe uma diferença significativa na quantidade de homens e mulheres e nem na proporção de negros e brancos. Em 2015 do total de jovens 22% são de homens brancos, 26% de homens negros, 25% de mulheres brancas e 27% de mulheres negras. Apesar de não existir diferenças significativas entre gênero e raça na distribuição total de jovens, o GRAF.3 mostra que entre os jovens com nível superior a proporção de brancos e mulheres é maior. A proporção entre gêneros se manteve praticamente constante entre 2002 e 2015, dos jovens com nível superior 60% são mulheres. A distribuição por raça mudou em favor dos negros, em 2002, dos jovens com nível superior 19% eram negros e em 2015 essa parcela subiu para 34%.

É fato em diversos países que a média de anos de estudos é maior para mulheres e no Brasil não é diferente, conseqüentemente entre os jovens com nível superior a maioria é de mulheres. Apesar de a proporção de negros ter aumentado entre os jovens com nível superior, um resultado que pode ser atribuído em parte pelas políticas de inclusão, a diferença não é pequena e negros ainda tem mais dificuldades em ingressar no ensino superior, sendo que uma das razões para tal é o fato de estarem mais concentrados nas classes de renda mais desfavorecidas.

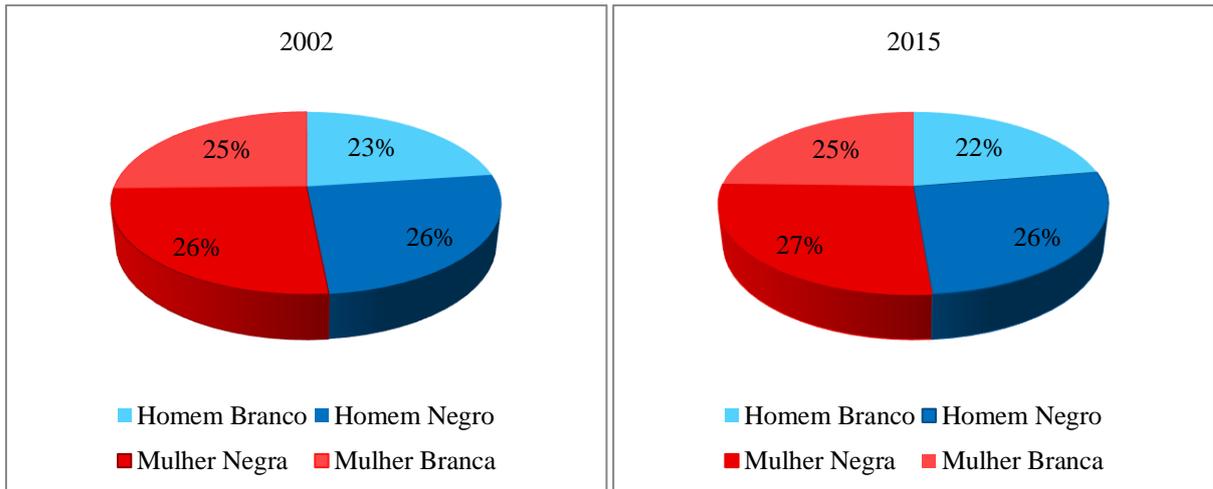


GRÁFICO 2 - Distribuição dos jovens por raça e gênero, das regiões metropolitanas, nos anos de 2002 e 2015.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pesquisa Mensal de Emprego, 2002-2015, IBGE.

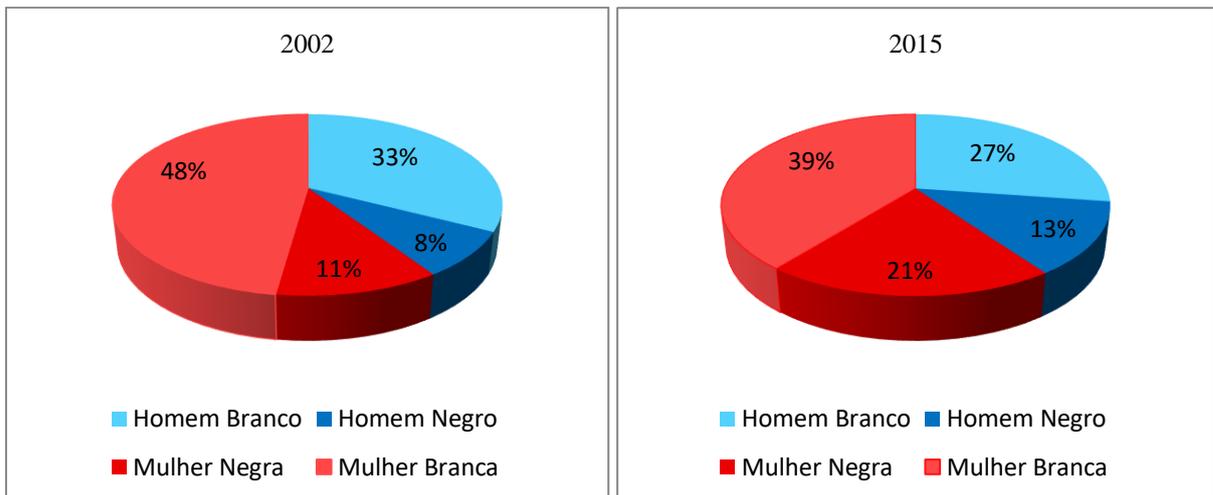


GRÁFICO 3 - Distribuição dos jovens com nível superior, por raça e gênero, das regiões metropolitanas, nos anos de 2002 e 2015.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pesquisa Mensal de Emprego, 2002-2015, IBGE.

O país também passou por um processo de expansão educacional que gerou mudanças no perfil de escolaridade da população, aumentando a proporção de indivíduos com nível superior. O GRAF.4 mostra como a proporção de indivíduos com nível superior, tanto dos jovens entre 20 e 29 anos como da população de maneira geral, considerando apenas as regiões metropolitanas, variou entre 2002 e 2015. No primeiro ano da série a proporção entre os dois grupos foi semelhante, cerca de 6% do total. Em 2015 a proporção dos jovens com nível superior aumentou mais do que a população, em que os valores foram de 13,6% e 11,65% respectivamente.

Existem diversas razões que podem explicar o aumento na proporção de indivíduos com nível superior. O aumento da renda das famílias que permitiu o investimento em educação e diminuiu a necessidade de trabalho dos jovens contribuindo para o aumento da permanência escolar. A melhora na conscientização da importância da educação para obter melhores oportunidades no mercado de trabalho. O aumento foi maior entre os jovens porque este é o grupo etário mais propício para o investimento em educação. Ademais, as políticas de incentivo do governo federal, com programas de financiamento e ampliação de vagas nas universidades públicas também foram importantes.

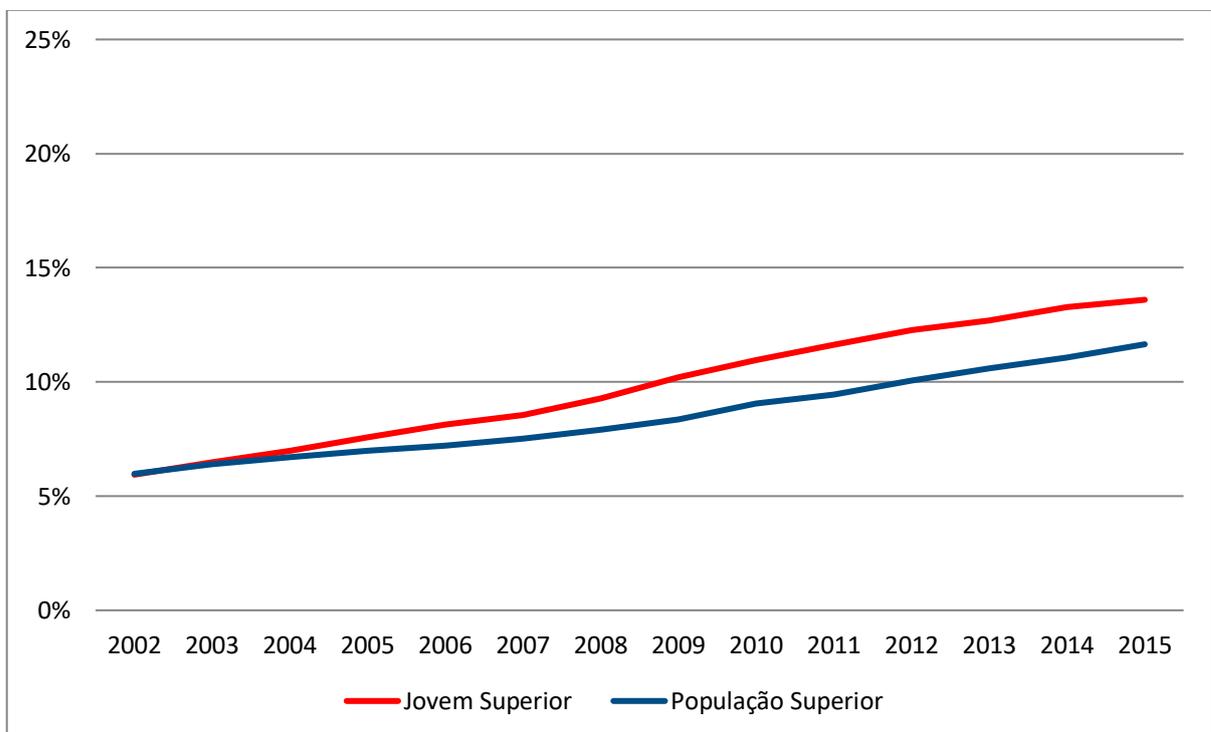


GRÁFICO 4 – Evolução da proporção de indivíduos com nível superior, das regiões metropolitanas, entre os jovens e na população, entre 2002 e 2015.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pesquisa Mensal de Emprego, 2002-2015, IBGE.

Vale ressaltar que essa proporção de jovens com nível superior varia por raça e gênero. O GRAF.5 apresenta os dados da proporção de jovens entre 20 e 29 anos, com nível superior, das regiões metropolitanas, entre 2002 e 2015, por raça e gênero. Em 2002, 11,05% das mulheres brancas nessa faixa etária possuíam nível superior e 1,84% dos homens negros. Em 2015 esses valores subiram para 21,63% e 6,65%, respectivamente. Nota-se aqui que a parcela de mulheres com nível superior é maior do que dos homens e a proporção de brancos com nível superior é maior do que de negros.

No que se refere ao gênero, é fato em diversos países que mulheres possuem em média mais anos de estudo do que os homens e, conseqüentemente, existe uma proporção feminina de jovens com nível superior maior que a proporção masculina. Com relação às questões raciais a proporção de negros com nível superior é bem mais baixa que entre brancos, parte desse fato pode ser atribuído aos aspectos de renda, dado que pessoas negras pertencem, de modo geral, as classes de renda menos favorecidas e com menos recursos para investir em educação.

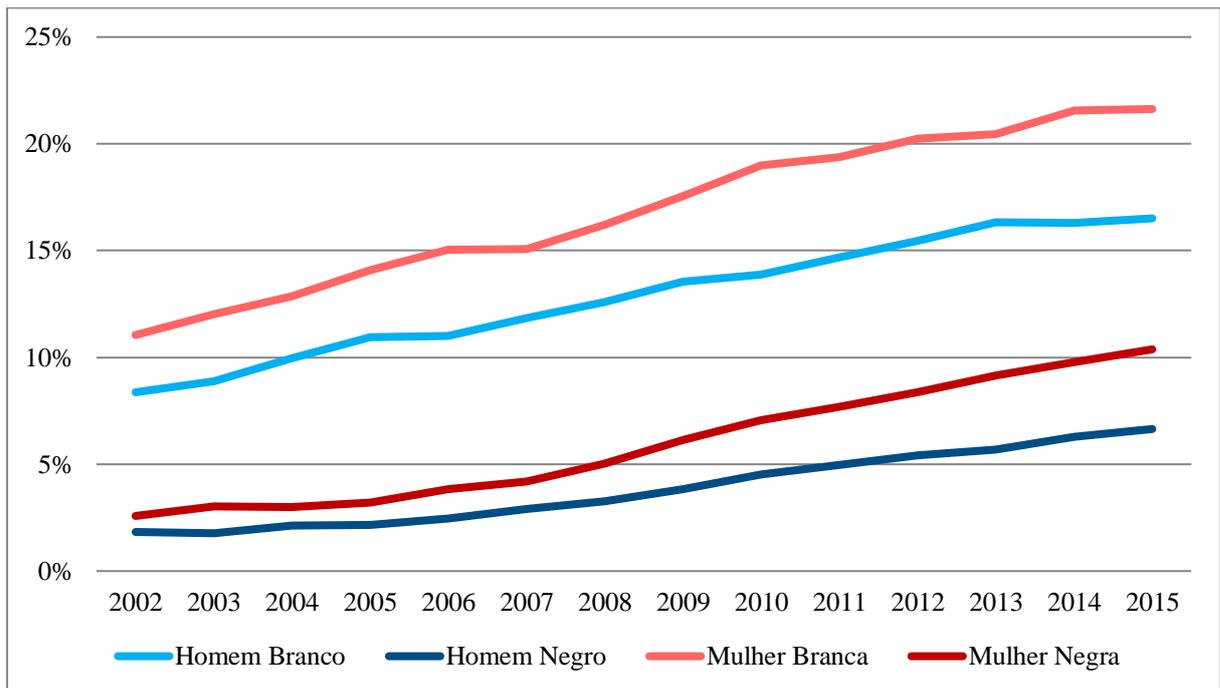


GRÁFICO 5 – Evolução da proporção de jovens com nível superior, por raça e gênero, das regiões metropolitanas, entre 2002 e 2015.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pesquisa Mensal de Emprego, 2002-2015, IBGE.

Além disso, o percentual da população com superior completo varia de acordo com a região. O GRAF.6 mostra a parcela de jovens entre 20 e 29 anos, com nível superior entre 2002 e 2015, de cada região metropolitana. Em 2002, as RMs de São Paulo e Rio de Janeiro apresentaram as maiores proporções, de 7,82% e 7,21% respectivamente e as RMs de Recife e Salvador tiveram as menores proporções, de 4,27% e 4,09% respectivamente. Em 2015 as RMs de Rio de Janeiro e São Paulo subiram essas porcentagens para 15,85% e 15,59% respectivamente, e as RMs de Recife e Salvador apresentaram as proporções de 11,61% e 11,65% respectivamente. Observa-se que as proporções aumentaram em todas as regiões metropolitanas, mas existem desigualdades regionais que prejudicam as regiões mais pobres ao norte do país.

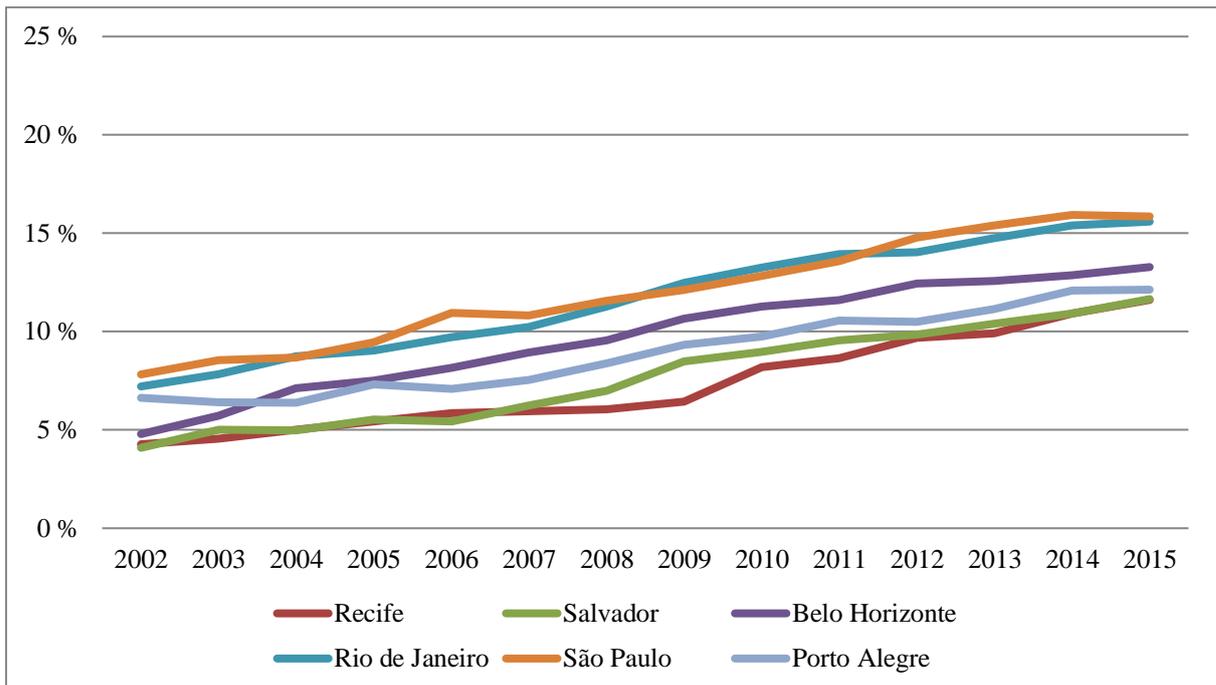


GRÁFICO 6 – Evolução da proporção de jovens com nível superior por região metropolitana, entre 2002 e 2015.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pesquisa Mensal de Emprego, 2002-2015, IBGE.

2.2.2 Perfil socioeconômico e familiar dos jovens brasileiros

Esta seção tem como foco estabelecer o perfil socioeconômico dos jovens brasileiros no que se refere a sua posição na família e classe social em relação ao nível de escolaridade. Uma das características mais importantes diz respeito a sua condição dentro do contexto familiar. O GRAF.7 mostra a distribuição dos jovens entre 20 e 29 anos, com nível superior, das regiões metropolitanas, por gênero, em 2002 e 2015, no que se refere à sua posição dentro da família. Em 2002, por volta de 60% dos homens e das mulheres ocupavam a posição de filho, quase 30% dos homens e 14% das mulheres a posição de chefe de família e 3% dos homens e pouco mais de 20% das mulheres a posição de cônjuge. Com poucas mudanças, esses valores se mantiveram relativamente constante em 2015.

Verifica-se que a maior parte dos jovens com nível superior ocupa a posição de filho dentro do núcleo familiar, ou seja, ainda possuem forte ligação e relação de dependência do núcleo familiar inicial. Entre os homens jovens que formaram seu próprio núcleo familiar, a maior parte assume o papel de chefe e uma parcela quase insignificante torna-se cônjuge. Com relação às mulheres que formam seu próprio núcleo familiar, o número de mulheres na

posição de chefe teve um pequeno aumento e a parcela de mulheres no papel de cônjuge diminuiu igualando as proporções de mulheres chefe e mulheres cônjuge em 2015.

Comparando os GRAF.7 e GRAF.8 em que o primeiro mostra a posição na família dos jovens com nível superior entre 20 e 29 anos e o segundo dos jovens sem nível superior nessa faixa etária. Percebe-se que entre os jovens com nível superior existe uma proporção maior dos que ocupam a posição de filho, essa diferença é maior entre as mulheres, mas diminuiu entre 2002 e 2015. Aparentemente a constituição de um novo núcleo familiar leva mais tempo entre os jovens que possuem nível superior. Pode-se deduzir através dos dados que a transição para a vida adulta dos jovens com nível superior é mais tardia e não houve mudanças entre 2002 e 2015. O adiamento da transição ocorreu entre os jovens sem nível superior, dado que houve um aumento na proporção desses jovens que ocupam a posição de filho.

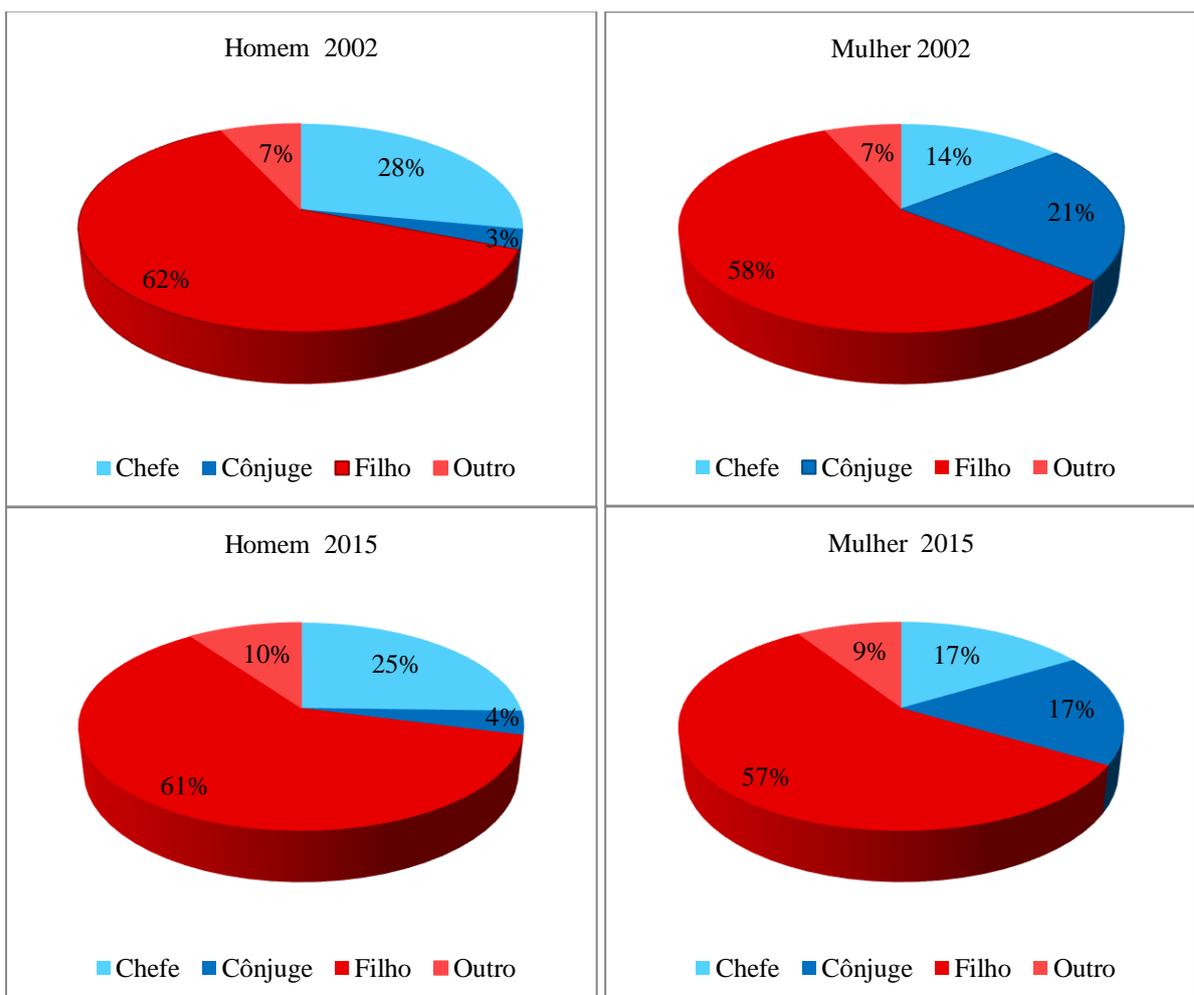


GRÁFICO 7 - Condição na família dos jovens com ensino superior, por gênero, das regiões metropolitanas, nos anos de 2002 e 2015.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pesquisa Mensal de Emprego, 2002-2015, IBGE.

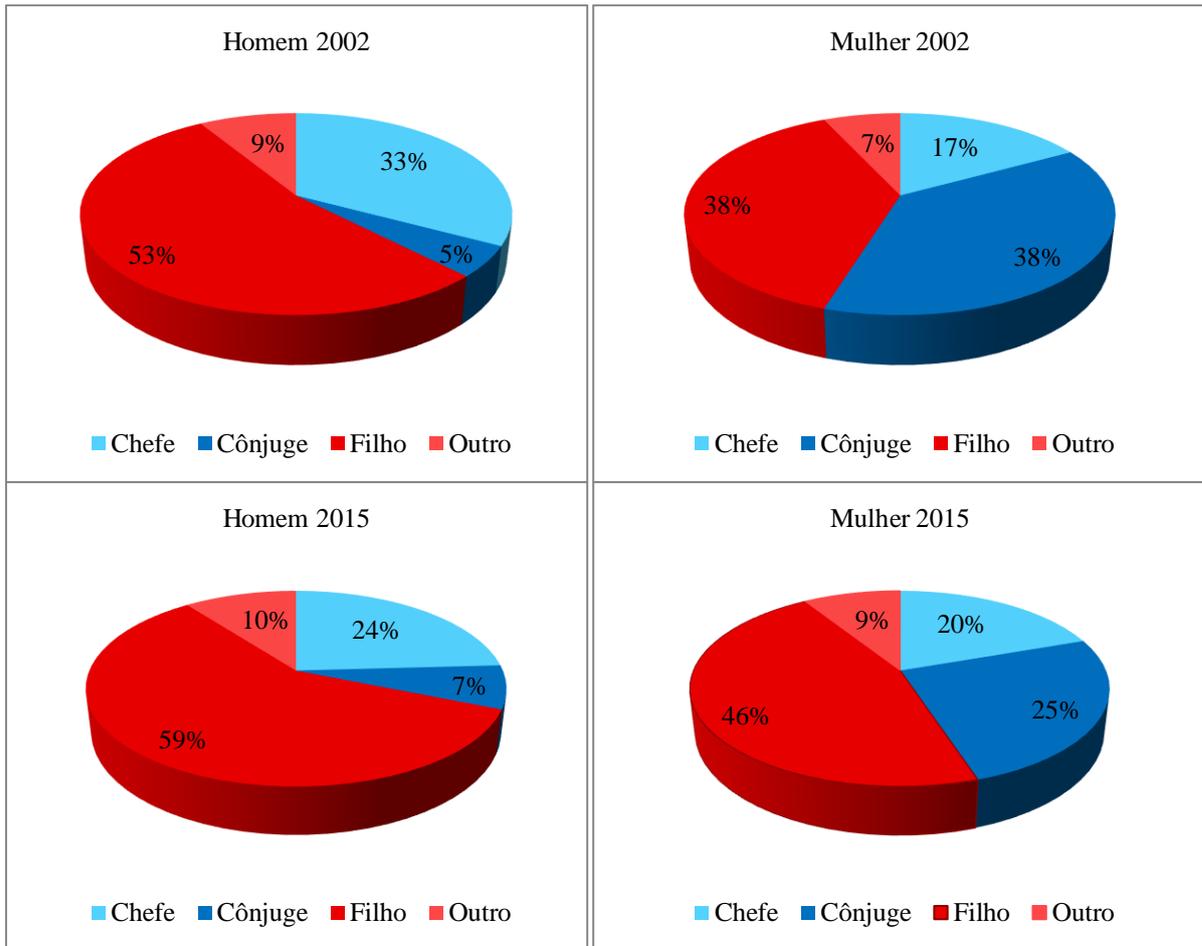


GRÁFICO 8 - Condição na família dos jovens sem nível superior, por gênero, das regiões metropolitanas, nos de 2002 e 2015.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pesquisa Mensal de Emprego, 2002-2015, IBGE.

Outro ponto interessante sobre o perfil desses jovens refere-se à posição social que pertencem. O GRAF.9⁷ mostra a distribuição dos jovens entre 20 e 29 anos, das regiões metropolitanas, em 2002 e 2015, por quintil de renda e nível de escolaridade. No que se refere aos jovens com curso superior em 2002, o quintil de renda mais elevada somava 68,07% desses jovens, seguido pelo quintil de número quatro em que essa proporção cai para 19,17%. Em 2015 a proporção de jovens no quintil de número cinco diminuiu para 58,85% e houve um aumento na proporção de jovens com nível superior nos outros quintis. Apesar de ter ocorrido uma pequena desconcentração, verifica-se que grande parte dos jovens com ensino superior pertence às classes de renda mais elevadas. Quando se observa a distribuição dos jovens entre 20 e 29 anos sem curso superior, verifica-se que ela é mais regular entre os quintis de renda, sendo menor no primeiro e no último quintil. Os dados presentes no GRAF.9 reforçam o argumento de que o investimento em educação não é apenas uma questão de escolha. O fato dos jovens com nível superior estarem concentrados nas classes de renda mais alta, mostra

⁷ A variável de renda utilizada neste gráfico foi o rendimento *per capita* do trabalho.

que os jovens pertencentes às classes de renda mais baixa possuem menos acesso ao ensino superior.

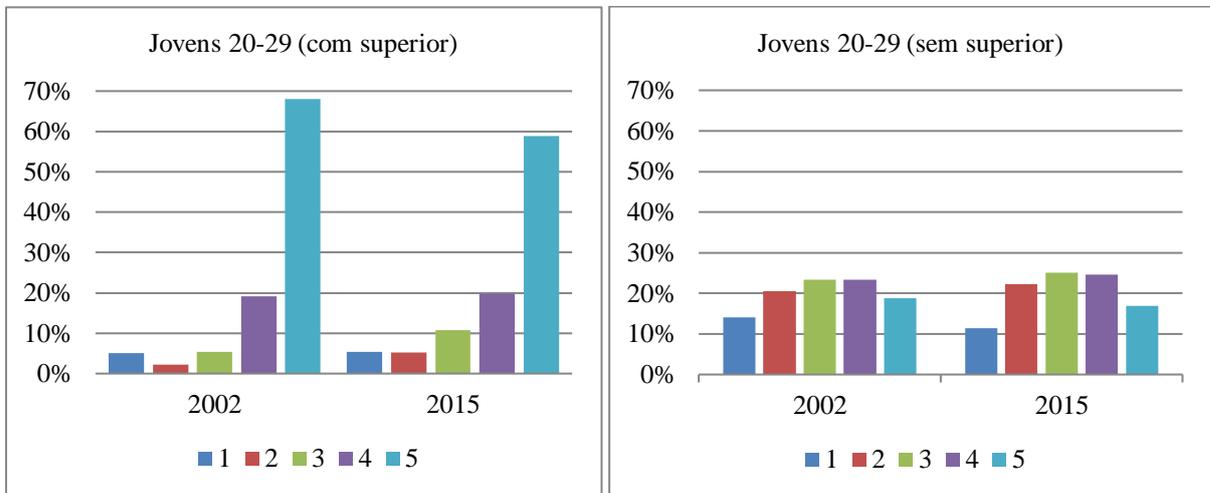


GRÁFICO 9 - Distribuição dos jovens por quintil de renda *per capita* e nível de escolaridade, das regiões metropolitanas, nos anos de 2002 e 2015.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pesquisa Mensal de Emprego, 2002-2015, IBGE.

2.2.3 Jovens e mercado de trabalho

Nesta seção são apresentados alguns indicadores com o objetivo de compreender a dinâmica e as especificidades dos jovens no mercado de trabalho, considerando grau de escolaridade, diferenças de gênero e raciais e a evolução ao longo dos últimos anos. O primeiro ponto que se coloca é como a taxa de atividade⁸ pode variar de acordo com o grupo etário e por nível de escolaridade. O GRAF.10 apresenta a taxa de atividade da população e dos jovens entre 20 e 29 anos das RMs brasileiras em 2002 e 2015. Nota-se que não houve grandes oscilações entre os grupos durante o período. Em 2015 o grupo de jovens com nível superior teve uma taxa de atividade de 84,54%, na população com nível superior esse valor foi de 77,29%, entre os jovens sem nível superior a taxa foi de 79,71% e dentro da população sem nível superior o valor da taxa foi de 52,01%.

De acordo com os dados, verifica-se que fazer parte do grupo de jovens entre 20 e 29 anos, aumenta as chances de fazer parte da PEA quando comparado ao restante da população, o que é esperado, pois trata-se de um recorte de jovens adultos. Do mesmo modo, ter nível superior também aumenta a chance de fazer parte da PEA em relação aos que não possuem. Vale ressaltar que a diferença na taxa de atividade entre jovens com e sem superior completo é

⁸ Taxa de atividade é dado pela relação PEA/PIA

menor do que dentro da população, o que permite inferir que entre os jovens dessa faixa etária é maior a chance de fazer parte da PEA independente do nível de escolaridade.

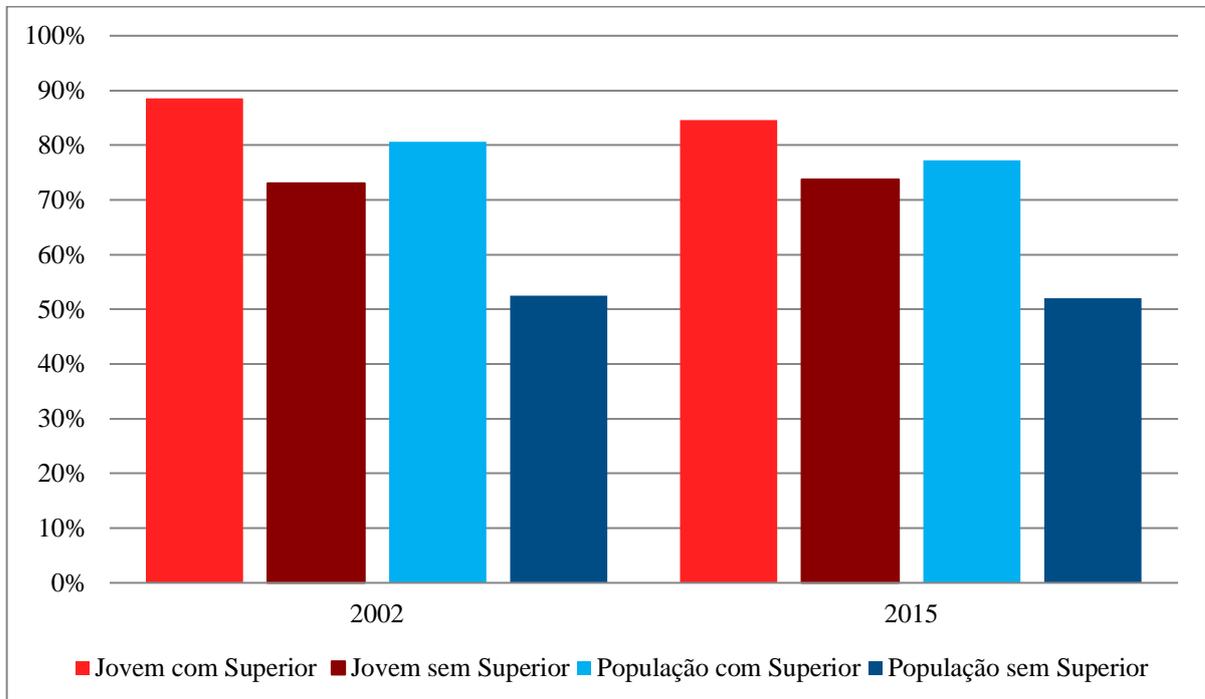


GRÁFICO 10 - Taxa de atividade por grupo etário e nível de escolaridade, das regiões metropolitanas, nos anos de 2002 e 2015.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pesquisa Mensal de Emprego, 2002-2015, IBGE.

A taxa de desemprego é um importante indicador do mercado de trabalho. O GRAF.11 apresenta a taxa de desemprego de jovens entre 20 e 29 anos e da população, por nível de escolaridade, entre 2002 e 2015, nas regiões metropolitanas. É possível identificar quatro momentos distintos nas trajetórias das curvas, aumento entre 2002 e 2003, momento em que houve transição para o governo Lula, o segundo momento é de queda e vai até 2012, período em que o cenário econômico é positivo, o terceiro momento é de estabilidade e vai até 2014 quando o Brasil começa a sofrer os efeitos da crise e recessão, de modo que em 2015, o desemprego volta a crescer.

Em primeiro lugar vale destacar que o desemprego é maior entre os jovens e diversos podem ser os fatores que contribuem para esse fato, entre as justificativas estão a maior rotatividade, menor experiência. Observa-se também que a taxa de desemprego é mais elevada entre os indivíduos sem nível superior, dado que a maior escolaridade melhora as oportunidades no mercado de trabalho. Nota-se que a taxa de desemprego entre os indivíduos sem nível superior é mais instável aos ciclos econômicos e este grupo foi muito beneficiado pelo cenário

econômico favorável entre 2003 e 2012. Para o grupo com nível superior percebe-se que foram menos vulneráveis aos ciclos econômicos e que o mercado de trabalho conseguiu absorver o aumento da oferta de mão de obra mais escolarizada.

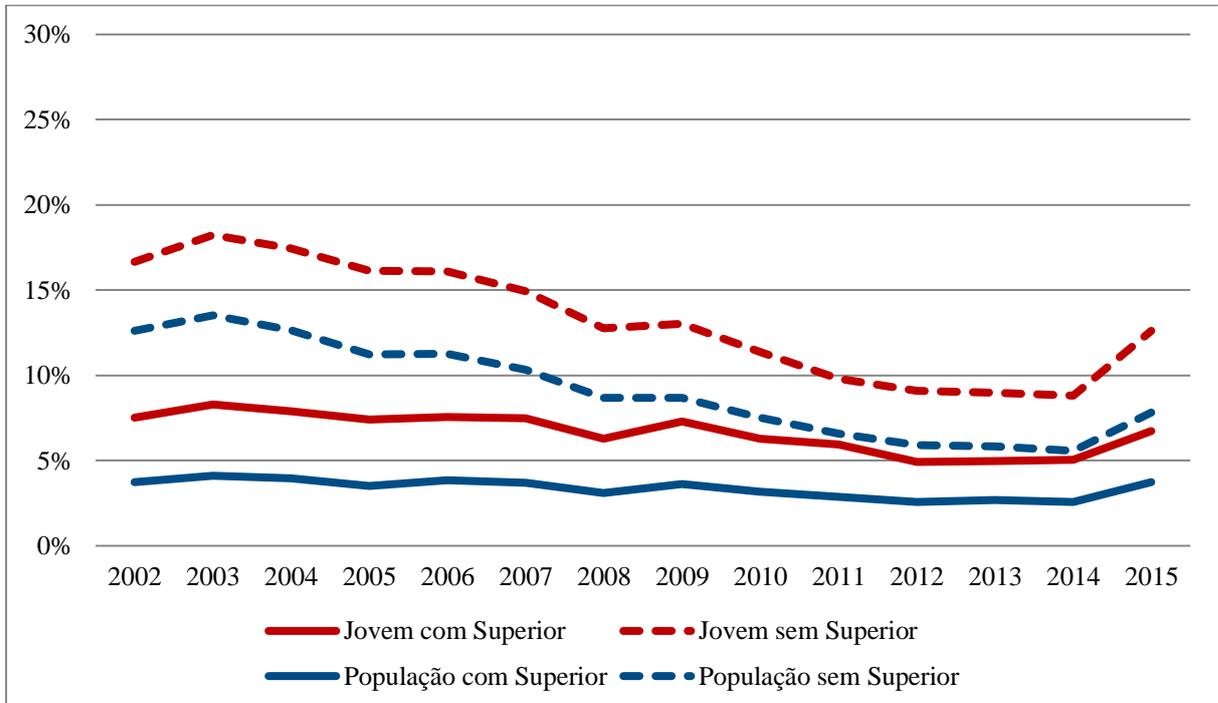


GRÁFICO 11 – Evolução da taxa de desemprego por grupo etário e nível de escolaridade, das regiões metropolitanas, entre 2002 e 2015.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pesquisa Mensal de Emprego, 2002-2015, IBGE.

Outra variável complementar ao desemprego e que é um parâmetro de eficiência do mercado de trabalho refere-se ao grau de *mismatch*. O GRAF.12 apresenta a proporção de indivíduos subescolarizados, adequados e sobre-escolarizados, dos jovens entre 20 e 29 anos e da população, das regiões metropolitanas, em 2002 e 2015. A proporção de subescolarizados foi de quase 25% na população e pouco menos de 15% entre os jovens, de adequados foi de quase 45% na população e pouco mais de 50% entre os jovens e de sobre-escolarizados foi de 30% na população e entre os jovens. Em 2015 diminuiu a proporção de indivíduos subescolarizados e aumentou a proporção de adequados e sobre-escolarizados.

A diminuição da proporção de indivíduos subescolarizados e aumento na proporção dos adequados e sobre-escolarizados indica que houve um processo de substituição de uma mão de obra menos escolarizada para uma mão de obra mais escolarizada e que isso foi possível graças à expansão educacional que resultou na elevação da oferta de mão de obra mais anos

de estudo. Além disso, verifica-se que a parcela de indivíduos subescolarizados é menor entre os jovens, possivelmente por terem menos experiência também possuem menos acesso a cargos em que o nível de escolaridade exigido é superior ao do próprio indivíduo. A proporção de sobre-escolarizados é semelhante entre os jovens e a população e a parcela de adequados é maior entre aqueles.

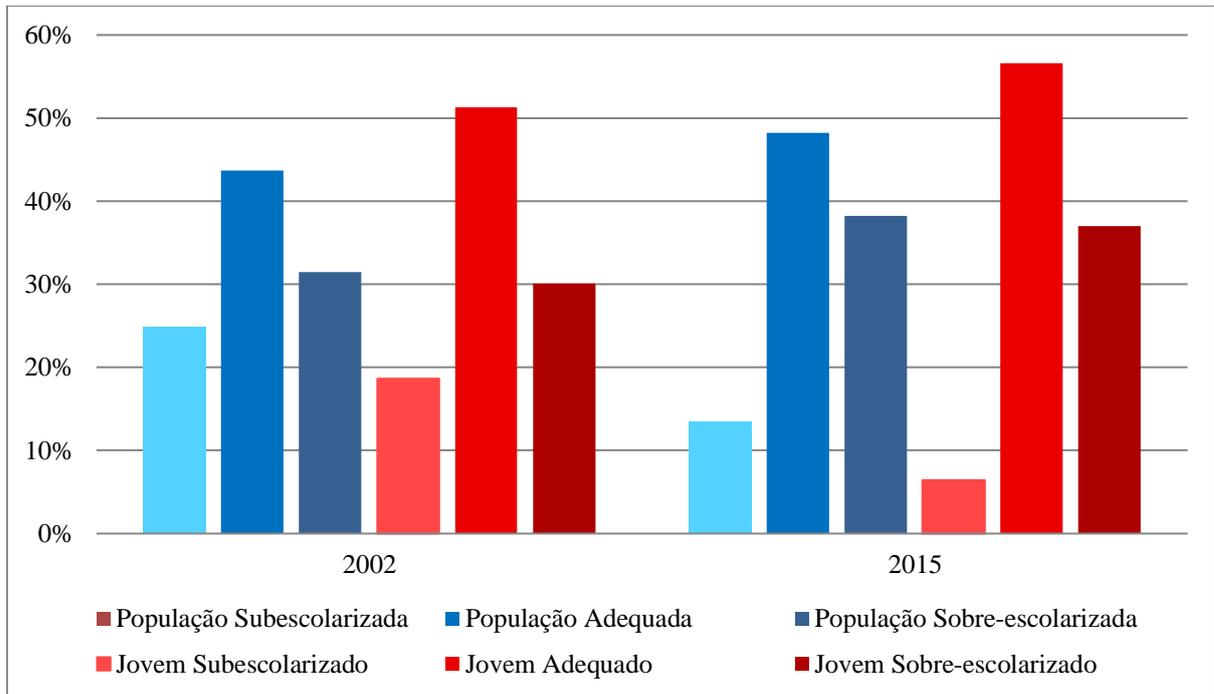


GRÁFICO 12 – Distribuição dos trabalhadores entre subescolarizados, adequados e sobre-escolarizados por grupo etário, das regiões metropolitanas, nos anos de 2002 e 2015.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pesquisa Mensal de Emprego, 2002-2015, IBGE.

Gênero e Raça

Pode-se destacar algumas diferenças dos jovens nas escolhas sobre o mercado de trabalho que estão relacionadas ao gênero e raça. O GRAF.13 apresenta a taxa de atividade dos jovens entre 20 e 29 anos das regiões metropolitanas, por gênero, raça e nível de escolaridade, em 2002 e 2015. Observa-se que essa taxa não variou muito ao longo do período, com uma leve diminuição de 2002 para 2015 e não existem diferenças significativas quanto às características raciais. Em 2015 os valores das taxas de atividade foram de, entre os indivíduos sem nível superior, 65,46% para mulheres negras e 81,76% para homens brancos. Para os mesmo subgrupos, mas com nível superior, os valores foram de 82,33% 86,74% respectivamente.

Verifica-se que homens são mais prováveis de participar da PEA do que mulheres. A diferença na taxa de atividade das mulheres com e sem nível superior é maior do que a diferença entre os homens, ou seja, para as mulheres ter curso superior aumenta significativamente a probabilidade de fazer parte da PEA, já para os homens essa probabilidade aumenta em um nível bem menor.

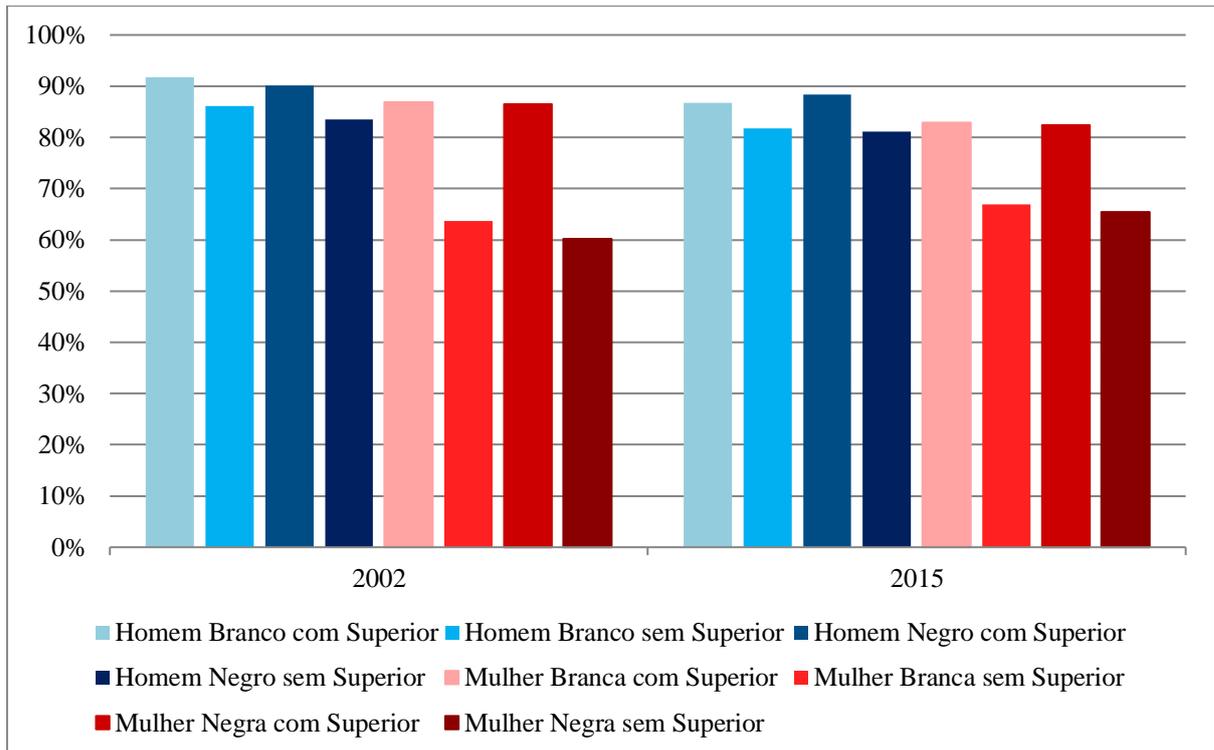


GRÁFICO 13 - Taxa de atividade dos jovens por gênero, raça e nível de escolaridade, das regiões metropolitanas, nos anos de 2002 e 2015.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pesquisa Mensal de Emprego, 2002-2015, IBGE.

Outra diferença no mercado de trabalho desses subgrupos é em relação à taxa de desemprego. O GRAF.14 apresenta as taxas de desemprego, dos jovens entre 20 e 29 anos das regiões metropolitanas por gênero, raça e nível de escolaridade entre 2002 e 2015. Nota-se que a trajetória das curvas são semelhantes, o desemprego sobe entre 2002 e 2003, a partir de então cai até 2012, estabiliza até 2014 e sobe em 2015. Verifica-se que a taxa de desemprego é maior para as mulheres e negros. Mas a diferença em pontos percentuais se reduz significativamente quando consideramos apenas os jovens com nível superior, ou seja, as diferenças de gênero e raça em relação à taxa de desemprego são menos relevantes quando se trata de indivíduos com maior nível de escolaridade. Ainda assim é importante ressaltar que a proporção de jovens negros com nível superior é bem mais baixa que entre os brancos,

portanto esse grupo sofre maiores dificuldades para obter um emprego tanto porque existe discriminação no mercado de trabalho e também porque o grau de escolaridade é menor.

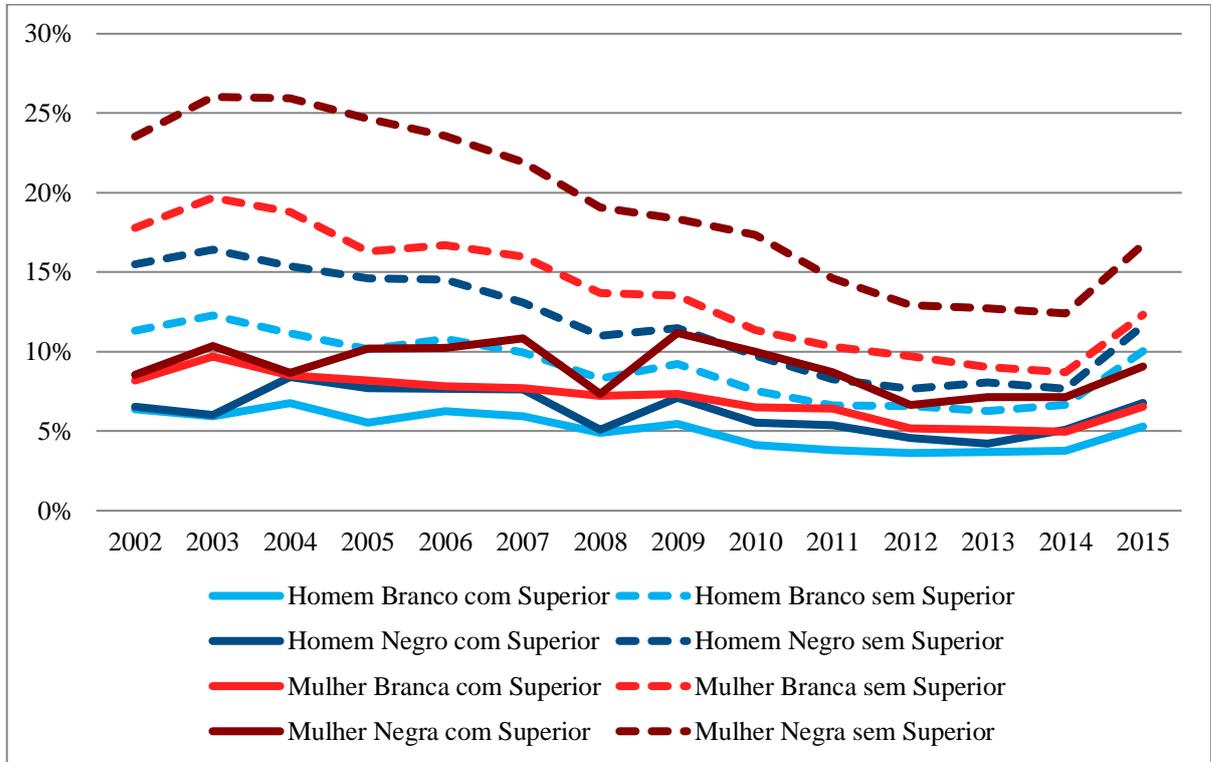


GRÁFICO 14 – Evolução da taxa de desemprego dos jovens por gênero, raça e nível de escolaridade, das regiões metropolitanas, entre 2002 e 2015.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pesquisa Mensal de Emprego, 2002-2015, IBGE.

No que se refere aos indivíduos com nível superior é interessante analisar como o grau de sobre-escolaridade variou entre anos e os subgrupos. O GRAF.15 apresenta a taxa de sobre-escolaridade dos jovens entre 20 e 29 anos com nível superior das regiões metropolitanas, por gênero e raça, em 2002 e 2015. Os valores se mantiveram praticamente estáveis, com um leve aumento, em 2015 foi de 63,75% para homens negros e 56,6% para mulheres brancas.

Verifica-se que a proporção de sobre-escolarizados entre os jovens com nível superior é elevada, menos da metade desses indivíduos estão em ocupações adequadas ao seu grau de escolaridade. Mas praticamente não houve mudança entre 2002 e 2015, ou seja, o aumento da oferta de mão de obra de jovens com nível superior foi proporcional ao aumento da demanda. Quase não existem diferenças entre gênero e chance de trabalhar sobre-escolarizado é levemente mais baixa entre as mulheres. Com relação às questões raciais, os negros têm uma chance um pouco maior de trabalhar sobre-escolarizado com relação aos brancos. De qualquer

forma, entre os jovens com nível superior, as diferenças no grau de sobre-escolaridade são praticamente inexistentes com relação à raça e gênero.

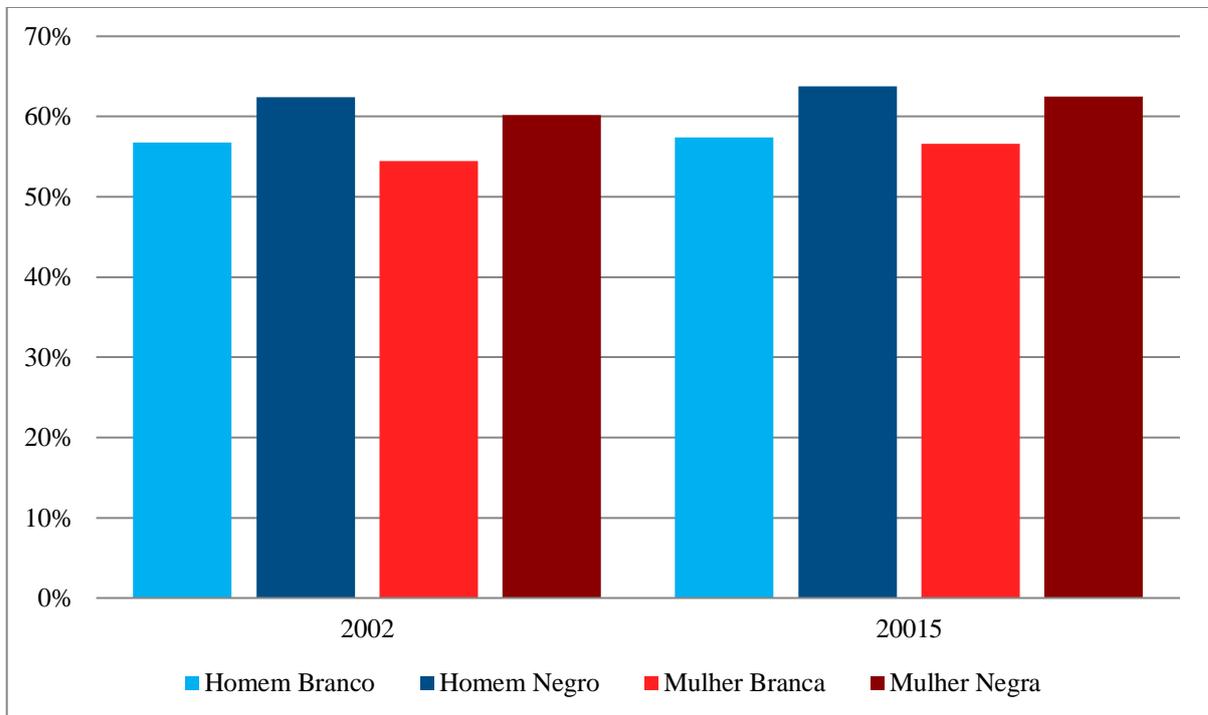


GRÁFICO 15 - Taxa de sobre-escolaridade dos jovens com nível superior por gênero e raça, das regiões metropolitanas, nos anos de 2002 e 2015.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pesquisa Mensal de Emprego, 2002-2015, IBGE.

2.2.4 Análise das variáveis dependentes

Esta seção apresenta as tendências dos últimos anos do status de trabalho dos jovens entre 21 e 30 anos, considerando os grupos de escolaridade (jovens sem curso superior, recém formados e jovens formados há mais tempo) e os tipos e qualidade da ocupação. Os dados apresentados aqui correspondem aos dados da base após o tratamento e que são utilizados nos modelos de regressão. Os tópicos tratados aqui nesta seção estão mais aninhados aos objetivos propostos e referem-se às variáveis dependentes dos modelos que estão definidos na próxima seção.

A base de dados após o tratamento contém 228.289 observações, 47,95% da amostra é composta por homens e 51% são brancos. O ano 't+1' varia entre 2003 e 2015 e a idade em 't+1' varia entre 21 e 30 anos. Com relação aos grupos de escolaridade 88,24% não possuem nível superior, 1,42% são recém formados e 10,34% estão formados há mais tempo. A renda

per capita exclusive a renda do jovem é em média R\$ 807,22 e 27,98% desse jovens possuem 1 ou mais filhos.

O GRAF.16 apresenta a evolução dos jovens entre 21 e 30 anos, das RMs que estavam trabalhando entre 2003 e 2015 em três subgrupos: jovens sem nível superior, recém formados e formados há mais tempo. Em 2003 as taxas foram de 62,17% para os jovens sem nível superior, 77,19% para os recém formados e 86,46% para os jovens formados há mais tempo. Em 2015 esses valores mudaram para 66,51%, 75% e 84,16% respectivamente.

Verifica-se que a proporção de indivíduos que trabalhavam entre os formados há mais tempo é mais alta e mais estável ao longo do tempo. A trajetória da curva entre os recém formados é a mais irregular e se manteve entre os dois outros grupos durante todo o período. Para esse dois subgrupos que possuem nível superior, nota-se que este é um fator que facilita a obtenção de um emprego, e em alguns casos é apenas uma questão de tempo, já que a chance de estar trabalhando é mais alta para quem está formado há mais tempo. A proporção de indivíduos que trabalham é mais baixa entre os jovens que não possuem nível superior, mas a parcela aumentou até 2012. Para os três subgrupos houve uma queda na proporção de indivíduos empregados entre 2013 e 2015.

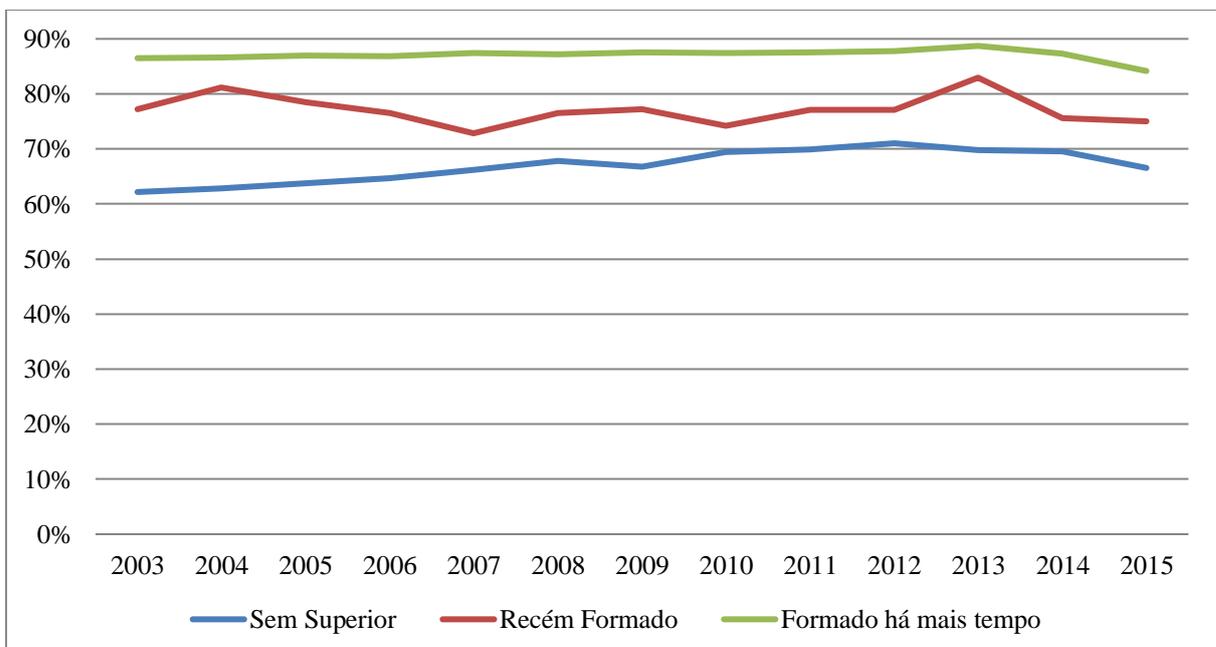


GRÁFICO 16 – Evolução da proporção de jovens ocupados entre os grupos de escolaridade, das regiões metropolitanas, entre 2002 e 2015.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pesquisa Mensal de Emprego, 2002-2015, IBGE.

O GRAF.17 apresenta a proporção dos jovens entre 21 e 30 anos das regiões metropolitanas, entre 2003 e 2015, que trabalhavam no setor formal, considerando apenas os jovens ocupados, em três subgrupos: sem curso superior, recém formado e formado há mais tempo. Em 2003 essa proporção era de 61,21% para os jovens sem nível superior, 69,32% para os recém formados e 70,28% para os jovens formados há mais tempo. Em 2015 esses valores subiram para 73,84%, 80,36% e 79,43% respectivamente.

Verifica-se que houve um aumento na proporção de mão de obra que trabalha no setor formal para todos os subgrupos. Essa proporção é semelhante entre recém formados e os indivíduos formados há mais tempo e mais baixa entre os jovens que não possuem curso superior, ou seja, ter curso superior contribui não apenas para conseguir um trabalho, mas também para fazer parte do setor formal.

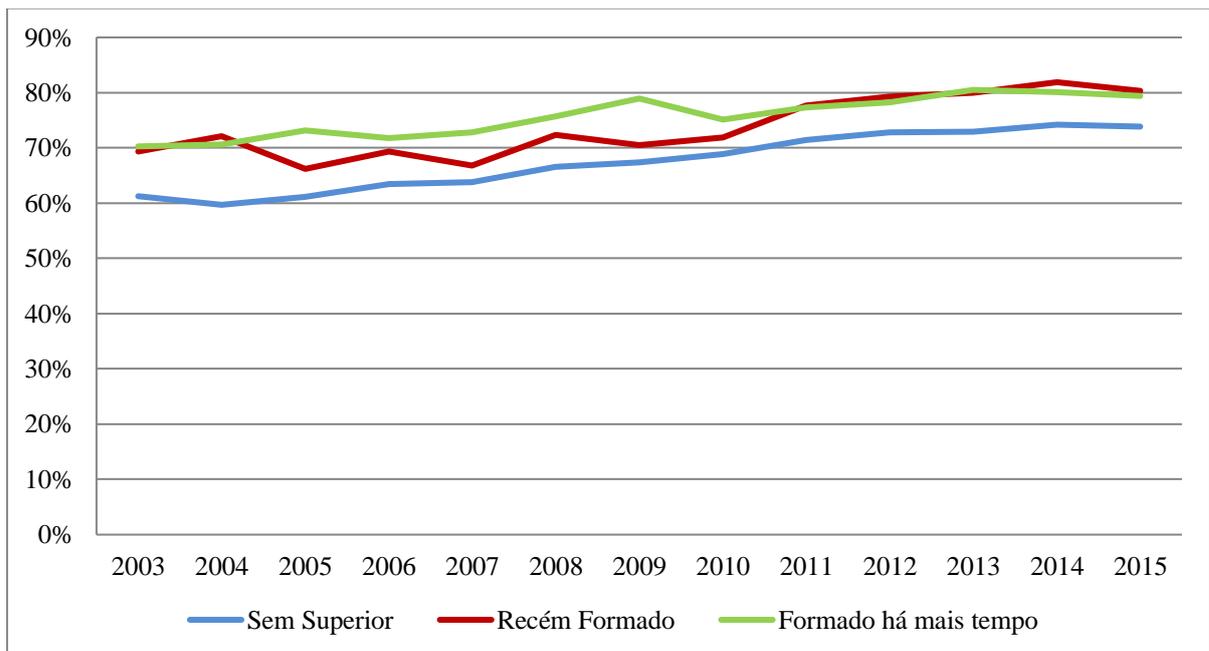


GRÁFICO 17 – Evolução da proporção dos jovens que trabalham no setor formal, entre os grupos de escolaridade, das regiões metropolitanas, entre 2002 e 2015.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pesquisa Mensal de Emprego, 2002-2015, IBGE.

O GRAF.18 traz a proporção dos jovens entre 21 e 30 anos das regiões metropolitanas, em 2003 e 2015 que trabalhavam no setor público, considerando apenas os jovens ocupados, em três subgrupos: sem nível superior, recém formados e formados há mais tempo. Em 2003 as proporções foram de 8,67% para os jovens sem nível superior, 15% para os recém formados e 26,24% para os jovens formados há mais tempo. Em 2015 esses valores diminuíram para 7,13%, 11,76% e 24,19% respectivamente. Observa-se que a proporção de indivíduos que

trabalham no setor público é bem mais elevada entre os jovens formados há mais tempo e mais baixa para os jovens que não possuem curso superior e que houve uma diminuição nesta proporção para todos os subgrupos entre 2003 e 2015.

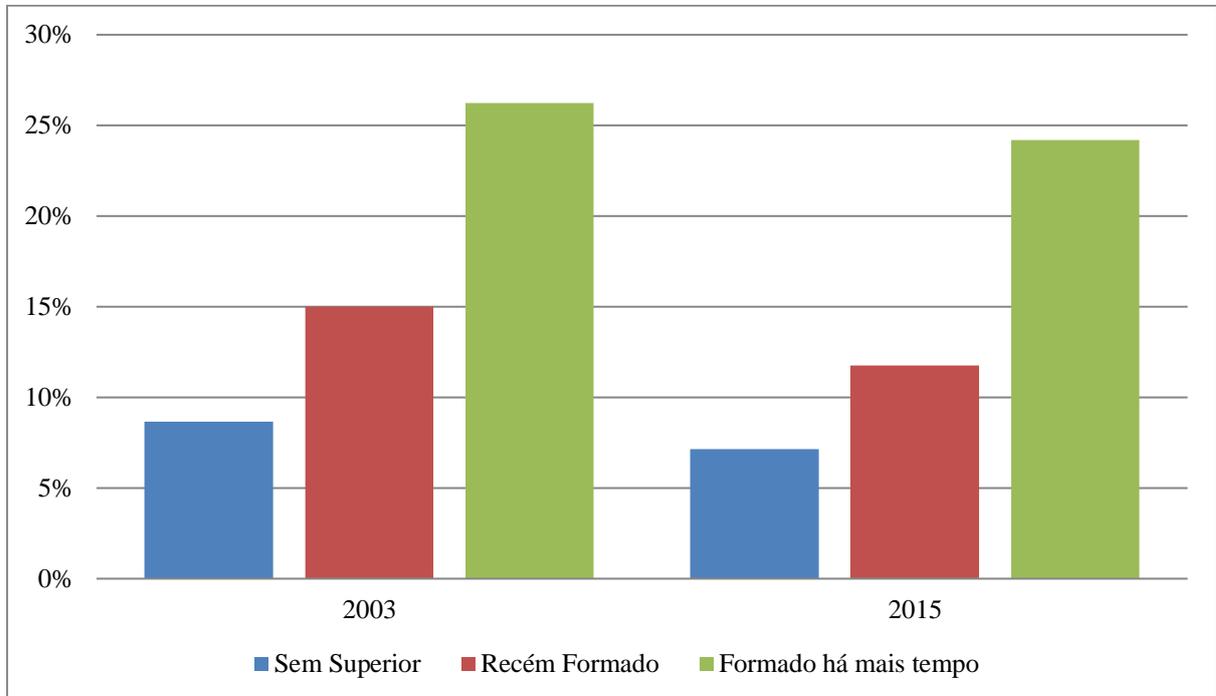


GRÁFICO 18 - Proporção de jovens que trabalham no setor público, entre os grupos de escolaridade, das regiões metropolitanas, nos anos de 2002 e 2015.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pesquisa Mensal de Emprego, 2002-2015, IBGE.

O GRAF.19 apresenta a trajetória da sobre-escolaridade dos jovens entre 21 e 30 anos, considerando apenas os que estavam ocupados e que possuíam nível superior, das regiões metropolitanas entre 2003 e 2015 dos recém formados e dos formados há mais tempo. Em 2003 a proporção foi de 54,55% para os recém formados e 41,73% para os indivíduos formados há mais tempo. Em 2015 esses valores subiram para 62,5% e 47,12% respectivamente. A trajetória dos recém formados é mais irregular ao longo do período e o grau de sobre-escolaridade é mais alto, ou seja, a probabilidade de trabalhar sobre-escolarizado diminui após um tempo de formado. Houve um aumento da sobre-escolaridade ao longo do tempo, mas não muito.

Observa-se que a taxa de sobre-escolaridade não é pequena o que representa certa ineficiência alocativa do mercado de trabalho em absorver a oferta de mão de obra de acordo com sua escolaridade. Mas o fato de não ter aumentado muito significa que a demanda conseguiu acompanhar a oferta até certo ponto. É possível afirmar que os jovens com nível superior não

tem muitos problemas em arrumar trabalho, mas chance de arrumar um emprego que não está de acordo com o seu nível de escolaridade não é pequena.

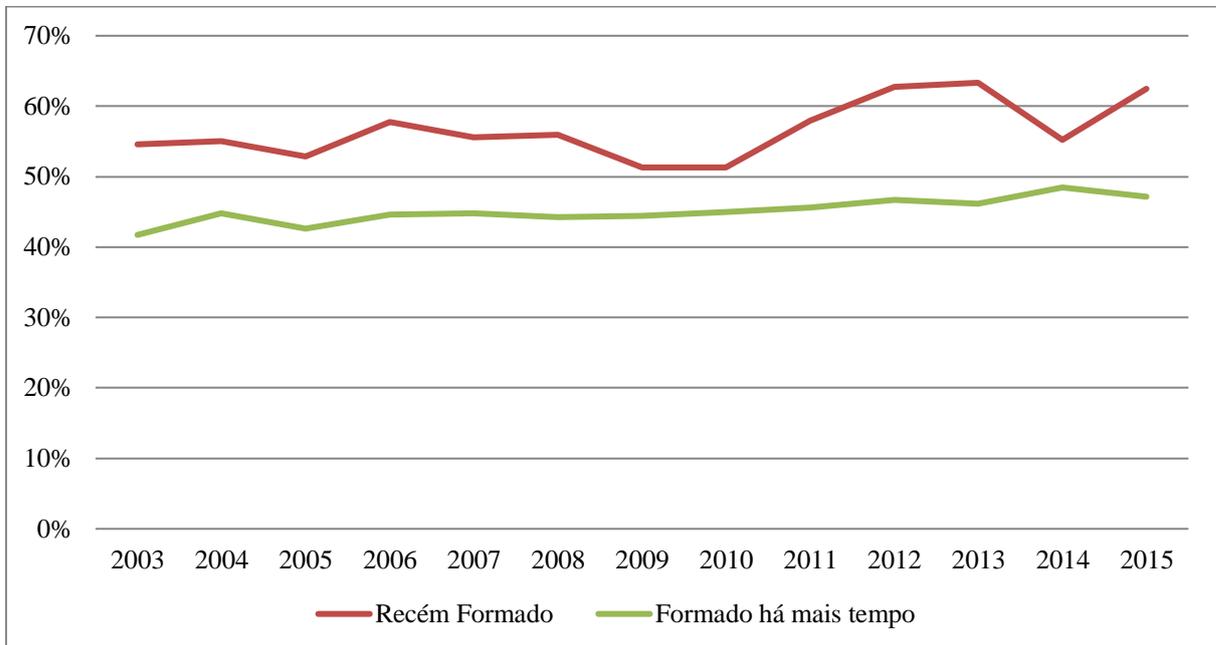


GRÁFICO 19 – Evolução da taxa de sobre-escolaridade entre os jovens com nível superior e grupos de escolaridade, das regiões metropolitanas, entre 2002 e 2015.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pesquisa Mensal de Emprego, 2002-2015, IBGE.

2.3 Modelos

Nesta seção são descritos com base em Cameron e Trivedi (2005) os dois tipos de abordagem utilizados a fim de avaliar a inserção de jovens no mercado de trabalho. Na primeira abordagem, a variável dependente é binária, representando a decisão entre ‘trabalhar’ e ‘não trabalhar’, desse modo é utilizado um dos métodos existentes para modelagem variáveis dependentes binárias. Nas demais abordagens, a variável explicada possui mais de duas possibilidades e como já havia sido mencionado anteriormente apresenta maior refinamento dessa variável com relação ao tipo da ocupação, neste caso é necessária a aplicação do modelo multinomial. A aplicação dos métodos *logit* e *logit* multinomial tem o intuito de analisar as questões propostas controlando pelas variáveis estabelecidas.

2.3.1 Logit

Modelos de variável dependente binária são modelos em que existem apenas duas opções de resposta para a variável dependente, por exemplo, estar empregado ou não estar empregado.

Nestes modelos o objetivo é estimar a probabilidade da ocorrência do evento de acordo com os valores das variáveis explicativas, a probabilidade estimada da ocorrência pode ser definida pela seguinte equação:

$$p_i = P_r[y_i = 1|x] = F(x_i'\beta) \quad (1)$$

Em que y_i assume o valor de 1 quando o evento ocorre e o valor de 0 quando o evento não ocorre. $F(\cdot)$ é especificado como uma função de distribuição acumulada (cdf), de modo a garantir que $0 \leq p \leq 1$. Vale ressaltar que se $F(\cdot)$ for uma cdf, então esta cdf está sendo usada apenas para modelar o parâmetro p , e não denota a cdf de y .

O modelo é estimado por máxima verossimilhança, em que a verossimilhança para os dados com n respostas binárias é:

$$L = \prod F(x_i'\beta)^{y_i} [1 - F(x_i'\beta)]^{1-y_i} \quad (2)$$

A forma funcional específica é dada por:

$$P(y_i = 1) = \frac{\exp(x_i'\beta)}{1 + \exp(x_i'\beta)} \quad (3)$$

A interpretação dos resultados pode ser dada pela *odds ratio* e risco relativo. Em que a *odds ratio* é a medida que descreve a *odds* de sucesso associada com um grupo em relação ao outro e a *odds ratio* é relacionada ao conceito de risco relativo: risco definido como uma probabilidade ao longo de um intervalo de tempo ou exposição, a equação é dada por:

$$\theta = \frac{\omega_1}{\omega_2} = \frac{p_1/(1-p_1)}{p_2/(1-p_2)} \quad (4)$$

Definido o método, o modelo 1 geral é dado pela seguinte equação:

$$\text{trabalha} = \beta_0 + \beta_1\text{idade} + \beta_2\text{homem} + \beta_3\text{branco} + \beta_4\text{trabalhava} + \beta_5\text{grupos de escolaridade} + \beta_6\text{ano} + \beta_7\text{RM} + \beta_8\text{posição na família} + \beta_9\text{lnrend} + \beta_{10}\text{filho} + u_i \quad (5)$$

O modelo 1 só para homens ou só para mulheres é dado pela seguinte equação:

$$\text{trabalha} = \beta_0 + \beta_1 \text{idade} + \beta_2 \text{branco} + \beta_3 \text{trabalhava} + \beta_4 \text{grupos de escolaridade} + \beta_5 \text{ano} + \beta_6 \text{RM} + \beta_7 \text{posição na família} + \beta_8 \text{lnrend} + \beta_9 \text{filho} + u_i \quad (6)$$

2.3.2 *Logit Multinomial*

Os modelos multinomiais e ordenados representam uma sequência dos modelos de variáveis binárias. A diferença básica com o modelo anterior é que antes a variável de resposta só poderia possuir dois valores, neste caso as opções de respostas são múltiplas. São modelos em que não existe uma ordenação para a variável resposta. Como exemplo, temos o status na força de trabalho: desempregado, empregado ou inativo. Os modelos estatísticos com tais medidas qualitativas não ordenadas como variáveis dependentes têm longa tradição na economia da escolha do consumidor assim como nos modelos de escolha binária, o arcabouço para variáveis policotômicas também pode ser derivado de uma variável contínua latente, ou uma função utilidade, que é subjacente às preferências individuais associadas às suas escolhas manifestas (modelos de escolha discreta). No caso da função utilidade pode ser representada pela seguinte equação:

$$U_{ij} = x'_{ij}\beta_j + \varepsilon_{ij} \quad (7)$$

Em que U_{ij} representa a utilidade do indivíduo i pela escolha j .

Um dos métodos utilizados para modelos multinomiais é o *logit* multinomial. Quando se diz que uma variável qualitativa não é ordenada, significa que cada categoria é única em comparação às outras categorias, portanto, não há vantagens em situar uma categoria em relação à outra categoria. A ideia básica por trás do modelo *logit* multinomial é comparar duas respostas ao mesmo tempo. A estimação do modelo é conduzida iterativamente usando máxima verossimilhança. É conveniente definir uma série de J variáveis dummy: $d_{ij}=1$ se $y_i=j$ e 0 caso contrário, isto resulta em $\sum_j d_{ij}=1$ para cada observação. A equação a seguir corresponde a função de máxima verossimilhança:

$$\log L = \sum_i \sum_j d_{ij} \log p_{ij} \quad (8)$$

Os coeficientes não podem ser facilmente interpretados, mas seu exponencial tem uma interpretação como as razões de riscos relativas. A razão de riscos relativos informa como a probabilidade de escolher j relativamente a 0 muda quando x aumenta uma unidade e pode ser dada pela seguinte equação:

$$\exp(\beta_j) = \frac{p'_{ij}/p_{i0}}{p'_{i0}/p_{i0}} \quad (9)$$

Definido o método, o modelo 2 geral é dado pela seguinte equação:

$$\text{trabalha formal/informal} = \beta_0 + \beta_1 \text{idade} + \beta_2 \text{homem} + \beta_3 \text{branco} + \beta_4 \text{tipo de trabalho em 't'} + \beta_5 \text{grupos de escolaridade} + \beta_6 \text{ano} + \beta_7 \text{RM} + \beta_8 \text{posição na família} + \beta_9 \text{lnrend} + \beta_{10} \text{filho} + u_i \quad (10)$$

O modelo 2 só para homens ou só para mulheres é dado pela seguinte equação:

$$\text{trabalha formal/informal} = \beta_0 + \beta_1 \text{idade} + \beta_2 \text{branco} + \beta_3 \text{tipo de trabalho em 't'} + \beta_4 \text{grupos de escolaridade} + \beta_5 \text{ano} + \beta_6 \text{RM} + \beta_7 \text{posição na família} + \beta_8 \text{lnrend} + \beta_9 \text{filho} + u_i \quad (11)$$

O modelo 3 geral é dado pela seguinte equação:

$$\text{trabalha público/privado} = \beta_0 + \beta_1 \text{idade} + \beta_2 \text{homem} + \beta_3 \text{branco} + \beta_4 \text{tipo de trabalho em 't'} + \beta_5 \text{grupos de escolaridade} + \beta_6 \text{ano} + \beta_7 \text{RM} + \beta_8 \text{posição na família} + \beta_9 \text{lnrend} + \beta_{10} \text{filho} + u_i \quad (12)$$

O modelo 3 só para homens ou só para mulheres é dado pela seguinte equação:

$$\text{trabalha público/privado} = \beta_0 + \beta_1 \text{idade} + \beta_2 \text{branco} + \beta_3 \text{tipo de trabalho em 't'} + \beta_4 \text{grupos de escolaridade} + \beta_5 \text{ano} + \beta_6 \text{RM} + \beta_7 \text{posição na família} + \beta_8 \text{lnrend} + \beta_9 \text{filho} + u_i \quad (13)$$

O modelo 4 geral é dado pela seguinte equação:

$$\begin{aligned} \text{trabalha adequado/sobre-escolarizado} = & \beta_0 + \beta_1 \text{idade} + \beta_2 \text{homem} + \beta_3 \text{branco} + \beta_4 \text{tipo de} \\ & \text{trabalho em 't'} + \beta_5 \text{grupos de escolaridade} + \beta_6 \text{ano} + \beta_7 \text{RM} + \beta_8 \text{posição na família} + \beta_9 \text{lnrend} \\ & + \beta_{10} \text{filho} + u_i \end{aligned} \quad (14)$$

O modelo 4 só para homens ou só para mulheres é dado pela seguinte equação:

$$\begin{aligned} \text{trabalha adequado/sobre-escolarizado} = & \beta_0 + \beta_1 \text{idade} + \beta_2 \text{branco} + \beta_3 \text{tipo de trabalho em 't'} + \\ & \beta_4 \text{grupos de escolaridade} + \beta_5 \text{ano} + \beta_6 \text{RM} + \beta_7 \text{posição na família} + \beta_8 \text{lnrend} + \beta_9 \text{filho} + \\ & u_i \end{aligned} \quad (15)$$

Definidos os modelos, o próximo capítulo contém os resultados dos modelos de regressão bem como suas respectivas análises.

CAPÍTULO 3 – RESULTADOS

Este capítulo tem como objetivo avaliar a inserção dos jovens no mercado de trabalho de maneira mais aprofundada e detalhada. Neste sentido, o foco é avaliar a inserção ao longo dos últimos anos, incorporando o efeito das mudanças sociais e os ciclos econômicos. Analisar não apenas a inserção, mas o tipo e ou qualidade do trabalho: formal e informal, público e privado, adequado ou sobre-escolarizado. Observar a diferença entre os grupos de escolaridade estabelecidos: não graduados, recém-graduados e graduados há mais tempo. A regressão dos modelos *logit* e *logit* multinomial é com a finalidade de controlar os efeitos por características individuais e familiares, bem como as variáveis regionais e estabelecer quais desses aspectos são os principais determinantes da entrada no mercado de trabalho e como esses efeitos mudam de acordo com o gênero. Ademais, a definição dos grupos de escolaridade e de algumas variáveis explicativas faz parte do escopo do trabalho no sentido de capturar movimentos de transição de um ano para o outro.

3.1 Escolha entre trabalhar e não trabalhar

No modelo 1 a variável dependente representa a decisão do jovem entre trabalhar e não trabalhar, sendo ‘não trabalha’ a categoria de referência. É um modelo mais geral e genérico que trata apenas da inserção no mercado de trabalho sem levar em consideração as características do emprego. Os resultados são apresentados na TAB.1, com jovens entre 20 e 29 anos em ‘t’, das regiões metropolitanas, entre 2003 e 2015 em três versões diferentes: com todos os jovens, apenas com homens e apenas com mulheres. O modelo utilizado foi o *logit* e os coeficientes são analisados pela *odds ratio*. Verifica-se que de modo geral as variáveis foram bastante significativas e o impacto das variáveis se diferencia com relação ao gênero.

Observa-se que o coeficiente da variável de idade, que captura em parte a experiência no mercado de trabalho, indica que o avanço da idade aumenta a probabilidade de trabalhar. Os resultados são compatíveis com a literatura, ou seja, conforme a idade do jovem avança, aumenta a participação na força de trabalho, (BARROS; MENDONÇA, 1991; SILVA; KASSOUF, 2002; FLORI, 2005), dado que a idade proporciona ganhos de experiência e produtividade, aparecem mais e melhores oportunidades e aumenta a necessidade de independência econômica. Apesar de o coeficiente parecer não ser muito elevado, o acúmulo de alguns anos pode ser significativo, por exemplo, ter 10 anos a mais representa tem uma

chance 50% maior de trabalhar (modelo com todos os jovens), lembrando que o coeficiente de idade e sua interpretação se limitam aos jovens que tinha entre 20 e 29 anos em 't'.

A variável que indica se o indivíduo trabalhava ou não no ano 't', sendo 'não trabalhava em t' a categoria de referência, é importante para capturar a transição para o ano 't+1', seu coeficiente indica uma forte tendência de o indivíduo continuar trabalhando no ano 't+1' se já trabalhava no ano 't' (quase 9 vezes mais no modelo geral). Com relação à posição na família, sendo 'chefe' a categoria de referência, verifica-se que os jovens que ocupam a posição de filhos têm menor probabilidade de trabalhar em comparação aos jovens na posição de chefe. Já o coeficiente de raça, sendo 'negro' a categoria de referência, não se mostrou significativo em determinar a inserção no mercado de trabalho, controlando por todas as variáveis, mas é importante ressaltar que negros têm menos acesso ao curso superior como pode ser visto no GRAF.3 e GRAF.5 e têm menos oportunidades no mercado de trabalho, dado que a menor escolaridade dificulta a obtenção de trabalho (CONTU, 2012). Os coeficientes das variáveis de RMs, em que 'Recife' é a categoria de referência, mostram que a probabilidade de trabalhar são maiores em São Paulo e Porto Alegre e menores em Recife e Salvador.

As variáveis de ano, sendo '2003' a categoria de referência, indicam que o quadro econômico interfere no mercado de trabalho. No o modelo geral a probabilidade de trabalhar aumenta ao longo dos anos, sofre uma queda em 2009, se recupera nos anos seguintes e volta a cair em 2013. Verifica-se que em períodos de crescimento econômico a probabilidade de trabalhar aumenta (DE FÁTIMA *et. al.*, 2012) e diminui a taxa de desemprego (ILO, 2014).

Os coeficientes relacionados aos grupos de escolaridade, em que 'sem superior' é a categoria de referência, mostram que ser recém formado, em comparação com os jovens sem nível superior, elevam as chances de trabalhar em 43%, para os jovens que estão formados há mais tempo essa chance aumenta em mais de 2 vezes (modelo com todos os jovens). Os resultados indicam que o maior nível de escolaridade facilita o acesso ao mercado de trabalho (CONTU, 2012) e que as oportunidades melhoram ainda mais depois de um tempo de formação.

No que diz respeito às diferenças de gênero o coeficiente da variável de sexo no modelo pra todos os jovens, em que 'mulher' é a categoria de referência, indica que a probabilidade do homem trabalhar é 75% maior aproximadamente. Essa diferença ocorre em parte porque mulheres têm menor probabilidade de participar da PEA, como pode ser visto no GRAF.13,

mas também porque a taxa de desemprego feminina é mais alta como foi evidenciado no GRAF.14. Os resultados corroboram com o fato de que as mulheres são mais prováveis de estarem no desemprego ou inatividade (OLIVEIRA; SCORZAFAVE; PAZELLO, 2009). Além disso, os coeficientes das variáveis de idade mostram que seu efeito é maior para os homens. Em relação aos grupos de escolaridade, os coeficientes são maiores para as mulheres, mas a diferença só é estatisticamente significativa entre os formados há mais tempo, o que indica que fazer curso superior tem mais efeito para elas no mercado de trabalho. Ademais, o coeficiente do logaritmo da renda familiar *per capita* indica que quanto maior a renda, menor a chance dos homens trabalharem e entre as mulheres a chance aumenta.

Os coeficientes de posição na família, em que ‘chefe’ é a categoria de referência, mostram diferenças claras entre homens e mulheres. Enquanto entre os homens, ocupar a posição de cônjuge diminui a probabilidade de trabalhar em apenas 10%, entre as mulheres essa chance diminui em quase 30%. O coeficiente da variável que indica se o jovem teve filho no último ano, já tinha filho antes ou nunca teve filho, em que ‘nunca teve filho’ é a categoria de referência, também mostra uma distinção entre os gêneros. Tanto homens, quanto mulheres que tiveram filho no último ano têm uma chance de trabalhar menor, mas entre os homens é 10% menor e entre as mulheres é 40% menor. Para os jovens que já tinham filhos antes, a probabilidade de trabalhar entre os homens é 10% maior e para as mulheres 40% menor. Tais resultados retratam alguns dos pressupostos do modelo de Becker (1991) em que o homem é o provedor e mesmo os homens cônjuges acabam tendo maior probabilidade de trabalhar do que mulheres cônjuges por conta dos papéis de gênero em que a mulher acaba ficando com a responsabilidade de cuidar dos afazeres domésticos e criação dos filhos.

Tabela 1: Escolha dos jovens, entre trabalhar e não trabalhar, das regiões metropolitanas⁹.

(continua)

Variável	Odds Ratio		
	Todos	Homens	Mulheres
Idade	1,0442*** (0,0025)	1,0521*** (0,004)	1,0383*** (0,0033)

⁹ Nota explicativa das categorias de referência das variáveis: ‘não trabalha’ é a categoria de referência da variável explicativa, ‘mulher’ para variável de sexo, ‘negro’ para variável de raça, ‘sem superior’ para os grupos de escolaridade, ‘não trabalha’ para situação de emprego no ano anterior, ‘Recife’ para as *dummies* de região metropolitana, ‘2003’ para as *dummies* de ano, ‘chefe’ para condição na família e ‘nunca teve filho’ com relação a ter filho.

Tabela 1: Escolha dos jovens, entre trabalhar e não trabalhar, das regiões metropolitanas.

(continuação)

Variável	<i>Odds Ratio</i>		
	Todos	Homens	Mulheres
Sexo	1,7423*** (0,0243)	-	-
Raça	0,9989 (0,0144)	1,0037 (0,0226)	0,9881 (0,0187)
Recém	1,3977*** (0,0762)	1,2687*** (0,1141)	1,3803*** (0,0938)
Formadomais	2,215*** (0,0609)	1,9229*** (0,0921)	2,2399*** (0,0753)
Trabalhava	8,7485*** (0,1114)	6,8489*** (0,1376)	9,5752*** (0,1601)
Salvador	1,0824*** (0,0270)	1,0395 (0,0388)	1,0997*** (0,0369)
BH	1,537*** (0,0339)	1,6346*** (0,0549)	1,4786*** (0,0435)
Rio	1,3673*** (0,0307)	1,5129*** (0,052)	1,268*** (0,038)
SP	1,6383*** (0,0371)	1,7185*** (0,0598)	1,5863*** (0,0478)
Porto	1,6459*** (0,0418)	1,5872*** (0,0626)	1,6748*** (0,056)
2004	1,0428 (0,0343)	1,0727 (0,0552)	1,0322 (0,0447)
2005	1,0358 (0,0337)	1,0642 (0,0541)	1,0307 (0,0443)
2006	1,0739*** (0,0350)	1,1007* (0,0559)	1,0736* (0,0462)
2007	1,1154*** (0,0364)	1,1454*** (0,0582)	1,1097** (0,0478)
2008	1,1839*** (0,0388)	1,2658*** (0,0651)	1,1456*** (0,0493)
2009	1,0738** (0,0351)	1,0681 (0,0547)	1,0848* (0,0466)
2010	1,2455*** (0,0415)	1,2669*** (0,0662)	1,2408*** (0,0543)
2011	1,2082*** (0,0411)	1,2016*** (0,0636)	1,2322*** (0,0552)

Tabela 1: Escolha dos jovens, entre trabalhar e não trabalhar, das regiões metropolitanas.

(conclusão)

Variável	Odds Ratio		
	Todos	Homens	Mulheres
2012	1,2318*** (0,0424)	1,2046*** (0,0645)	1,2718*** (0,0577)
2013	1,1321*** (0,0394)	1,1533*** (0,0622)	1,1342*** (0,0522)
2014	1,0222 (0,0344)	1,1362** (0,0581)	0,9658 (0,0435)
2015	0,9519 (0,0312)	0,8965** (0,0448)	1,006 (0,0441)
Cônjuge	0,5477*** (0,0124)	0,8955* (0,0597)	0,7142*** (0,0199)
Filho	0,5547*** (0,0157)	0,4491*** (0,0217)	0,7962*** (0,0293)
Outro	0,5964*** (0,0222)	0,4966*** (0,0294)	0,8227*** (0,0412)
Lnrend	0,9973 (0,0076)	0,9723** (0,0111)	1,0352*** (0,0107)
Tevefilho	0,6395*** (0,0251)	0,8957 (0,0735)	0,6038*** (0,0282)
Tinhafilho	0,6641*** (0,0183)	1,1109* (0,0647)	0,609*** (0,0201)
Constante	0,1899*** (0,0168)	0,3908*** (0,0537)	0,1332*** (0,0155)
Observações	165498	77945	87553
Pseudo R2	0,24	0,1882	0,2440
Log likelihood	-78255,79	-33029,91	-44571,0500

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pesquisa Mensal de Emprego, 2002-2015, IBGE.

Nota: *** significância ao nível de 1 %; ** significância ao nível de 5 %; * significância ao nível de 10 %

3.2 Escolha entre não trabalhar, trabalhar informal ou trabalhar formal

Nesta seção são apresentados os resultados da regressão do modelo 2 presentes na TAB.2. Neste modelo pretende-se avaliar como as variáveis explicativas influenciam nas escolhas dos jovens entre não trabalhar, trabalhar no setor informal ou trabalhar no setor formal, em que

‘não trabalha’ é a categoria de referência. Aqui a variável dependente é mais abrangente, neste caso não é apenas avaliada a inserção, mas também a inserção em qual tipo de ocupação. Os resultados contemplam os jovens que tinham entre 20 e 29 anos em ‘t’, das regiões metropolitanas, entre 2003 e 2015 em três versões diferentes: com todos os jovens, apenas com homens e apenas com mulheres. O modelo utilizado foi o *logit* multinomial e os coeficientes são analisados pela *odds ratio*. Em geral as variáveis foram significativas, com algumas exceções e assim como no modelo anterior o impacto das variáveis presentes nos modelos se diferenciam de acordo com o gênero.

Sobre os determinantes da inserção, os coeficientes da variável de idade são muito semelhantes ao modelo anterior no que se refere a chance de trabalhar com relação a não trabalhar, ou seja, conforme a idade avança a probabilidade de trabalhar aumenta e não existe diferença significativa se o trabalho é no setor formal ou informal, esses resultados se mantêm nas 3 versões do modelo. Entretanto, não se pode esquecer que a análise de idade se limita aos jovens entre 20 e 29 anos. O coeficiente da variável de raça, em que ‘negro’ é a categoria de referência também não foi significativo no modelo 2.

Os coeficientes da variável de ocupação em ‘t’ que captura a transição do status de trabalho de um ano para o outro, em que ‘não trabalhava em t’ é a categoria de referência, mostram forte tendência de continuar trabalhando, se o indivíduo trabalhava no ano anterior, e com baixa mobilidade de informal para formal e vice e versa, ou seja, quem estava no setor informal tende a continuar no setor informal e quem estava no setor formal tende a continuar no setor formal, embora a tendência de permanecer no setor formal seja ainda mais forte.

No que se refere à variável de posição na família, em que ‘chefe’ é a categoria de referência, os jovens na posição de filho têm uma probabilidade menor de trabalhar, independentemente se as ocupações forem no setor formal ou informal, já que possuem menos obrigações e despesas e contam com o suporte financeiro dos pais (BELL; BLANCHFLOWER, 2011a). Os coeficientes das variáveis de região, em que ‘Recife’ é a categoria de referência, assim como na TAB.1 mostram que as RMs de Recife e Salvador possuem menos oportunidades no mercado de trabalho e as RMs de São Paulo e Porto Alegre melhores oportunidades.

Os coeficientes das variáveis de ano, em que ‘2003’ é a categoria de referência, foram não significativos de modo geral nas probabilidades de trabalhar no setor informal com relação a

não trabalhar e foram significativos nas probabilidades de trabalhar no setor formal com relação a não trabalhar. Esses coeficientes reforçam as evidências de formalização, como pode ser observado no GRAF.17 que ocorreu no mercado de trabalho que em parte pode ter sido puxado pelo crescimento econômico dos últimos anos. Os coeficientes também mostram como as oportunidades de trabalho melhoram em anos com cenário econômico favorável e pioram em anos de estagnação ou recessão econômica (DE FÁTIMA *et. al.*, 2012). Nos anos de crescimento econômico a probabilidade de trabalhar no setor formal com relação a não trabalhar subiu e em anos de crise essa probabilidade caiu.

Com relação aos grupos de escolaridade: sem curso superior, recém formado e formado há mais tempo, em que ‘sem superior’ é a categoria de referência, observa-se pelos coeficientes que, entre os recém formados em relação aos jovens sem nível superior não existe diferença significativa na probabilidade de trabalhar informal com relação a não trabalhar, mas a chance de trabalhar no setor formal com relação a não trabalhar é maior. Já entre os jovens formados há mais tempo com relação aos jovens sem curso superior, têm uma chance maior de trabalhar informal com relação a não trabalhar. Por sua vez, a chance de trabalhar formal com relação a não trabalhar, dos jovens formados há mais tempo em comparação com os jovens sem nível superior aumenta ainda mais. Os resultados indicam que fazer curso superior não apenas facilita o acesso ao mercado de trabalho (CONTU, 2012), como também garante uma melhor ocupação, dado que a chance de trabalhar no setor formal é maior. Além disso, as possibilidades melhoram com maior tempo de formação.

No que concerne as diferenças de gênero, o coeficiente da variável de sexo no modelo geral, em que ‘mulher’ é a categoria de referência, mostra o mesmo padrão do modelo 1 da seção anterior, controlando por todas as características, homens tem uma probabilidade 75% maior de trabalhar e não faz diferença se é no setor formal ou informal. A idade beneficia mais os homens na probabilidade de trabalhar e não faz diferença se o trabalho é no setor formal ou informal. Por outro lado, ter curso superior faz mais diferença entre as mulheres. O coeficiente da variável de logaritmo da renda *per capita* indica que o aumento da renda exclusive a do jovem diminui a chance de trabalhar entre os homens e entre as mulheres essa chance aumenta com o aumento da renda.

Também é interessante destacar algumas diferenças entre os modelos masculino e feminino no que se refere aos coeficientes das variáveis de posição na família, em que ‘chefe’ é a

categoria de referência. Para os homens, ser cônjuge em comparação com ser chefe não interfere na probabilidade de trabalhar com relação a não trabalhar, nem no setor formal nem no setor informal. Para as mulheres, ser cônjuge com relação a ser chefe cai a chance de trabalhar em 30%, tanto no setor formal quanto no setor informal. Por fim, a variável que indica se o jovem nunca teve filho, teve filho no último ano ou se já tinha filho antes, em que ‘nunca teve filho’ é a categoria de referência, mostra que existem diferenças entre homens e mulheres. Entre os homens, apenas é afetada a probabilidade de trabalhar com relação a não trabalhar dos homens que já tinham filhos antes em comparação aos que não tinham em que essa chance aumenta em 12%. Para as mulheres que tiveram filho no último ano a probabilidade de trabalhar cai em 40%, independentemente se a ocupação for no setor formal ou informal, para as mulheres que já tinham filhos antes a probabilidade de trabalhar no setor informal com relação a não trabalhar cai em quase 30% e um pouco menos do que a metade de trabalhar no setor informal. Os resultados do modelo 2 também retratam o modelo familiar tradicional de Becker (1991), os homens mesmo na posição de cônjuge têm uma tendência maior de trabalhar e entre as mulheres essa probabilidade é menor, supostamente por ficar responsável por afazeres domésticos e ou criação dos filhos.

Tabela 2: Escolha dos jovens entre não trabalhar, trabalhar informal ou trabalhar formal, das regiões metropolitanas¹⁰.

(continua)

Variável	Odds Ratio					
	Todos		Homens		Mulheres	
	Informal	Formal	Informal	Formal	Informal	Formal
Idade	1,0437*** (0,0299)	1,0416*** (0,0028)	1,0535*** (0,0048)	1,049*** (0,0043)	1,0363*** (0,0041)	1,0367*** (0,0038)
Sexo	1,7507*** (0,0177)	1,7323*** (0,0266)	-	-	-	-
Raca	1,0030 (0,0670)	0,9899 (0,0158)	1,0318 (0,0278)	0,9856 (0,0238)	0,9714 (0,023)	0,9905 (0,0216)
Recem	0,9863 (0,0623)	1,8419*** (0,1071)	0,9203 (0,1013)	1,5724*** (0,1494)	0,9569 (0,0827)	1,8894*** (0,138)
Formadomais	1,9012*** (0,1769)	2,3498*** (0,0687)	1,6635*** (0,0922)	2,0342*** (0,1014)	1,9346*** (0,0791)	2,3652*** (0,0861)

¹⁰ Nota explicativa das categorias de referência das variáveis: ‘não trabalha’ é a categoria de referência da variável explicativa, ‘mulher’ para variável de sexo, ‘negro’ para variável de raça, ‘sem superior’ para os grupos de escolaridade, ‘não trabalha’ para situação de emprego no ano anterior, ‘Recife’ para as *dummies* de região metropolitana, ‘2003’ para as *dummies* de ano, ‘chefe’ para condição na família e ‘nunca teve filho’ com relação a ter filho.

Tabela 2: Escolha dos jovens entre não trabalhar, trabalhar informal ou trabalhar formal, das regiões metropolitanas.

(continuação)

Variável	Odds Ratio					
	Todos		Homens		Mulheres	
	Informal	Formal	Informal	Formal	Informal	Formal
Trabalhavainfo	9,4982*** (0,0478)	3,9675*** (0,0791)	8,3138*** (0,2426)	3,3049*** (0,0993)	9,8125*** (0,2394)	4,1425*** (0,113)
Trabalhavafor	2,3223*** (0,0350)	17,5652*** (0,2868)	1,8641*** (0,0564)	12,3625*** (0,305)	2,4674*** (0,0713)	20,8208*** (0,4609)
Salvador	1,1576*** (0,0378)	1,0298 (0,0295)	1,1024** (0,0497)	0,9977 (0,0414)	1,1861*** (0,0487)	1,0379 (0,0416)
Bh	1,3909*** (0,0368)	1,5904*** (0,0395)	1,4855*** (0,0606)	1,6809*** (0,0616)	1,3319*** (0,049)	1,5462*** (0,0532)
Rio	1,3418*** (0,0393)	1,3635*** (0,0347)	1,4926*** (0,0616)	1,5117*** (0,0569)	1,2429*** (0,0463)	1,2624*** (0,0447)
SP	1,4037*** (0,0454)	1,7414*** (0,0444)	1,4995*** (0,0631)	1,8131*** (0,0687)	1,3374*** (0,0507)	1,7048*** (0,06)
Porto	1,4547*** (0,0413)	1,7262*** (0,0490)	1,4123*** (0,0672)	1,657*** (0,0707)	1,4674*** (0,0614)	1,773*** (0,068)7
2004	1,0606 (0,0386)	1,0343 (0,0389)	1,1216* (0,0671)	1,0452 (0,0589)	1,0220 (0,0533)	1,0473 (0,0542)
2005	0,9973 (0,0391)	1,0862** (0,0402)	1,0371 (0,0616)	1,0966* (0,0608)	0,9792 (0,0507)	1,104* (0,0564)
2006	1,0061 (0,0414)	1,138*** (0,0421)	1,0248 (0,0612)	1,1603*** (0,0643)	1,0094 (0,0524)	1,1457*** (0,0585)
2007	1,0653 (0,0402)	1,1642*** (0,0431)	1,0851 (0,0646)	1,1935*** (0,0661)	1,0681 (0,0553)	1,1591*** (0,0592)
2008	1,0241 (0,0375)	1,3275*** (0,0490)	1,0903 (0,0661)	1,392*** (0,0776)	0,9922 (0,0519)	1,3148*** (0,0667)
2009	0,9534 (0,0425)	1,17*** (0,0432)	0,9570 (0,058)	1,1378** (0,0632)	0,9521 (0,0499)	1,2171*** (0,0615)
2010	1,0593 (0,0399)	1,3938*** (0,0522)	1,0994 (0,0678)	1,3726*** (0,0776)	1,0308 (0,0551)	1,4458*** (0,074)
2011	0,9651 (0,0411)	1,3921*** (0,0529)	0,9441 (0,0598)	1,3642*** (0,0779)	0,9944 (0,0548)	1,4465*** (0,0754)
2012	0,9760 (0,0379)	1,4027*** (0,0540)	1,0099 (0,0645)	1,3077*** (0,0755)	0,9460 (0,0537)	1,5422*** (0,0812)
2013	0,8841*** (0,0333)	1,2975*** (0,0505)	0,9202 (0,0597)	1,2845*** (0,0748)	0,8654** (0,05)	1,3493*** (0,072)
2014	0,8029*** (0,0306)	1,155*** (0,0434)	0,8935* (0,0553)	1,2655*** (0,07)	0,7598*** (0,0431)	1,1107** (0,0578)
2015	0,7504*** (0,0160)	1,0718* (0,0395)	0,7247*** (0,044)	0,9903 (0,0537)	0,7729*** (0,0429)	1,1629*** (0,0594)
Cônjuge	0,5894*** (0,0187)	0,5222*** (0,0131)	0,9046 (0,0676)	0,8995 (0,0623)	0,7303*** (0,0249)	0,6936*** (0,0224)

Tabela 2: Escolha dos jovens entre não trabalhar, trabalhar informal ou trabalhar formal, das regiões metropolitanas.

(conclusão)

Variável	Odds Ratio					
	Todos		Homens		Mulheres	
	Informal	Formal	Informal	Formal	Informal	Formal
Filho	0,5585*** (0,0272)	0,5531*** (0,0168)	0,4471*** (0,0245)	0,4553*** (0,0229)	0,7709*** (0,0352)	0,8029*** (0,0331)
Outro	0,6072*** (0,0092)	0,59*** (0,0239)	0,5026*** (0,0344)	0,4978*** (0,031)	0,7988*** (0,0499)	0,8289*** (0,0467)
Lnrend	0,9988 (0,0317)	0,9990 (0,0085)	0,9692** (0,0131)	0,9776** (0,0121)	1,0369*** (0,0131)	1,036*** (0,0123)
Tevefilho	0,659*** (0,0243)	0,6205*** (0,0268)	0,9212 (0,0857)	0,8751 (0,0751)	0,6262*** (0,0374)	0,5802*** (0,031)
Tinhafilho	0,7305*** (0,0112)	0,6304*** (0,0189)	1,0985 (0,0717)	1,1207* (0,0676)	0,7254*** (0,0299)	0,5453*** (0,0203)
Constante	0,1332*** (0,0155)	0,0969*** (0,0096)	0,2027*** (0,033)	0,2048*** (0,0303)	0,0812*** (0,0117)	0,0625*** (0,0085)
Observações	165498		77945		87553	
Pseudo R2	0,2473		0,2155		0,2546	
Log likelihood	-130325,72		-61041,886		-68543,499	

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pesquisa Mensal de Emprego, 2002-2015, IBGE.

Nota: *** significância ao nível de 1 %; ** significância ao nível de 5 %; * significância ao nível de 10 %.

3.3 Escolha entre não trabalhar, trabalhar no setor privado ou trabalhar no setor público

Os resultados da regressão do modelo 3 estão presentes na TAB.3. A variável dependente representa a escolha do jovem entre não trabalhar, trabalhar no setor privado ou trabalhar no setor público, em que ‘não trabalha’ é a categoria de referência. O modelo 3 é complementar aos outros modelos no que se refere à decisão dos jovens frente ao mercado de trabalho, aqui também é avaliado o tipo de ocupação no qual o jovem se insere, neste caso, a possibilidade de trabalhar no setor público ou no setor privado. As regressões são feitas para os jovens que tinham entre 20 e 29 anos em ‘t’, das regiões metropolitanas, entre 2003 e 2015, em três versões diferentes: com todos os jovens, apenas com homens e apenas com mulheres. Foi utilizado o método *logit* multinomial e os coeficientes são analisados pela *odds ratio*. As variáveis foram significativas de modo geral, existem algumas diferenças nos coeficientes entre homens e mulheres.

No que diz respeito aos determinantes, o coeficiente da variável de idade mostra que conforme a idade avança aumenta a probabilidade de trabalhar com relação a não trabalhar, lembrando que no modelo 3 o coeficiente da variável de idade também se restringe aos jovens que tinham entre 20 e 29 anos em 't'. O coeficiente da variável de raça, em que 'negro' é a categoria de referência, é não significativo nas três versões e indica que controlando para todas as variáveis, características raciais não afetam a probabilidade de trabalhar no setor público ou privado com relação a não trabalhar.

Os coeficientes das variáveis que capturam a transição do status de ocupação de um ano para o outro, em que 'não trabalhava em t' é a categoria de referência, estão em sintonia com os resultados dos modelos anteriores de que os jovens que estavam trabalhando em 't' provavelmente continuarão trabalhando em 't+1', quem estava no setor privado deve continuar no setor privado e quem estava no setor público deve continuar no setor público, mas a tendência de permanecer no setor público é bem mais forte que no setor privado.

Com relação às variáveis de posição na família, em que 'chefe' é a categoria de referência, os resultados também mostraram que os jovens na posição de filho têm menos chances de trabalhar do que os chefes, a probabilidade é quase 45% menor para ocupações no setor privado e quase 35% menor para ocupações no setor público, Bell e Blanchflower (2011a) justificam este resultado está ligado com o fato destes jovens terem menos despesas e obrigações e contarem com o suporte financeiro dos pais. Os coeficientes das RMs, em que 'Recife' é a categoria de referência, indicam que assim como nos modelos anteriores, Recife e Salvador apresentam piores oportunidades no mercado de trabalho. Para trabalhar no setor privado São Paulo apresenta as melhores possibilidades, seguido de Porto Alegre e Belo Horizonte. Para trabalhar no setor público, Porto Alegre e Belo Horizonte apresentam as melhores oportunidades.

As variáveis de ano, em que '2003' é a categoria de referência, mostram que ao longo dos anos não houve diferença na probabilidade de trabalhar no setor público com relação a não trabalhar, mas a chance de trabalhar no setor privado com relação a não trabalhar variou bastante ao longo do tempo. Nos anos de maior crescimento a probabilidade aumentou e nos anos de estagnação ou recessão, em 2009 e depois entre 2013 e 2015, as probabilidades diminuiram. Tais evidências são semelhantes às conclusões de De Fátima *et. al.* (2012) e ILO

(2014) sobre os efeitos dos ciclos econômicos no mercado de trabalho. Além disso, vale destacar que o setor público é mais estável no que se refere às oscilações econômicas.

Os resultados dos coeficientes dos grupos de escolaridade, em que ‘sem superior’ é a categoria de referência, mostram que de modo geral a probabilidade de trabalhar com relação a não trabalhar é maior entre os jovens com nível superior e essa probabilidade aumenta após um tempo de formação. Com relação aos recém formados, no modelo para todos os jovens, a probabilidade de trabalhar com relação a não trabalhar aumenta por volta de 35%, tanto no setor público quanto no setor privado. A probabilidade de trabalhar com relação a não trabalhar aumenta ainda mais entre os jovens que estão formados há mais tempo. Como já foi visto anteriormente, ter nível superior não apenas facilita o acesso ao mercado de trabalho (CONTU, 2012), como também garante um melhor posicionamento no mercado de trabalho, visto que há maiores chances de trabalhar no setor público, muitas vezes é apenas uma questão de tempo, dado que essa probabilidade é maior para os jovens formados há mais tempo, tais evidências também estão presentes no GRAF.18.

Em relação às diferenças de gênero, observa-se que o efeito da idade, entre os homens, aumenta a probabilidade de trabalhar no mesmo nível para trabalhos no setor público e para trabalhos no setor privado. Entre as mulheres, a probabilidade de trabalhar aumenta mais para trabalhar no setor público e o efeito da idade é semelhante ao dos homens, porém o aumento da probabilidade de trabalhar no setor privado com relação a não trabalhar é menor entre as mulheres. Os resultados indicam que as questões de discriminação no mercado de trabalho levantadas Altonji e Blank (1999) e Browne e Mistra (2003) são mais presentes no setor privado em que o gênero é um dos aspectos que fazem diferença na contratação.

O coeficiente da variável de sexo no modelo para todos os jovens, em que ‘mulher’ é a categoria de referência, segue na mesma linha dos modelos anteriores em que a probabilidade do homem de trabalhar com relação a não trabalhar é maior do que da mulher. Entretanto, a probabilidade é maior para o setor privado, o coeficiente desta variável também reforça a hipótese de que a discriminação de gênero no mercado de trabalho é mais forte no setor privado. As diferenças entre homens e mulheres no que se refere aos grupos de escolaridade, em que ‘sem superior’ é a categoria de referência, são evidentes com relação aos graduados há mais tempo. Entre os homens formados há mais tempo a probabilidade de trabalhar no setor privado é 67% maior com relação a não trabalhar e pouco mais de 3 vezes maior para

trabalhar no setor privado. Entre as mulheres graduadas há mais tempo a chance de trabalhar no setor privado com relação a não trabalhar é quase 2 vezes maior e 4 vezes maior para trabalhar no setor público. O fato de que ter nível superior tem maior efeito na entrada no mercado de trabalho entre as mulheres vai de encontro às conclusões de Camarano, Kanso e Mello (2006) de que o aumento da escolaridade feminina contribuiu enormemente para inserção social da mulher e participação na força de trabalho. O coeficiente da variável de renda indica que o aumento de renda exclusiva do jovem diminui a probabilidade dos homens trabalharem no setor privado com relação a não trabalhar e aumenta a probabilidade de trabalhar no setor público com relação a não trabalhar. Entre as mulheres a probabilidade de trabalhar com relação a não trabalhar aumenta e aumenta mais para trabalhos no setor público.

Aqui também os coeficientes das variáveis de posição na família, em que 'chefe' é a categoria de referência, apontam para uma diferença entre homens e mulheres. Entre os homens, ser cônjuge não interfere na probabilidade de trabalhar no setor privado com relação a não trabalhar, mas homens cônjuges têm uma probabilidade pouco mais de 30% menor de trabalhar no setor público com relação a não trabalhar, a chance também cai aproximadamente no mesmo nível para as mulheres cônjuges, tanto nos trabalhos no setor público quanto no setor privado. Os resultados indicam que, ao menos no setor privado, prevalece o modelo tradicional de Becker (1991) em que os homens vão para o mercado de trabalho, mesmo os homens cônjuges, mas as mulheres que são cônjuges têm uma probabilidade menor de trabalhar.

Por fim, o coeficiente da variável que indica se o jovem nunca teve filhos, teve filho no último ano ou já tinha filho, em que 'nunca teve filho' é a categoria de referência, mostra diferença entre os gêneros. Entre os homens ter filho no último ano ou nos anos anteriores não têm um efeito significativo na probabilidade de trabalhar com relação a não trabalhar, independentemente se for setor público ou privado, apenas entre os homens que já tinham filhos que a chance de trabalhar no setor privado com relação a não trabalhar aumenta em pouco mais de 10%. Entre as mulheres que já tinham filhos ou que tiveram filhos no último ano têm uma probabilidade menor de trabalhar por volta de 40%, tanto no setor público quanto no setor privado. Os resultados evidenciam que muitas mulheres com filhos abdicam da carreira profissional para a criação dos filhos, enquanto entre os homens isso não é uma realidade.

Tabela 3: Escolha dos jovens entre não trabalhar, trabalhar privado ou trabalhar público, das regiões metropolitanas.¹¹

(continua)

Variável	Odds Ratio					
	Todos		Homens		Mulheres	
	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público
Idade	1,0333***	1,0442***	1,0434***	1,045***	1,0244***	1,046***
	(0,0028)	(0,0061)	(0,0043)	(0,0092)	(0,0038)	(0,0083)
Sexo	1,7704***	1,3647***	-	-	-	-
	(0,0272)	(0,0436)				
Raça	1,0133	1,0257	0,9888	1,0248	1,0292	1,0136
	(0,0163)	(0,0347)	(0,0238)	(0,0523)	(0,0226)	(0,0462)
Recém	1,3703***	1,326***	1,2368**	1,4788**	1,3437***	1,2232
	(0,0808)	(0,1334)	(0,1189)	(0,2466)	(0,1001)	(0,1534)
Formadomais	1,9683***	3,7451***	1,6759***	3,0526***	1,9927***	4,023***
	(0,0596)	(0,1738)	(0,0860)	(0,2420)	(0,0753)	(0,2300)
Trabalhavapriv	11,5888***	3,0521***	7,8652***	2,1326***	14,1992***	3,7233***
	(0,1692)	(0,1149)	(0,1722)	(0,1265)	(0,2843)	(0,1828)
Trabalhavapubl	3,5198***	102,7652***	2,2225***	94,6778***	4,8799***	98,9383***
	(0,1453)	(4,5180)	(0,1355)	(6,3513)	(0,2739)	(5,8204)
Salvador	1,0379	0,8093***	1,0217	0,8776	1,0351	0,7466***
	(0,0298)	(0,0511)	(0,0419)	(0,0819)	(0,0418)	(0,0642)
Bh	1,5147***	1,3325***	1,6643***	1,3525***	1,4124***	1,3382***
	(0,0379)	(0,0686)	(0,0608)	(0,1057)	(0,0492)	(0,0916)
Rio	1,2922***	1,1404**	1,4438***	1,4648***	1,1915***	0,8845*
	(0,0330)	(0,0599)	(0,0542)	(0,1138)	(0,0422)	(0,0642)
SP	1,7299***	0,9206	1,8417***	0,9087	1,6617***	0,9412
	(0,0441)	(0,0512)	(0,0692)	(0,0774)	(0,0586)	(0,0691)
Porto	1,6795***	1,3863***	1,6225***	1,2351**	1,7162***	1,5205***
	(0,0481)	(0,0808)	(0,0692)	(0,1113)	(0,0671)	(0,1162)
2004	1,0776**	1,0893	1,0986*	1,1289	1,0761	1,078
	(0,0409)	(0,0894)	(0,0618)	(0,1420)	(0,0565)	(0,1171)
2005	1,0587	1,1096	1,1018*	1,1562	1,0342	1,0809
	(0,0396)	(0,0890)	(0,0610)	(0,1407)	(0,0538)	(0,1162)

¹¹ Nota explicativa das categorias de referência das variáveis: 'não trabalha' é a categoria de referência da variável explicativa, 'mulher' para variável de sexo, 'negro' para variável de raça, 'sem superior' para os grupos de escolaridade, 'não trabalha' para situação de emprego no ano anterior, 'Recife' para as *dummies* de região metropolitana, '2003' para as *dummies* de ano, 'chefe' para condição na família e 'nunca teve filho' com relação a ter filho.

Tabela 3: Escolha dos jovens entre não trabalhar, trabalhar privado ou trabalhar público, das regiões metropolitanas.

(continuação)

Variável	Odds Ratio					
	Todos		Homens		Mulheres	
	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público
2006	1,1279***	1,0807	1,1379**	1,1044	1,1396**	1,07
	(0,0422)	(0,0869)	(0,0628)	(0,1344)	(0,0591)	(0,1153)
2007	1,1621***	1,0564	1,1723***	1,0696	1,1742***	1,0515
	(0,0434)	(0,0847)	(0,0647)	(0,1296)	(0,0609)	(0,1133)
2008	1,2883***	1,0794	1,3325***	1,0474	1,2767***	1,1246
	(0,0480)	(0,0865)	(0,0741)	(0,1282)	(0,0657)	(0,1197)
2009	1,1397***	1,1037	1,0971*	1,1173	1,1879***	1,091
	(0,0425)	(0,0875)	(0,0607)	(0,1349)	(0,0610)	(0,1152)
2010	1,3792***	1,2407***	1,3248***	1,2875**	1,4473***	1,21*
	(0,0522)	(0,0990)	(0,0748)	(0,1561)	(0,0752)	(0,1290)
2011	1,3304***	1,1235	1,2887***	1,1695	1,3935***	1,1055
	(0,0512)	(0,0913)	(0,0737)	(0,1447)	(0,0738)	(0,1198)
2012	1,3733***	1,1672*	1,2506***	1,1219	1,5226***	1,2177**
	(0,0534)	(0,0953)	(0,0721)	(0,1395)	(0,0813)	(0,1323)
2013	1,2262***	1,1226	1,1969***	1,2139	1,2722***	1,0629
	(0,0481)	(0,0925)	(0,0696)	(0,1518)	(0,0689)	(0,1172)
2014	1,1132***	0,8497**	1,1751***	0,919	1,0985*	0,8214*
	(0,0421)	(0,0689)	(0,0648)	(0,1137)	(0,0577)	(0,0884)
2015	1,0324	0,8841	0,9243	0,8906	1,1429**	0,8805
	(0,0383)	(0,0707)	(0,0500)	(0,1074)	(0,0590)	(0,0945)
Cônjuge	0,5212***	0,4738***	0,9232	0,6705***	0,6957***	0,65***
	(0,0135)	(0,0268)	(0,0662)	(0,0992)	(0,0234)	(0,0466)
Filho	0,5613***	0,6582***	0,4673***	0,5539***	0,823***	0,9499
	(0,0177)	(0,0391)	(0,0242)	(0,0513)	(0,0351)	(0,0781)
Outro	0,5718***	0,6309***	0,517***	0,5601***	0,7705***	0,8679
	(0,0237)	(0,0524)	(0,0327)	(0,0699)	(0,0448)	(0,0999)
Lnrend	0,9887	1,1758***	0,9615***	1,1394***	1,0324***	1,2138***
	(0,0085)	(0,0206)	(0,0119)	(0,0298)	(0,0125)	(0,0289)
Tevefilho	0,6299***	0,6791***	0,8698	0,9795	0,5968***	0,6414***
	(0,0281)	(0,0636)	(0,0761)	(0,1644)	(0,0327)	(0,0736)
Tinhafilho	0,6128***	0,6282***	1,1173*	1,1505	0,5416***	0,5577***
	(0,0191)	(0,0397)	(0,0696)	(0,1293)	(0,0208)	(0,0436)
Constante	0,1754***	0,006***	0,3772***	0,0105***	0,1149***	0,0037***
	(0,0175)	(0,0013)	(0,0561)	(0,0034)	(0,0158)	(0,0011)

Tabela 3: Escolha dos jovens entre não trabalhar, trabalhar privado ou trabalhar público, das regiões metropolitanas.

Variável	Todos	Homens	Mulheres
Observações	139533	66026	73507
Pseudo R2	0,3243	0,2883	0,3307
Log likelihood	-81.887,701	-36907,756	-44126,675

(conclusão)

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pesquisa Mensal de Emprego, 2002-2015, IBGE.

Nota: *** significância ao nível de 1 %; ** significância ao nível de 5 %; * significância ao nível de 10 %.

3.4 Escolha entre não trabalhar, trabalhar adequado ou trabalhar sobre-escolarizado

Os resultados da regressão do modelo 4 estão presentes na TAB.4. A variável dependente representa a escolha do jovem entre não trabalhar, trabalhar adequado ou trabalhar sobre-escolarizado, em que ‘não trabalha’ é a categoria de referência. Lembrando que neste caso o foco é avaliar sobre-escolaridade e como o modelo se limita apenas aos jovens com curso superior é excluída a opção de trabalhar subescolarizado na variável dependente. Além disso, o modelo contempla os jovens entre 20 e 29 anos em ‘t’, das regiões metropolitanas, entre 2003 e 2015 e foram feitas três versões diferentes: com todos os jovens, apenas com homens e apenas com mulheres. Foi utilizado o método *logit* multinomial e os coeficientes são analisados pela *odds ratio*. As variáveis foram significativas de modo geral com diferenças nos coeficientes entre homens e mulheres.

Com relação aos determinantes, os coeficientes para as variáveis de raça, em que ‘negro’ é a categoria de referência, não foram significativas em quase nenhum dos modelos e o efeito só foi significativo na probabilidade de trabalhar sobre-escolarizado com relação a não trabalhar. No que diz respeito à variável que captura a transição no status de ocupação entre ‘t’ e ‘t+1’, em que ‘não trabalhava em t’ é a categoria de referência, como nos modelos anteriores, nota-se forte probabilidade de quem estava trabalhando em ‘t’ continuar trabalhando em ‘t+1’. A variável de renda têm efeito significativo apenas na probabilidade de trabalhar sobre-escolarizado com relação a não trabalhar e quanto maior a renda menor essa probabilidade.

Com relação à variável de posição na família, em que ‘chefe’ é a categoria de referência, os jovens que ocupam a posição de filho também têm uma chance menor de trabalhar,

independentemente se for trabalhar adequado ou sobre-escolarizado, isso ocorre pelo fato de terem menos obrigações e despesas e maior apoio financeiro dos pais como justifica Bell e Blanchflower (2011a). As variáveis de região metropolitana, em que 'Recife' é a categoria de referência, mostram que em todas as demais RMS possuem melhores oportunidades de trabalho para os jovens com ensino superior em comparação com a RM de Recife. São Paulo é a RM em que os coeficientes são mais altos principalmente na probabilidade de trabalhar sobre-escolarizado. A RM de Salvador apresenta os coeficientes mais baixos e, portanto, é a RM mais similar a RM de Recife nas oportunidades de trabalho.

As variáveis de ano, em que '2003' é a categoria de referência, não foram significativas na determinação do emprego e sobre-escolaridade dos indivíduos com nível superior. O fato dessas variáveis não serem significativas indica que os jovens com nível superior são menos vulneráveis aos ciclos econômicos, de acordo com Oreopoulos, Von Wachter e Heisz (2006), alguns tipos de trabalhadores, neste caso, indivíduos com nível superior são menos propensos a sentir o efeito das variações na economia. Além disso, houve um equilíbrio no aumento de oferta e demanda por mão de obra com maior nível de escolaridades ao longo do tempo que não afetou o grau de sobre-escolaridade, como também concluiu Barth e Lucifora (2006).

O coeficiente da variável que indica se o indivíduo é recém formado ou formado há mais tempo, em que 'recém' é a categoria de referência, mostra que entre os jovens com nível superior, ser recém graduado diminui a chance de trabalhar adequado com relação a não trabalhar pela metade e em 20% a chance de trabalhar sobre-escolarizado com relação a não trabalhar. Nota-se pelos resultados que estar formado há mais tempo não apenas aumentam as chances de estar ocupado, mas também de conseguir trabalhos em que o grau de escolaridade exigido pela ocupação esteja em conformidade com o nível de escolaridade, essas evidências são justificadas por Wolbers (2003) em que os jovens recém graduados, por estarem provavelmente no início do processo de transição para o mercado de trabalho, precisam de certo tanto para conseguir um emprego e para que este trabalho esteja em linha com seu grau de escolaridade.

Já com relação às diferenças entre homens e mulheres, o efeito da idade mostra que, enquanto para os homens o avanço da idade não tem efeito em trabalhar adequado ou sobre-escolarizado, entre as mulheres a probabilidade aumenta, mas não existem diferenças significativas entre trabalhar adequado ou sobre-escolarizado. Já a variável de sexo no modelo

com todos os jovens, em que ‘mulher’ é a categoria de referência, indica que controlando por todas as variáveis, a probabilidade de homens trabalharem com relação a não trabalhar é maior do que entre as mulheres, sendo que a chance de trabalhar sobre-escolarizado é maior ainda. No GRAF.14 pode ser visto que entre os jovens com ensino superior e ocupados, a taxa de sobre-escolaridade é um pouco maior entre os homens, ainda que de acordo Leuven *et. al.* (2011) a taxa de *mismatch* costuma ser mais elevada entre as mulheres, Miller e Von (2005) defende que isso não necessariamente é uma regra.

Ademais, os resultados da variável de posição na família, em que ‘chefe’ é a categoria de referência, sugerem que os efeitos não são iguais entre os gêneros. Entre os homens, ocupar a posição de cônjuge não tem efeito nas probabilidades de trabalhar adequado ou trabalhar sobre-escolarizado com relação a não trabalhar. Entre as mulheres ser cônjuge diminui a probabilidade de trabalhar adequado ou sobre-escolarizado com relação a não trabalhar, a diferença não é significativa entre os dois tipos de trabalho e essa probabilidade cai em torno de 30%. O coeficiente das variáveis que indicam se o jovem nunca teve filhos, teve filho no último ano ou se já tinha filhos antes, em que ‘nunca teve filho’ é a categoria de referência, tem um efeito diferente para homens e mulheres. Entre os homens ter filho no último ano ou se ele já tinha filho em comparação com os jovens que nunca tiveram filhos não têm impacto na probabilidade de trabalhar adequado ou sobre-escolarizado com relação a não trabalhar. Entre as mulheres que tiveram filho no último ano ou que já tinham filhos antes em comparação as mulheres que nunca tiveram filhos têm uma probabilidade menor em 35% de trabalhar adequado ou sobre-escolarizado com relação a não trabalhar.

Mais uma vez, os resultados refletem o modelo tradicional de família proposto por Becker (1991), em que homens chefes ou cônjuges vão para o mercado de trabalho, enquanto mulheres que são cônjuge têm uma chance menor de trabalhar e, além disso, ter filhos não interfere na inserção dos homens na força de trabalho, mas entre as mulheres esse fato faz diferença nas suas escolhas sobre o mercado de trabalho e muitas mulheres deixam de trabalhar ou param de procurar emprego pra se dedicar na criação dos filhos.

Tabela 4: Escolha dos jovens entre não trabalhar, trabalhar adequado ou trabalhar sobre-escolarizado, das regiões metropolitanas.¹²

(continua)

Variável	Odds Ratio					
	Todos		Homens		Mulheres	
	Adequado	Sobre-escolarizado	Adequado	Sobre-escolarizado	Adequado	Sobre-escolarizado
Idade	1,0556*** (0,0124)	1,0405*** (0,0122)	1,0185 (0,0218)	1,0158 (0,0217)	1,0728*** (0,0151)	1,0504*** (0,0149)
Sexo	1,1874*** (0,0647)	1,4314*** (0,0782)	-	-	-	-
Raça	1,0346 (0,0639)	0,8514*** (0,0524)	0,8531 (0,101)	0,6818*** (0,08)	1,1152 (0,0813)	0,94 (0,0687)
Recém	0,52*** (0,0373)	0,8065*** (0,0561)	0,509*** (0,0641)	0,7787** (0,0951)	0,5195*** (0,0456)	0,8165** (0,0696)
Trabalhava	13,3192*** (0,7201)	12,3116*** (0,6734)	17,4865*** (1,7656)	16,426*** (1,6445)	11,714*** (0,7524)	10,6826*** (0,7006)
Salvador	1,1629 (0,1263)	0,9577 (0,1047)	1,6436** (0,3217)	1,2261 (0,2408)	0,9902 (0,1301)	0,8706 (0,1153)
BH	1,5148*** (0,1348)	1,3026*** (0,1163)	1,9572*** (0,3117)	1,8054*** (0,2858)	1,3617*** (0,1468)	1,112 (0,1209)
Rio	1,3951*** (0,127)	1,3288*** (0,121)	2,0275*** (0,3369)	1,9398*** (0,3206)	1,1897 (0,1304)	1,1198 (0,1233)
SP	1,6912*** (0,1521)	2,0824*** (0,1863)	2,2141*** (0,3497)	2,7704*** (0,4331)	1,4983*** (0,1647)	1,8196*** (0,1996)
Porto	1,5602*** (0,1626)	1,2893** (0,1361)	1,7497*** (0,3279)	1,6201** (0,304)	1,4782*** (0,1858)	1,1369 (0,1459)
2004	1,0007 (0,1725)	1,1554 (0,2029)	0,6917 (0,2256)	0,945 (0,3083)	1,165 (0,238)	1,2041 (0,2537)
2005	1,0425 (0,1743)	1,0722 (0,1835)	1,1104 (0,3579)	1,3737 (0,4448)	1,025 (0,2016)	0,9265 (0,1894)
2006	0,9756 (0,1587)	1,0813 (0,1795)	0,8502 (0,2627)	0,919 (0,286)	1,0174 (0,196)	1,149 (0,2277)
2007	0,9238 (0,1491)	1,0009 (0,1651)	0,8301 (0,2565)	0,9933 (0,3086)	0,961 (0,183)	0,9722 (0,1914)
2008	0,997 (0,1603)	1,0698 (0,1757)	0,8148 (0,2455)	0,9377 (0,2845)	1,085 (0,2084)	1,0898 (0,2161)
2009	0,9554 (0,1509)	1,0272 (0,1659)	1,0154 (0,3111)	1,1049 (0,3412)	0,9285 (0,1726)	0,9816 (0,1882)
2010	0,9877 (0,1536)	1,0682 (0,1697)	0,7586 (0,223)	0,835 (0,2475)	1,1162 (0,2064)	1,1876 (0,2261)
2011	0,9496 (0,1483)	1,0768 (0,1716)	0,902 (0,269)	1,0119 (0,3039)	0,949 (0,1752)	1,0745 (0,2042)

¹² Nota explicativa das categorias de referência das variáveis: ‘não trabalha’ é a categoria de referência da variável explicativa, ‘mulher’ para variável de sexo, ‘negro’ para variável de raça, ‘formado a mais tempo’ para os grupos de escolaridade, ‘não trabalha’ para situação de emprego no ano anterior, ‘Recife’ para as *dummies* de região metropolitana, ‘2003’ para as *dummies* de ano, ‘chefe’ para condição na família e ‘nunca teve filho’ com relação a ter filho.

Tabela 4: Escolha dos jovens entre não trabalhar, trabalhar adequado ou trabalhar sobre-escolarizado, das regiões metropolitanas.

(conclusão)

Variável	Odds Ratio					
	Todos		Homens		Mulheres	
	Adequado	Sobre-escolarizado	Adequado	Sobre-escolarizado	Adequado	Sobre-escolarizado
2012	1,044 (0,1645)	1,1918 (0,1915)	0,878 (0,2611)	0,902 (0,2704)	1,0996 (0,206)	1,3451 (0,2585)
2013	1,0217 (0,1616)	1,1715 (0,189)	0,9845 (0,299)	0,9877 (0,3026)	1,0119 (0,189)	1,2548 (0,2404)
2014	0,7884 (0,1207)	0,9758 (0,1522)	0,8091 (0,2347)	0,9506 (0,2777)	0,7701 (0,1401)	0,9821 (0,1834)
2015	0,7144** (0,1086)	0,8543 (0,1324)	0,5777* (0,1661)	0,6496 (0,1882)	0,7765 (0,1404)	0,9645 (0,1791)
Cônjuge	0,5007*** (0,0527)	0,5799*** (0,0619)	0,6755 (0,2452)	0,7198 (0,2618)	0,6283*** (0,0754)	0,7832** (0,0965)
Filho	0,5184*** (0,0519)	0,5684*** (0,0576)	0,3478*** (0,0668)	0,4014*** (0,0776)	0,7128*** (0,0863)	0,7973* (0,0989)
Outro	0,6133*** (0,0883)	0,5956*** (0,0869)	0,4216*** (0,1108)	0,4588*** (0,121)	0,819 (0,1437)	0,7644 (0,1377)
Lnrend	1,023 (0,0273)	0,8553*** (0,023)	0,9738 (0,0468)	0,8142*** (0,0391)	1,0542 (0,034)	0,8816*** (0,0288)
Tevefilho	0,6956** (0,1099)	0,6459*** (0,1048)	0,9535 (0,4456)	1,1533 (0,538)	0,6984** (0,1191)	0,5707*** (0,102)
Tinhafilho	0,661*** (0,0708)	0,7207*** (0,078)	1,0855 (0,3624)	1,3717 (0,4577)	0,6407*** (0,0745)	0,6452*** (0,0764)
Constante	0,1486*** (0,0623)	0,646 (0,2725)	0,7909 (0,6166)	2,8053 (2,1805)	0,0646*** (0,0325)	0,3366** (0,1713)
Observações	19882		7659		12223	
Pseudo R2	0,1044		0,1072		0,102	
Log likelihood	-17860,398		-6571,7274		-11227,921	

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pesquisa Mensal de Emprego, 2002-2015, IBGE.

Nota: *** significância ao nível de 1 %; ** significância ao nível de 5 %; * significância ao nível de 10 %

Diante dos resultados vale a pena destacar que, dentre os determinantes da inserção, quanto maior a idade maior a probabilidade de trabalhar, um jovem de 30 anos tem em média uma probabilidade de trabalhar 50% maior de que um jovem de 21 anos e chance de trabalhar é menor entre os jovens que ainda vivem com os pais e não formaram seu próprio núcleo

familiar. Em relação a evolução ao longo do tempo, verificou-se que em anos de crescimento econômico a probabilidade de trabalhar aumentou e em anos de recessão ou estagnação da economia essa probabilidade diminuiu (como em 2009, 2013, 2014 e 2015). Em relação ao tipo de trabalho, as ocupações no setor público se mostraram mais estáveis em relação aos ciclos econômicos e quanto a qualidade da inserção, aparentemente a demanda e a oferta por mão de obra mais escolarizada aumentaram na mesma direção, de modo que não houve um crescimento significativo da sobre-escolaridade.

Sobre o impacto da escolaridade, os resultados indicaram que ter nível superior aumenta a probabilidade de trabalhar e que a probabilidade aumenta ainda mais depois de um tempo de formação. No que concerne a sobre-escolaridade, os coeficientes indicaram que jovens recém formados em comparação com os formados há mais tempo têm uma chance 20% menor de trabalhar sobre-escolarizado com relação a não trabalhar e a probabilidade de trabalhar adequado com relação a não trabalhar cai pela metade. Nota-se pelos resultados que estar formado há mais tempo não apenas aumentam as chances de estar ocupado, mas também de conseguir trabalhos em que o grau de escolaridade exigido pela ocupação esteja em conformidade com o nível de escolaridade.

Por fim, o último ponto levantado é referente às diferenças de gênero na inserção dos jovens. Os resultados dos modelos indicaram que, controlando pelas variáveis do modelo, a probabilidade dos homens de trabalharem é quase 75% maior do que as mulheres, em parte porque a taxa de atividade é menor e o desemprego é maior. Vale acrescentar que a probabilidade pode cair ainda mais, dado que muitas mulheres abdicam da vida profissional em função das atividades do lar e criação dos, enquanto entre os homens isso não ocorre. Posto isso, no próximo capítulo são salientadas as contribuições e resoluções do presente estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A entrada no mercado de trabalho corresponde a uma das mais importantes etapas do processo de transição para a vida adulta e é o foco do presente trabalho. A decisão de alocação do tempo entre escola e trabalho é estratégica visto que os jovens são considerados potenciais geradores de renda do presente ao mesmo tempo em que têm a capacidade de acumular capital humano no futuro. Entretanto, não se trata de um fenômeno tão simples, uma vez que os jovens sofrem maiores dificuldades de acessar o mercado de trabalho. O desemprego entre jovens é um problema complexo, gera grandes custos sociais e persiste mesmo quando o cenário econômico é favorável.

Nesse sentido o presente trabalho pretende contribuir com o debate ao analisar a inserção de jovens entre 21 e 30 anos das regiões metropolitanas brasileiras. Particularmente, buscou-se avaliar a diferença entre os três grupos de escolaridade definidos: não graduados, recém graduados e graduados há mais tempo. A fim de atender o objetivo principal, foram propostas algumas questões específicas como: avaliar não apenas se o jovem está trabalhando ou não, mas o tipo de trabalho em que está inserido (formal ou informal, público ou privado) e a qualidade da inserção (trabalha adequado ou sobre-escolarizado), ver quais são os principais determinantes da inserção, as diferenças entre gêneros e a evolução ao longo do tempo.

Desse modo, foram estabelecidos quatro modelos para responder cada uma das questões propostas. No primeiro modelo, a variável dependente representa a decisão entre trabalhar e não trabalhar e o método utilizado foi o *logit*, que corresponde a metodologia para variáveis dependentes que são binárias. Nos outros três modelos, o método utilizado foi o *logit* multinomial, que é indicado para os casos em que a variável dependente possui mais de duas possibilidades de escolha. No modelo 2, a variável dependente representa a decisão do jovem entre não trabalhar, trabalhar informal ou trabalhar formal. No modelo 3, a variável dependente representa a decisão entre não trabalhar, trabalhar privado ou trabalhar público. Por fim, no modelo 4, a variável dependente representa a decisão do jovem entre não trabalhar, trabalhar adequado ou trabalhar sobre-escolarizado. Ademais, foram feitas 3 versões de cada um dos modelos: para todos os jovens, só para homens e só para mulheres.

Os pontos levantados aqui têm o intuito de colaborar com o debate de diversas questões que vêm sendo discutidas no que diz respeito à dinâmica entre jovens e o mercado de trabalho. É

fato que os jovens têm maiores dificuldades de conseguir um emprego e, portanto, a análise das razões e implicações por traz disso são estudadas separadamente para este grupo etário. Neste sentido, uma das questões propostas pelo estudo é como o processo de expansão educacional e as mudanças econômicas da última década afetam as relações dos jovens no mercado de trabalho.

No que se refere às mudanças sociais observa-se um aumento da escolaridade da população que se reflete no crescimento da quantidade de jovens com nível superior e implica um aumento do número de indivíduos mais escolarizados no mercado de trabalho como em Barth e Lucifora (2006). Paralelamente, a primeira década do século XXI foi marcada por anos de crescimento econômico que contribuíram para a diminuição das taxas de desemprego, mas a partir de 2013, diante de um quadro de recessão e estagnação da economia essas taxas voltaram a subir.

Em relação ao *mismatch*, foi observado uma queda na proporção de subescolaridade e aumento da taxa de adequação e sobre-escolaridade, tais mudanças podem ser atribuídas ao aumento da escolaridade da população. Assim como pontuado por Gangl (2002) de que esses fatores são responsáveis por alterar as relações de distribuição e alocação da mão de obra, uma vez que interferem nas estruturas de oferta e demanda por trabalho e implicam um processo de substituição da mão de obra menos escolarizada para uma mão de obra mais escolarizada. Mais especificamente, no que concerne ao grau de sobre-escolaridade verifica-se que é elevado, mais de metade dos jovens com nível superior que trabalham são sobre-escolarizados, o que não é um bom sinal, uma vez que o nível de sobre-escolaridade é positivamente correlacionado com ineficiência econômica (ILO, 2014).

Os resultados dos modelos mostraram que, em anos de crescimento econômico a probabilidade de trabalhar aumentou e em anos de recessão ou estagnação da economia essa probabilidade diminuiu (como em 2009, 2013, 2014 e 2015), isso ocorre porque em anos de recessão a taxa de desemprego sobe (ILO, 2014). Em relação ao tipo de ocupação, os resultados sugerem que houve uma tendência de saída da informalidade e que os cargos do setor público são menos vulneráveis a volatilidade da economia. Em relação à qualidade do trabalho, aparentemente, os indivíduos com nível superior são menos vulneráveis as oscilações econômicas, onde a taxa de desemprego é mais regular ao longo dos anos para os indivíduos com nível superior. Ainda no que se refere ao grau de sobre-escolaridade, de

acordo com Barth e Lucifora (2006), quando o aumento da demanda por mão de obra mais escolarizada ocorre na mesma proporção que o aumento da oferta os efeitos são pulverizados, e foi o que ocorreu como mostraram os resultados do modelo 4 e também verificou-se que a taxa de sobre-escolaridade praticamente não aumentou entre os jovens com nível superior no período estudado.

Além disso, a proposta central e principal contribuição deste estudo foi avaliar a inserção dos jovens no mercado de trabalho segundo seu status de escolaridade: não graduados, recém graduados e graduados há mais tempo. Os resultados indicaram que ter nível superior aumenta a probabilidade de trabalhar e que essa probabilidade aumenta ainda mais depois de um tempo de formação, dado que o maior nível de capital humano facilita o acesso ao mercado de trabalho (CONTU, 2012; CABANAS; KOMATSU; MENEZES FILHO, 2014) e a taxa desemprego é maior para os menos escolarizados (QUINTINI; MARTIN; MARTIN, 2007).

Com relação ao tipo de trabalho, observou-se que a proporção de indivíduos que trabalham no setor formal é maior entre os jovens com nível superior (sem diferenças significativas entre recém graduados e graduados há mais tempo). Ainda no que concerne ao tipo de trabalho e as diferenças entre os grupos de escolaridade, verificou-se que a proporção de jovens trabalhando no setor público é maior entre os que estão formados há mais tempo e menor entre os que não possuem curso superior. Os resultados do modelo 2 e 3 mostraram que fazer curso superior não apenas facilita o acesso ao mercado de trabalho (CONTU, 2012), como também garante uma melhor ocupação, dado que a chance de trabalhar no setor formal e/ou setor público é maior e que as possibilidades melhoram com maior tempo de formação.

Sobre a qualidade da inserção, observou-se que a taxa de sobre-escolaridade é maior entre os recém-formados. Nota-se, pelos resultados do modelo 4, que estar formado há mais tempo não apenas aumentam as chances de estar ocupado, mas também de conseguir trabalhos em que o grau de escolaridade exigido pela ocupação esteja em conformidade com o nível de escolaridade do indivíduo, tais evidências são justificadas por Wolbers (2003) visto que os jovens recém graduados estão no início do processo de transição para o mercado de trabalho e então é natural que levem um tempo tanto para conseguirem um emprego quanto para que este trabalho esteja em linha com seu grau de escolaridade.

Os resultados encontrados contribuem no sentido de fornecer um panorama mais completo da inserção no mercado de trabalho dos jovens com relação ao tipo e qualidade da inserção, segundo o status de escolaridade e como essas relações foram afetadas pelo processo de expansão educacional e transformações econômicas. Esse diagnóstico auxilia na condução de políticas públicas adequadas tanto em relação às ações de educação e qualificação profissional quanto das ações visando minimizar os efeitos da recessão econômica no mercado de trabalho.

Ainda que os objetivos e as proposições principais tenham sido atendidos, outras questões podem ser colocadas no sentido de complementar as análises feitas aqui. Como foi visto, é comum que leve um tempo até que o jovem que está em processo de transição da escola para o mercado de trabalho consiga uma ocupação e para que esta ocupação esteja de acordo com o seu grau de escolaridade (WOLBERS, 2003; ALBA-RAMIREZ; BLÁSQUES, 2003; MILLER; VON, 2005), e um tempo após a formação aumenta a probabilidade de obter um trabalho e que este trabalho seja adequado ao nível de capital humano deste indivíduo, ainda assim é importante mensurar quanto tempo isso leva para acontecer e se existem formas de diminuir esse tempo de modo a tornar a alocação no mercado de trabalho mais eficiente.

Outro ponto interessante seria usar uma medida de sobre-escolaridade que incorpore a dinâmica da escolaridade da mão de obra, dado que houve um aumento na demanda por mão de obra mais escolarizada gerada por avanços tecnológicos (GANGL, 2002). Por fim, uma análise de sobre-escolaridade mais completa passa por avaliar o seu impacto na remuneração dos indivíduos como é feito em Miller e Von (2005) e Mcguinnes e Sloane (2011) e contribuiria com o debate sobre retorno e a importância do investimento em nível superior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBANESI, Stefania; SAHIN, Aysegul. The gender unemployment gap. 2013.

ALBA-RAMÍREZ, Alfonso; BLÁZQUEZ, Maite. Types of job match, overeducation and labour mobility in Spain. **Overeducation in Europe**, p. 65-92, 2003.

ALTONJI, Joseph G.; BLANK, Rebecca M. Race and gender in the labor market. **Handbook of labor economics**, v. 3, p. 3143-3259, 1999.

ARCIDIACONO, Peter; BAYER, Patrick; HIZMO, Aurel. Beyond Signaling and Human Capital: Education and the Revelation of Ability. **American Economic Journal: Applied Economics**, v. 2, n. 4, p. 76-104, 2010.

BARROS, RP De; MENDONÇA, R. Infância e adolescência no Brasil: as consequências da pobreza diferenciadas por gênero, faixa etária e região de residência. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 21, n. 2, p. 355-376, 1991.

BARROS, Ricardo; MENDONÇA, Rosane; VELAZCO, Tatiana. Is poverty the main cause of child work in urban Brazil?. 1994.

BARTH, Erling; LUCIFORA, Claudio. Wage dispersion, markets and institutions: the effects of the boom in education on the wage structure. 2006.

BECKER, Gary S. A Treatise on the Family, enl. ed. **Cambridge, Mass: Harvard**, 1991.

BELL, David NF; BLANCHFLOWER, David G. Young people and the Great Recession. **Oxford Review of Economic Policy**, v. 27, n. 2, p. 241-267, 2011.

BELL, David NF; BLANCHFLOWER, David G. Youth unemployment in Europe and the United States. **Nordic Economic Policy Review**, v. 1, p. 11-37, 2011.

BORGHANS, Lex *et al.* **Skills and low pay: upgrading or overeducation?**. Maastricht University, Research Centre for Education and the Labour Market (ROA), 1999.

BROWNE, Irene; MISRA, Joya. The intersection of gender and race in the labor market. **Annual review of sociology**, p. 487-513, 2003.

BÜCHEL, Felix; MERTENS, Antje. Overeducation, undereducation, and the theory of career mobility. **Applied Economics**, v. 36, n. 8, p. 803-816, 2004.

CABANAS, Pedro; KOMATSU, Bruno Kawaoka; MENEZES FILHO, Naercio Aquino. Crescimento da Renda e as Escolhas dos Jovens entre os Estudos e o Mercado de Trabalho. **São Paulo**, 2014.

CAHUC, Pierre *et al.* The employment of the low-skilled youth in France. **IZA Policy Paper**, v. 64, 2013.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange; MELLO, Juliana Leitão. Transição para a vida adulta: mudanças por período e coorte. **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição**, p. 95-136, 2006.

CAMERON, A. Colin; TRIVEDI, Pravin K. **Microeconometrics: methods and applications**. Cambridge university press, 2005.

CARNEIRO, Pedro; HECKMAN, James J.; MASTEROV, Dimitriy V. **Labor market discrimination and racial differences in premarket factors**. National Bureau of Economic Research, 2003.

CONTU, Davide. Assessing the probability of being employed with sample selection correction: an empirical analysis of the case of Italy. 2012.

CORSEUIL, Carlos Henrique *et al.* **The effects of an apprenticeship program on labor market outcomes of youths in brazil**. mimeo, 2013.

CORSEUIL, Carlos Henrique Organizador; BOTELHO, Rosana Ulhôa Organizadora. Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros. 2014. cap. 4, p. 141-156.

CORSEUIL, Carlos Henrique Organizador; BOTELHO, Rosana Ulhôa Organizadora. Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros. 2014. cap. 5, p. 157-173.

CORSEUIL, Carlos Henrique; SANTOS, Daniel Domingues; FOGUEL, Miguel Nathan. Decisões críticas em idades críticas: a escolha dos jovens entre estudo e trabalho no Brasil e em outros países da América Latina. 2001.

COSTA-RIBEIRO, Carlos Antonio. Transitions into Adulthood in Brazil. **Textos da PRONEX**, 2009.

DA SILVA LEME, Maria Carolina; WAJNMAN, Simone. A ALOCAÇÃO DO TEMPO DOS ADOLESCENTES BRASILEIROS ENTRE O TRABALHO E A ESCOLA. 2000.

DIAZ, Maria Dolores Montoya; MACHADO, Luciano. Overeducation e undereducation no Brasil: incidência e retornos. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 38, n. 3, p. 431-460, 2008.

DE FÁTIMA GARCIA, Maria *et al.* **A Condição do Jovem no Mercado de Trabalho Brasileiro: Uma Análise Comparativa entre o Emprego e o Primeiro Emprego (1999-2009)**. ANPEC-Associação Nacional dos Centros de Pósgraduação em Economia [Brazilian Association of Graduate Programs in Economics], 2011.

EICHHORST, Werner; HINTE, Holger; RINNE, Ulf. **Youth unemployment in Europe: what to do about it?**. IZA policy paper, 2013.

FLORI, Priscilla Matias. Desemprego de jovens no Brasil. **Revista da ABET**, v. 5, n. 1, 2005.

FREEMAN, Richard. The overeducated american. 1976.

FURSTENBERG JR, Frank F. On a new schedule: Transitions to adulthood and family change. **The future of children**, v. 20, n. 1, p. 67-87, 2010.

GANGL, Markus. Changing labour markets and early career outcomes: labour market entry in Europe over the past decade. **Work, Employment & Society**, v. 16, n. 1, p. 67-90, 2002.

GREEN, Francis et al. **Overeducation and Skills-Clarifying the concepts**. Centre for Economic Performance, LSE, 1999.

GROOT, Wim; VAN DEN BRINK, Henriette Maassen. Overeducation in the labor market: a meta-analysis. **Economics of education review**, v. 19, n. 2, p. 149-158, 2000.

HILL, Carolyn J.; HOLZER, Harry J. **Labor market experiences and transitions to adulthood**. University of Wisconsin-Madison, Institute for Research on Poverty, 2006.

International Labor Organization. Skills mismatch in Europe: Statistics Brief, Setembro 2014.

KOPPERA, Vedant. Overeducation in the US During the Great Recession. **Available at SSRN 2784542**, 2016.

LAPIERRE-ADAMCYK, E. Family Transformation and Labour Market. In: **Third FTSC Workshop. Paper available at http://www.ssc.uwo.ca/sociology/ftsc/third_workshop.htm**. 2002.

LEUVEN, Edwin *et al.* Overeducation and mismatch in the labor market. **Handbook of the Economics of Education**, v. 4, p. 283-326, 2011.

LLOYD, Cynthia B. *et al.* (Ed.). **Growing up global: The changing transitions to adulthood in developing countries**. National Academies Press, 2005. cap. 3, p. 67-167.

LLOYD, Cynthia B. *et al.* (Ed.). **Growing up global: The changing transitions to adulthood in developing countries**. National Academies Press, 2005. cap. 5, p. 265-345.

MADEIRA, Felícia Reicher. Educação e desigualdade no tempo de juventude. **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição**, p. 139-170, 2006.

MCGUINNESS, Seamus; SLOANE, Peter J. Labour market mismatch among UK graduates: An analysis using REFLEX data. **Economics of Education Review**, v. 30, n. 1, p. 130-145, 2011.

MILLER, P.; VON, D. Undereducation and Overeducation in the Australian Labor Market. **The Economic Record**, v. 81, 2005

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Classificação brasileira de ocupações: CBO 2002. 2002.

O'HIGGINS, Niall. This time it's different? Youth labour markets during 'The Great Recession'. **Comparative Economic Studies**, v. 54, n. 2, p. 395-412, 2012.

OLIVEIRA, Pedro Rodrigues de; SCORZAFAVE, Luiz Guilherme; PAZELLO, Elaine Toldo. Desemprego e inatividade nas metrópoles brasileiras: as diferenças entre homens e mulheres. **Nova economia**, v. 19, n. 2, p. 291-324, 2009.

OREOPOULOS, Philip; VON WACHTER, Till; HEISZ, Andrew. **The short-and long-term career effects of graduating in a recession: Hysteresis and heterogeneity in the market for college graduates**. National Bureau of Economic Research, 2006.

QUINTINI, Glenda; MARTIN, John P.; MARTIN, Sébastien. The changing nature of the school-to-work transition process in OECD countries. 2007.

SILVA, Nancy de Deus Vieira; KASSOUF, Ana Lúcia. O trabalho e a escolaridade dos brasileiros jovens. **Anais do XIII Encontro da ABEP. Ouro Preto: ABEP**, 2002.

SPARREBOOM, Theo; STANEVA, Anita. Is education the solution to decent work for youth in developing economies. **Work4Youth Publication Series**, v. 23, 2014.

TILLMANN, Eduardo A.; COMIM, Flavio V. Fatores da determinação do tempo entre trabalhar e estudar dos jovens no Brasil. 2014.

WOLBERS, Maarten HJ. Job Mismatches and their Labour-Market Effects among School-Leavers in Europe. **European Sociological Review**, v. 19, n. 3, p. 249-266, 2003.